

**UNIVERSIDADE PAULISTA**

**CIBERATIVISMO E AS ESTRATÉGIAS  
COMUNICACIONAIS NOS MOVIMENTOS  
ABOLICIONISTAS VEGANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Midiática da Universidade Paulista – UNIP, para obtenção do título de mestre em Comunicação.

**ANTONIA MÁRCIA ARTICO**

**SÃO PAULO**

**2015**

**UNIVERSIDADE PAULISTA**

**CIBERATIVISMO E AS ESTRATÉGIAS  
COMUNICACIONAIS NOS MOVIMENTOS  
ABOLICIONISTAS VEGANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Midiática da Universidade Paulista – UNIP, para obtenção do título de mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Miklos

**ANTONIA MÁRCIA ARTICO**

**SÃO PAULO**

**2015**

Artico, Antonia Marcia.

Ciberativismo e as estratégias comunicacionais nos movimentos abolicionistas veganos / Antonia Marcia Artico - 2015.

141 f.: il. color. + CD-ROM.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, São Paulo, 2015.

Área de Concentração: Contribuições da Mídia para a Interação entre Grupos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Miklos.

1. Abolicionismo vegano. 2. Ciberativismo. 3. Direitos dos animais. 4. Mídia radical. 5. Movimentos sociais contemporâneos.

I. Miklos, Jorge (orientador). II. Título

**ANTONIA MARCIA ARTICO**

**CIBERATIVISMO E AS ESTRATÉGIAS  
COMUNICACIONAIS NOS MOVIMENTOS  
ABOLICIONISTAS VEGANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Midiática da Universidade Paulista – UNIP, para obtenção do título de mestre em Comunicação.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Doutor Jorge Miklos  
Universidade Paulista - UNIP

---

Professora Doutora Carla Montuori Fernandes  
Universidade Paulista – UNIP

---

Professora Doutora Alessandra Medeiros  
Centro Universitário Assunção – UNIFAI

## DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas que, de alguma maneira, me apoiaram e em mim acreditaram. À minha mãe, que esteve sempre presente nos momentos mais difíceis e que, em meio às adversidades, sempre encontrava alguma palavra para me dar força e continuar nessa jornada. Dedico também ao meu pai, aos meus irmãos e às minhas irmãs, sobrinhas, cunhados e cunhada, todos sabemos quanto esses dois últimos anos foram difíceis para nossa família. Às minhas amigas e aos meus amigos pela ajuda, pelos momentos alegres e pelos momentos não tão alegres assim. E, por fim, mas não menos importante, à Laika, que dividiu comigo seus nove anos de vida, a Chiquinha e Panda, meus queridos companheiros de quatro patas.

## **AGRADECIMENTOS**

Meu inicial e especial agradecimento é para meu professor e orientador Prof. Dr. Jorge Miklos. Agradeço pela paciência e compreensão perante todos os contratemplos que tive e que, mesmo assim, acreditou que eu pudesse superá-los. Agradeço muito a confiança em mim depositada, querido professor.

Agradeço minha família pelo incentivo e suporte necessários para que eu chegasse até aqui.

Minhas queridas amigas e meus amigos, a todos vocês agradeço a amizade incondicional, o companheirismo e a compreensão nos momentos ausentes em tantos encontros de que deixei de participar.

Aos colegas de mestrado e professores do programa por me inspirar e dar oportunidades para ampliar meu conhecimento.

Meu agradecimento profundo às professoras que compuseram minha banca de qualificação e me auxiliaram na direção deste estudo. Agradeço enormemente à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Montuori Fernandes e à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alessandra Medeiros.

Ao secretário do programa, Marcelo, que, sempre muito prestativo e sorridente, me auxiliava.

Enfim, a todos que contribuíram de alguma maneira para que este trabalho fosse concluído e hoje eu pudesse escrever estas palavras de gratidão.

*“Muito pouco da grande crueldade mostrada pelos homens pode ser atribuída realmente a um instinto cruel. A maior parte dela é resultado da falta de reflexão ou de hábitos herdados.”*

*Albert Schweitzer*

## RESUMO

Este estudo alinha-se à temática das relações entre Comunicação, Cibercultura e os Movimentos Sociais Contemporâneos. Nesse quadro temático, o objeto de estudo coincide com um recorte específico: o movimento abolicionista vegano e suas ações nas ruas e nas redes sociais digitais interativas. O objetivo é esquadrihar a diversidade identitária desse sujeito coletivo, a transversalidade nas demandas por direitos, a participação política das organizações em rede e, finalmente, as formas de ativismo por meio de articulações midiáticas. Com base em tais elementos, o problema da pesquisa diz respeito justamente à questão do modo como o movimento abolicionista vegano se apropria das mídias no intuito de promover o processo de mobilização, participação e compartilhamento de informações e como esses meios se integram e se transformam quando empregados pelo movimento. A hipótese principal reconhece que o movimento abolicionista vegano utiliza as diversas formas de comunicação como estratégia de ação para conseguir promover visibilidade à causa dos direitos dos animais, sejam elas de caráter primário, secundário, sejam terciário (teoria da mídia de Harry Pross, 1987, apud PAIERO, 2005), em busca de maior visibilidade, mobilização e engajamento para a discussão de suas pautas, construindo assim experiências de mídia radical (DOWNING, 2002). Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa bibliográfica com acompanhamento e reflexão crítica de processos, em atendimento ao perfil exclusivamente teórico da pesquisa. Para efetuar essa análise, utilizaremos exemplos de ativismos praticados no contexto das três mídias, e, sobretudo, na terciária, *locus* da conexão em rede. Nesta última, entre outros, utilizaremos o ativismo via YouTube e diversos grupos existentes no Facebook, que, igualmente, incluem variados temas que os mobilizam. A articulação temática entre Comunicação, Cibercultura, Movimentos Sociais Contemporâneos e os Direitos dos Animais foi cumprida com base no referencial epistemológico das teorias da comunicação, da mídia e dos movimentos sociais contemporâneos. Entre os autores estudados destacam-se, Santos (2002; 2007), Castells (2003; 2013), Gohn (2013; 2014), Denis (2014), Francione (2013), Felipe (2014), Moraes (2012), Joy (2014), Downing (2002), Pross (1987, apud PAIERO, 2005; 1997), entre outros. A conclusão indica que o movimento encontra maior força na comunicação por intermédio da internet e suas redes sociais, nas quais o ativismo digital – como também é conhecido o ciberativismo – assume papel de fundamental importância para a democratização da comunicação, uma vez que, pelos meios tradicionais, isso não ocorre.

**Palavras-chave:** Abolicionismo Vegano. Ciberativismo. Direitos dos Animais. Mídia Radical. Movimentos Sociais Contemporâneos.

## ABSTRACT

This essay comprises the subject area on the relationship between Communication, Cyberculture, and Contemporary Social Movements. In this thematic framework, the subject matter matches with a specific approach: the vegan abolitionist movement and its actions in the streets and on interactive digital social networks. The goal is to look in detail into the identity diversity of this collective subject, the transverse nature of demands for rights, the political participation of online network organizations, and, finally, forms of activism through media articulations. Based on these elements, the research subject concerns specifically the question of how the vegan abolitionist movement appropriates medias to promote the process of mobilization, participation and sharing of information, and how these means get integrated and transformed when used by the movement. The main hypothesis states that the vegan abolitionist movement uses various forms of communication as its action strategy to raise awareness of the animal rights cause, whether of primary, secondary, or tertiary basis (Media Theory by Harry Pross, 1987 cited PAIERO, 2005), seeking greater visibility, mobilization and engagement on the discussion of their agendas, thus building radical media experiences (Downing, 2002). The methodological procedures involved literature research with monitoring and critical assessment processes, in compliance with the exclusively theoretical approach of the research. To perform this analysis, we will use examples of activism practiced in the context of the three kinds of media; especially in tertiary, locus of networking. In the latter, among others, we will use activism via YouTube and several existing Facebook groups, which also include different mobilized topics. The thematic link between Communication, Cyberculture, Contemporary Social Movements and Animal Welfare has been built based on the epistemological framework of theories of communication, media, and contemporary social movements. Among the authors studied, we would particularly highlight Santos (2002; 2007), Castells (2003; 2013), Gohn (2013; 2014), Denis (2014), Francione (2013), Felipe (2014), Moraes (2012), Joy (2014), Downing (2002), Pross (1987, cited PAIERO, 2005; 1997). The conclusion indicates that the movement is stronger when communicating through the internet and its social networks, in which the digital activism - as the cyberactivism is also known - takes a fundamental role in the democratization of communication; since, by traditional means, it does not occur.

**Keywords:** Vegan Abolitionism. Cyberactivism. Animal Welfare. Radical Media. Contemporary Social Movements.

## LISTAS DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Protesto na Tunísia em 2011, em que se observa a frase <i>Game over</i> (“o jogo acabou”) em um cartaz.....	31
<b>Figura 2</b> - Mohamed Bouazizi se torna símbolo e herói da Revolução Tunisiana ....	32
<b>Figura 3</b> - Protesto na França em apoio a Mohamed Bouazizi e à Revolução Tunisiana .....	32
<b>Figura 4</b> - Multidão protesta contra Mubarak na praça Tahir .....	34
<b>Figura 5</b> - Revolução das Panelas em frente ao parlamento nacional em 2009.....	37
<b>Figura 6</b> - Um dos protestos Occupy Wall Street simbolizando os 99% da população .....	38
<b>Figura 7</b> - Faixa em protesto colocada em um viaduto nos primeiros dias da manifestação na cidade de São Paulo em junho de 2013.....	40
<b>Figura 8</b> - Montagem de fotos com cartazes de temas diversos expostos nas manifestações .....	41
<b>Figura 9</b> - Repressão violenta do segundo momento citado por Gohn (2014) .....	43
<b>Figura 10</b> - Manifestantes entregam flores em protesto contra a repressão violenta.....	43
<b>Figura 11</b> - Policiais militares da tropa de choque nas chamadas <i>selfies</i> (1) .....	45
<b>Figura 12</b> - Policiais militares da tropa de choque nas chamadas <i>selfies</i> (2) .....	45
<b>Figura 13</b> - Viviany Beloboni, artista transexual que protagonizou a polêmica durante a parada do Orgulho LGBT em São Paulo.....	60
<b>Figura 14</b> - Professor carrega uma cruz em sinal de protesto durante a greve no Estado de São Paulo.....	60
<b>Figura 15</b> - Fotografias de Erik Ravelo denunciam explorações e abusos sofridos pelas crianças em diversas situações distintas .....	64
<b>Figura 16</b> – Asfalto grafitado em alusão à falta de diálogo com os professores grevistas.....	65
<b>Figura 17</b> - Correlação entre racismo, sexismo e especismo .....	94
<b>Figura 18</b> - A vaca sorridente .....	100
<b>Figura 19</b> - Ave feliz e bem tratada vendendo a si própria congelada.....	101
<b>Figura 20</b> - Vaca feliz e fofinha na embalagem de chocolate ao leite.....	101

<b>Figura 21</b> - Vaca simpática saudando os consumidores .....	101
<b>Figura 22</b> - Porco feliz, sorridente e personificado como “garoto propaganda” dele próprio .....	102
<b>Figura 23</b> - Camarão personificado como cozinheiro de restaurante .....	102
<b>Figura 24</b> - Protesto contra a modelo Gisele Bundchen e o uso de peles de animais .....	107
<b>Figura 25</b> - Protesto do grupo Femen no ano de 2012 em Brasília .....	108
<b>Figura 26</b> - Resgate de chinchilas de um criadouro em Itapeverica da Serra/SP, em 2014 .....	112
<b>Figura 27</b> - Peça teatral <i>Solua, o vampirinho vegano</i> (1).....	115
<b>Figura 28</b> - Peça teatral <i>Solua, o vampirinho vegano</i> (2).....	116
<b>Figura 29</b> - Debate na Livraria Cultura em São Paulo .....	117
<b>Figura 30</b> - Debate no Centro Cultural São Paulo .....	117
<b>Figura 31</b> - Paru nas edições de 2014 e 2015 do mesmo campeonato.....	119
<b>Figura 32</b> – Diferentes cartazes impressos por pessoas distintas e espalhados por locais diferentes nas cidades (1) .....	120
<b>Figura 33</b> – Diferentes cartazes impressos por pessoas distintas e espalhados por locais diferentes nas cidades (2) .....	121
<b>Figura 34</b> - Selo pronto para ser colado nas embalagens de produtos de origem animal .....	121
<b>Figura 35</b> - Manifestação do coletivo Camaleão relativa ao DIDA (1) .....	122
<b>Figura 36</b> - Manifestação do coletivo Camaleão em referência ao DIDA (2) .....	123
<b>Figura 37</b> - Símbolo da Go Vegan Rádio.....	125
<b>Figura 38</b> - Bob Linden apresentador da Go Vegan Rádio.....	125
<b>Figura 39</b> - Imagem que faz alusão a um ogro gigante, capa que ilustra o grupo no Facebook.....	129
<b>Figura 40</b> - Colagem com fotos de diversos pratos salgados postadas por membros do grupo .....	130
<b>Figura 41</b> - Colagem com fotos de diversos pratos doces postadas por membros do grupo .....	130
<b>Figura 42</b> - Uma das perspectivas da planta do aquário gigante que seria construído .....	132

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1. MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS .....</b>	<b>15</b>
1.1 Contextualização político-social .....	16
1.2 Movimentos sociais .....	24
1.3 Do suicídio revolucionário ao militar na <i>selfie</i> .....	30
<b>2. A COMUNICAÇÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS .....</b>	<b>48</b>
2.1 Internet e movimentos sociais .....	48
2.2 Mídias, ciberativismo e os movimentos sociais .....	59
2.3 O novo espaço dos protestos .....	68
<b>3. AÇÕES COMUNICACIONAIS ESTRATÉGICAS DO MOVIMENTO ABOLICIONISTA VEGANO .....</b>	<b>77</b>
3.1 Descrição acerca do veganismo .....	77
3.2 A estrutura do veganismo .....	79
3.3 A perspectiva elucidativa-educadora do veganismo .....	84
3.4 Direitos dos animais e da natureza .....	86
3.5 A conduta alimentar e o estilo de vida do vegano .....	95
3.5.1 O engodo da comida feliz .....	100
3.5.2 Degradação ambiental <i>versus</i> alimentação de base vegetariana .....	104
3.6 Veganismo e a vertente político-social .....	105
3.7 Comunicação nos movimentos abolicionistas veganos .....	114
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>137</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>139</b>

## INTRODUÇÃO

Este estudo aborda a comunicação existente nos movimentos abolicionistas veganos no âmbito do espaço tradicional das ruas e, principalmente, no espaço virtual, conhecido como ciberespaço. O objetivo é buscar conhecer como as estratégias comunicacionais utilizadas favorecem a visibilidade da luta em prol dos direitos dos animais. Para tanto, no desenrolar dos capítulos, buscou-se fazer uma investigação sobre os movimentos sociais contemporâneos e os veículos de comunicação por eles utilizados no contexto das mídias primárias, secundárias e terciárias.

A princípio, o esforço empreendido foi no sentido de entender o movimento abolicionista vegano enquanto movimento social contra-hegemônico, para, a partir de então, compreender suas formas de atuação e estratégias comunicacionais. Hegemonia seria a apropriação cultural e a liderança das classes dominantes existentes no capitalismo, que exercem tal influência através de órgãos de informação e cultura, como escolas, universidades, igrejas, literatura, meios de comunicação e ideologias corporativas. Contra-hegemonia é a condição de criar a possibilidade de organização social livre do poder das instituições dominantes, dotada de certo poder de desenvolvimento, principalmente quando é provocadora de indagações, de participação e de mobilizações sociais de fato. É o comportamento crítico por parte dos movimentos sociais.

O movimento abolicionista vegano pode ser considerado um movimento social de resistência, uma vez que procura atuar contra a hegemonia não apenas das instituições públicas, mas também das grandes corporações em diversos segmentos, como a indústria pecuária de gado de corte e de leite, a indústria de aves, de suínos e afins, entre tantas outras que exploram direta ou indiretamente a vida dos animais não humanos.

John D. H. Downing, um dos autores que guiaram este estudo, explica que, para Gramsci, havia a perspectiva de uma nova organização social auto-organizada, isto é, uma nova organização social capaz de afrontar o poder hegemônico, reinventando sua própria autonomia. Tal organização eclodiria de vários movimentos sociais que teriam as ações pacíficas como base de sua atuação. A luta aconteceria largamente na esfera dos valores e do pensamento, procurando estimular uma

indagação de caráter crítico a respeito do sistema hegemônico para, conseqüentemente, favorecer o fortalecimento desse comportamento contra-hegemônico e capacitá-lo a agir como agente de mudanças sociais.

Esse embate contra a hegemonia é provido de certo poder de desenvolvimento, particularmente quando é provocador de questionamentos, de cooperação e de mobilizações de fato. A contra hegemonia seria uma conduta crítica dos movimentos sociais, que se movem em direções distintas às dos poderes hegemônicos, e essa conduta pode ser verificada no movimento abolicionista vegano.

Uma vez traçada a correlação do movimento abolicionista vegano com a contra-hegemonia, é momento de analisar as estratégias comunicacionais dos diversos ativistas do movimento.

Embora exista a comunicação no âmbito das mídias primárias e secundárias, mesmo quando utilizadas amplamente, nenhuma delas terá a capacidade de atingir um público tão numeroso e em velocidade tão grande como o que se observa na mídia terciária, especialmente se considerarmos a comunicação em rede.

Naturalmente, as pessoas estão cada vez mais absorvidas pela tecnologia e, assim, é fato que essa tecnologia absorva também a comunicação nos mais diferentes meios, grupos e níveis da sociedade. E isso ocorre com os movimentos sociais do nosso tempo, no qual o movimento abolicionista vegano está presente e, grande parte deles, senão todos, estão profundamente permeados pela comunicação em rede. Essa comunicação os torna eficientes no sentido de comunicar suas demandas para a sociedade.

Ao investigar alguns movimentos sociais contemporâneos ocorridos ao redor do mundo, notamos que, mesmo que todos tenham acontecido em locais bastante distintos territorial, cultural, social e economicamente falando, a internet, com suas redes sociais, os permeou continuamente. Ainda que a internet tenha sido criada como um instrumento de guerra a serviço do capital, esse objetivo inicial mudou radicalmente com a divulgação e ampliação de seu uso. Prova disso são os cidadãos que fazem uso da ferramenta contra o próprio capital e, em muitos casos, conseguiram promover ou, até mesmo, aperfeiçoar formações políticas e sociais existentes. No que tange ao movimento abolicionista vegano, cuja existência muitas vezes está vinculada

ao ciberespaço, a estrutura de sua comunicação não poderia ser de forma diferente; a internet e suas redes sociais são uma constante para esse movimento.

Nesse sentido, a proposta deste estudo foi analisar como os meios de comunicação utilizados pelo movimento abolicionista vegano dentro da esfera das três mídias – especialmente a terciária com sua comunicação em rede – projetam visibilidade à causa.

Os levantamentos iniciais<sup>1</sup> apontam que, por intermédio das redes sociais digitais, o número de adeptos ao abolicionismo vegano tem aumentado nos últimos anos e este trabalho buscará, através de pesquisas exploratórias, constatar se o ciberativismo, com suas inúmeras modalidades de ativismo, pode ser o maior responsável por tal acontecimento. Para isso, esta dissertação parte de uma discussão teórica com base em pesquisa bibliográfica, acerca dos temas dos direitos dos animais, comunicação, sociedade e cibercultura. Pesquisas e artigos científicos publicados sobre veganismo, direitos dos animais, ciberativismo e movimentos sociais na internet também serão utilizados como fonte de referência para consolidação do trabalho. Serão explorados exemplos de ativismo na dimensão das três mídias, com enfoque especial para a terceira mídia, *locus* das redes sociais digitais e dos ciberativistas.

Nesta dissertação, utilizamos ainda o referencial teórico de autores que discutem cibercultura, comunicação e ciberativismo, direitos dos animais, movimentos sociais e globalização, tais como Boaventura de Sousa Santos, Manuel Castells, John D. H. Downing, Maria da Glória Gohn, Michel Hardt e Antônio Negri, Gary Francione, Sônia Felipe, Peter Singer, Denis de Moraes, Melanie Joy, Leon Denis, Laerte Fernando Levai, Pierre Levy, entre outros.

Destarte, esta pesquisa contará com três capítulos, conforme exposto a seguir.

No primeiro capítulo, procurou-se observar o comportamento dos movimentos sociais que abordam temas clássicos até chegar aos movimentos sociais contemporâneos, os quais têm várias temáticas e demandas, são pluralizados, descentralizados e multifacetados e, por mais características diferentes que possam

---

<sup>1</sup> Levantamentos iniciais realizados pela autora por intermédio de conversa com amigos e com conhecidos e, também, com outras pessoas nas redes sociais do ciberespaço.

ter, todos quase sempre tiveram – e têm – como pano de fundo o contexto social e político que os move.

No segundo capítulo, buscou-se contextualizar historicamente a comunicação nos movimentos sociais até os dias atuais, nos quais a internet desempenha papel diferenciado para determinadas causas sociais. A discussão teórica sobre a internet e as redes sociais também foi essencial para compreender o papel que esse aparato desempenha tanto a favor do capitalismo, quanto contra sua hegemonia. Foi pontuado que o emprego e o uso das tecnologias digitais e interativas de comunicação podem promover novas modalidades de ações coletivas em prol da ampliação da cidadania.

No terceiro capítulo, o propósito é elucidar o que é veganismo, sua estrutura, surgimento e crescimento, a relação com os direitos dos animais, seu caráter contra-hegemônico e a projeção que seu ativismo, tanto no âmbito tradicional das ruas como no ciberespaço, confere ao movimento abolicionista vegano. Para esse fim, analisamos algumas ações ativistas no universo das mídias primárias, secundárias e terciárias para compreender de que maneira a comunicação pode favorecer a causa animal.

## 1 MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

Para elucidar melhor o caminho que pretendemos trilhar ao abordar o veganismo enquanto movimento social<sup>2</sup> e como se desenrola seu processo de comunicação, é necessário entender a realidade atual dos movimentos sociais de modo geral.

No entanto, antes de verificar o cenário atual desses movimentos, é preciso apontar uma primeira delimitação, uma vez que “Movimento social é uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade” (AMMANN apud SOUZA, 2008, p. 12). De acordo com Souza (2008, p. 12), “[...] a contestação é o elemento constitutivo do movimento social. Os protagonistas podem ser classes sociais, etnias, partidos políticos, regiões, religiões, etc.”. A mesma autora “[...] afirma que nem todos os movimentos têm caráter de classe e que nem todo movimento luta por poder. O objetivo do movimento social pode ser a contestação ou a preservação das relações sociais”.

Nos últimos quinze anos, vimos crescer vertiginosamente esses movimentos sociais, não necessariamente em número, mas, certamente, um crescimento relacionado à exposição e à agilidade de articulação e de transmissão de informação, uma vez que a conectividade em rede é uma realidade quase global, e isso tem caracterizado os movimentos sociais na atualidade, como estudaremos mais detidamente no segundo capítulo.

A pauta dos movimentos sociais contemporâneos ao redor do mundo tem características das mais diversas possíveis e temáticas próprias. A maior parcela desses movimentos adota temas ligados à promoção da igualdade social ou vertentes parecidas – luta pela paz, pela conquista dos direitos humanos, contra a violência, a favor de movimentos ecológicos, contra alimentos transgênicos, em prol dos direitos das minorias, lutas por reforma agrária, movimentos pela democracia, lutas em prol de moradias populares, entre outros. No entanto, há de se pontuar também que nem

---

<sup>2</sup> No decorrer do terceiro capítulo, o veganismo será devidamente abordado e poderemos verificar sua correlação enquanto movimento social.

todos são pacíficos, como é o caso de manifestações promovidas por grupos extremistas que atuam com elevado grau de violência.

Intenciona-se analisar não somente os comportamentos de alguns movimentos sociais, mas referenciar teoricamente os fenômenos da contemporaneidade, dadas suas semelhanças, para esclarecer as características que marcam a comunicação nesses processos. Tais comportamentos exercidos pelos coletivos sociais são estudados por teorias distintas, cujos autores buscam compreender os fenômenos que os originam e os impulsionam. O assunto é dotado de certa complexidade e há uma pluralidade de objetos e contextos a serem estudados. Neste sentido, a temática é considerada quase que inesgotável.

Contudo, mesmo considerando o assunto vasto, há que delimitá-lo para que se possa clarificar o papel desempenhado por esses coletivos. Para tanto, intencionamos conceituar neste primeiro capítulo, de acordo com os autores que serão abordados ao longo do trabalho, o que entendemos por movimento social e como se dão os protestos e sua correlação com a comunidade em que se inserem.

Neste capítulo, apresentaremos, segundo os teóricos que nortearão nosso caminho, um sucinto histórico dos movimentos sociais e seus desdobramentos, não apenas no Brasil, mas ao redor do mundo. Por meio desse histórico, serão tratados os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia, bem como a globalização, o capitalismo e suas ferramentas de dominação, demonstrando como os coletivos buscam resistir aos instrumentos de poder constituídos através de movimentos sociais plurais e descentralizados, que a muitos parecem legítimos, mas a outros não passam de um grande espetáculo risível.

## **1.1 Contextualização político-social**

Faz-se importante descrever pela ótica de alguns autores, ainda que de maneira breve, o contexto político-social atual em que vivemos, para que seja possível debater com maior clareza os paradigmas relativos aos processos envolvidos na comunicação dos movimentos sociais contemporâneos.

Pode-se afirmar, de acordo com Santos (2007), que, independentemente, da corrente que siga determinada ciência social, todas as ciências sociais estão em crise,

visto que não consideram as sociedades dos locais menos favorecidos. Tanto uma ciência de cunho crítico, como outra de cunho acrítico têm em sua base um modelo eurocêntrico que já não atende mais às demandas das sociedades modernas. Todas utilizam modelos pautados pela desigualdade e exploração dos mais poderosos sobre os mais fracos, um distanciamento total do centro do mundo para sua periferia. Santos observou que:

[...] Experiências muito locais, não muito conhecidas nem legitimadas pelas ciências sociais hegemônicas, são hostilizadas pelos meios de comunicação social, e por isso têm permanecido invisíveis, “desacreditadas”. A meu ver, o primeiro desafio é enfrentar esse desperdício de experiências sociais que é o mundo; e temos algumas teorias que nos dizem não haver alternativa, quando na realidade há muitas alternativas. A gente vive lutando por coisas novas, e eles sim pensam que há alternativas novas. Então devemos ver como vamos enfrentar esse problema. (SANTOS, 2007, p. 23-24)

Na visão do autor, a teoria e a prática social não se conversam, não compactuam, estão em direções opostas. Contudo, para diversos movimentos sociais, é imprescindível passar por essa situação e, mais que isso, tentar transformá-la. Ou seja, aproximar a teoria e a prática social, colocando-as no mesmo caminho e este deve seguir para o alcance da promoção de uma sociedade mais justa, não somente considerando o direito de alguns poucos no mundo, como é o caso do eurocentrismo. Vejamos uma definição para eurocentrismo:

[...] Apesar de a soberania moderna ter emanado da Europa, ela nasceu e se desenvolveu em grande parte por intermédio das relações da Europa com o exterior, e particularmente por intermédio do seu projeto colonial e da resistência do colonizado. A soberania moderna surgiu, portanto, como o conceito da reação europeia e da dominação europeia tanto dentro como fora de suas fronteiras. São duas faces complementares, e de igual duração, de um mesmo desenvolvimento: domínio dentro da Europa e domínio europeu sobre o mundo. (HARDT e NEGRI, 2001, p. 88)

De nada será útil um novo conhecimento que venha dos mesmos modelos que já temos, que seja eurocêntrico e capitalista, produzido por seus pensadores e que talvez atenda suas próprias demandas. Santos ilustra que “[...] não é simplesmente de um conhecimento novo que necessitamos; o que necessitamos é de um novo modo de produção de conhecimento [...]” (2007, p. 20).

A produção desse novo conhecimento deve partir de onde nasce sua demanda. Sua produção não pode ser engessada, seguindo os padrões já existentes. Ao

contrário, deve ser contra-hegemônica, contracultural e descentralizada. Santos propôs:

[...] “Reinventar a emancipação social a partir do Sul” (ou seja, dos países periféricos e semiperiféricos do sistema mundial), para permitir que as ciências sociais se reunissem e organizassem internacionalmente fora dos centros hegemônicos. (2007, p. 21)

Estudar, analisar uma realidade, é bastante diferente de vivenciá-la de fato. Os cientistas sociais estudam-nas apenas, pois partem de um modelo ocidental, eurocêntrico, que é totalmente distante da realidade dos países do Sul. A consequência disso é que as ciências sociais produzem para o mundo uma visão sobre o Sul que não é verdadeira, fazendo com que se acentue cada vez mais a distância entre o Norte e o Sul.

Vejamos alguns temas que se contrapõem entre o Norte e o Sul:

E surgiu um projeto no qual tentamos ver quais são as contradições mais persistentes entre o Norte e o Sul. O primeiro tema foi a democracia, porque há muita inovação democrática que está imergindo do Sul e não do Norte; entretanto, a teoria da democracia continua sendo produzida no Norte. O segundo tema foi a produção não capitalista, as formas de economia solidária, de economia social, de economia popular, que são tão importantes hoje no Sul. O terceiro tema, que a meu ver vai se tornar um confronto entre o Norte e o Sul, é o do multiculturalismo; a diversidade cultural, a cidadania cultural, os direitos indígenas etc. E o quarto tema é a questão dos conhecimentos rivais, ou seja, a capacidade que o Norte tem de negar a validade ou mesmo a existência dos conhecimentos alternativos ao conhecimento científico – conhecimentos populares, indígenas, camponeses, etc. – para transformá-los em matéria-prima para o desenvolvimento do conhecimento científico. Nota-se muito isso na biodiversidade, e surge, então, a necessidade de repensar a situação. Finalmente, outro tema de confronto é, a meu ver, o do novo internacionalismo operário; com o término do antigo (que de fato não era; internacional tem sido o capital, não o movimento operário), estão emergindo muitas iniciativas Sul/Sul de articulação entre os sindicatos ou comissões operárias de trabalhadores de mesma multinacional. (SANTOS, 2007, p. 22-23)

Tais temas abordados pelo autor devem estar na dianteira, para que ocorra uma emancipação social do Sul e para que haja a reinvenção da democracia.

Santos escreve ainda que a teoria crítica tem assumido quase exclusivamente um único viés, o regulatório, que ele denomina “conhecimento regulatório”. Esse conhecimento se apoderou do conhecimento emancipatório e o transformou em conhecimento regulatório e, para Santos, há a necessidade da reinvenção do

conhecimento emancipatório, transformando-o em uma ecologia. A partir desta visão do autor, podemos estabelecer um paralelo entre o conhecimento regulatório e o conhecimento científico moderno. Naturalmente, esse conhecimento regulatório é importante, no entanto, o conhecimento emancipatório possui o mesmo peso, senão, ainda maior. É como uma ampliação, algo como sair da monocultura, do monoconhecimento, do singular e rumar para uma ecologia.

O autor propôs cinco ecologias a se contraporem à hegemonia do conhecimento regulatório. Mas não há como analisar as ecologias propostas sem antes abordar a sociologia das ausências e a sociologia das emergências. Santos propõe a criação destas sociologias para, justamente, atuarem contra o poder das ciências sociais hegemônicas. Ao cunhar tais termos, o autor buscou diferenciar de maneira crítica as circunstâncias que anulam o comportamento social não hegemônico, que é, ao mesmo tempo, consideravelmente contra-hegemônico. O comportamento dos coletivos sociais que suportam essa anulação é trazido à tona para que suas experiências contra a hegemonia opressora se tornem possíveis, capazes de acreditação.

A ideia principal proposta pela sociologia das ausências é contradizer essa falta de visão – ou monovisão – acerca dos movimentos sociais, tentando mostrar que a produção considerada inexistente é, sim, verdadeira, existe e está à margem da sociologia que produz o conhecimento tradicional.

Desta forma, a sociologia das ausências indica que somente se enxerga uma realidade: a nossa própria realidade, que é a que está presente. As demais, como não fazem parte de nossa realidade, não são vislumbradas, ou seja, são ausentes. Embora existam, essas realidades são produzidas como ausências, inexistências.

Para o autor, a concepção dessa não existência passa por diversas lógicas e processos do domínio hegemônico, uma vez que o não existir ocorre de maneiras múltiplas, sendo necessário conceber a não existência de tudo aquilo que não se encaixa em seus padrões. Tal situação ocorre quando um determinado grupo é desclassificado, ocultado, desprezado e inviabilizado de forma incontestável. Para Santos (2007), em sua classificação, há cinco modos de produzir essas ausências, e todas essas concepções de não existência estão ligadas por um mesmo pensamento da racionalidade ocidental.

Santos (2007, p. 29-31, 32-36) descreve esses cinco modos de produzir ausências como monoculturas, sendo:

- 1ª – monocultura do saber e do rigor;
- 2ª – monocultura do tempo linear;
- 3ª – monocultura da naturalização das diferenças;
- 4ª – monocultura da escala dominante;
- 5ª – monocultura do produtivismo capitalista.

Em contrapartida, para combater essas visões únicas, propõe cinco pluralidades, as quais denomina ecologias, a saber:

- 1ª – Ecologia dos saberes – se contrapõe à monocultura do saber e do rigor. Sua proposta é a do diálogo do saber científico com o saber popular (dos indígenas, camponeses, populações urbanas marginalizadas e outros). É importante entender que um saber não irá anular o outro. Em muitas ocasiões, devem atuar conjuntamente e, em outras, isoladamente.
- 2ª – Ecologia das temporalidades – se contrapõe à monocultura do tempo linear. Aponta a existência de outros tempos e não somente do tempo linear, que aqui é entendido como o tempo da modernidade, como o tempo tecnologicamente avançado e é como se apenas esse tempo fosse considerado importante. O tempo para a terra ser produtiva, seus ciclos naturais, por exemplo, não são considerados na linearidade do tempo. A proposta do autor, nesta ecologia, seria a de respeitar a diversidade temporal.
- 3ª – Ecologia do reconhecimento – se contrapõe à monocultura da naturalização das diferenças. Sua intenção é a de nos despirmos de preconceitos, principalmente dos hierárquicos. Precisamos enxergar mulher e homem sem a esfera da hierarquia, da sociedade patriarcal que dita o que é certo e o que é errado e, somente a partir de então, olharmos as reais diferenças.

- 4ª – Ecologia da transescala – se contrapõe à monocultura da escala dominante. Propõe considerar os saberes, a cultura, o conhecimento e tudo o que se relacionar com manifestação social ou manifestação popular, não apenas quando essas manifestações forem nacionais, ou até mesmo globais, ou ainda, que possam vir a ser. A proposta é considerar o local mesmo que ele permaneça para sempre como local, não tendo nenhuma intenção de ser nacional ou global.
- 5ª – Ecologia das produtividades – que se contrapõe à monocultura do produtivismo capitalista. Considera ir contra a lógica produtiva do capitalismo, resgatando outras formas de organização e de produção da sociedade, como os sistemas alternativos – cooperativas, economia solidária, organizações econômicas populares, entre outros.

Na ótica do autor, é de suma importância ampliar o presente, trazendo à tona as ausências, ampliando-as, fortalecendo-as, incentivando-as como experiências críveis e possíveis. O futuro, inversamente, deve ser contraído, visto que nele tudo é abstrato, linear e homogêneo, não havendo espaço para as ausências.

Com a sociologia das ausências e a sociologia das emergências, Santos (2007) sugere uma espécie de caminho do meio, com novas possibilidades. O momento é de criar e debater alternativas viáveis para a organização de uma nova sociedade de maneira local, nacional e, conseqüentemente, global. Não há uma fórmula pronta ou uma teoria única para se aplicar ou seguir. Dentro dessa viabilidade, é importante abordar as questões com sinergia, integrando-as de forma apropriada, visto que não estamos tratando de sociedades distintas, um modo de vida diferente para cada tipo de ausência. Trata-se de uma articulação de diversas propostas inscritas nos mais distintos movimentos sociais, respeitando, contudo, a diversidade individual de cada um deles, isto é, em que cada movimento pode contribuir com o outro. O autor chama esse comportamento de procedimento de tradução.

Seria justamente um caminho para a reinvenção da teoria crítica, no qual se nega uma homogeneização e atua-se em favor do reconhecimento das pluralidades, das diferenças. Os indivíduos seriam tratados enquanto seres humanos, salvaguardando seus direitos à vida, à liberdade, à saúde, etc., e, ao mesmo tempo,

lembrando que há diversas culturas que são diferentes entre si, com traços próprios, que devem ser preservados.

Na contramão do pensamento de Santos e de autores de conceitos equivalentes, está a noção de Império cunhada por Hardt e Negri, em livro homônimo. Não mais se defende que exista um centro e que o capitalismo se expanda em direção às periferias, mas, sim, que há um Império que não admite centro, um Império que domina o todo.

[...] O conceito de Império caracteriza-se fundamentalmente pela ausência de fronteiras: o poder exercido pelo Império não tem limites. Antes e acima de tudo, portanto, o conceito de Império postula um regime que efetivamente abrange a totalidade do espaço, ou que de fato governa todo o mundo “civilizado” [...]. (HARDT e NEGRI, 2001, p. 14)

Na obra, os autores apontam que o regime imperialista, que considerava um centro e uma periferia não tem mais espaço. Na modernidade, o imperialismo era vigente e atuou por muito tempo, mas agora, na pós-modernidade, há que se considerar essa nova constituição de poder. Esse novo conceito contraria a ideia de alguns autores de que a modernidade foi europeia (britânica) e a pós-modernidade seria americana (HARDT e NEGRI, 2001).

Aquilo que foi fundamental para a expansão do colonialismo, ou seja, as fronteiras criadas pelos Estados-nação, pois propiciou a expansão capitalista para os espaços mais afastados do globo, já não garante a soberania do império. Há muito tempo essa estrutura não acata fronteiras, nenhuma barreira física é capaz de deter o poder e a dominação desse novo sistema.

Ademais, a realidade de um mercado global abarca um novo modo de produção. Hardt e Negri chamam-na de produção biopolítica, que é entendida como “[...] a produção da própria vida social, na qual o econômico, o político e o cultural cada vez mais se sobrepõem e se completam um ao outro” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 13).

Ao considerar o Império como o poder soberano e dominador em esferas diversas – política, econômica, social, cultural, é fundamental citar os dominados, aos quais os autores chamam de Multidão. Ao considerar multidão o povo que tem sua força de trabalho alienada, não mais somente na indústria, mas em todas as áreas de trabalho, inclusive o trabalho imaterial, Hardt e Negri (2001) acreditam que é dentro

do próprio império que se estabelecem as condições para a criação das forças de resistência contra ele.

Pode-se dizer, de acordo com os autores, que a possibilidade de organização política alternativa não seria apenas uma tentativa de resistência, mas, sobretudo, uma reorganização dos próprios meios de propagação do Império, a fim de que se possa constituir opções democráticas que atendam as demandas dos excluídos. Entretanto, não podemos ser inocentes ao pensar que, por possibilitar uma certa resistência, os meios coercitivos não sejam eficazes em legitimar o poder e a soberania do Império.

[...] O poder agora é exercido mediante máquinas que organizam diretamente o cérebro (em sistemas de comunicação, redes de informação etc.) e os corpos (em sistemas de bem-estar, atividades monitoradas etc.) no objetivo de um estado de alienação independente do sentido da vida e do desejo de criatividade [...]. (HARDT e NEGRI, 2001, p. 42)

O poder exercido no Império, chamado de biopoder, torna-se biopolítico, sendo praticado em forma de controle e de modo a transformar toda a estrutura social e seus processos de desenvolvimento em um corpo único, ou seja, poder “[...] que se estende pelas profundezas da consciência e dos corpos da população – e ao mesmo tempo através da totalidade das relações sociais”. (HARDT e NEGRI, 2001, p. 43-44).

A intenção ao abordar o conceito de Império, forjado por Hardt e Negri, é apoiar a constatação de que é possível que os movimentos sociais que se revelam contra-hegemônicos, se utilizem da própria estrutura engendrada pelo poder soberano que os oprime.

[...] A única resposta que podemos dar a essas perguntas é que a ação da multidão se torna política sobretudo quando começa a fazer face diretamente, e com a consciência adequada, às operações repressivas centrais do Império. É questão de reconhecer e dar combate às iniciativas imperiais e não lhes permitir que restabeleçam a ordem continuamente; é questão de contrariar e subverter os limites e segmentações impostos à nova força coletiva de trabalho; é questão de reunir esses instrumentos de resistência e empunhá-los de comum acordo contra os centros nervosos do comando imperial. (HARDT e NEGRI, 2001, p. 423)

Talvez a contribuição mais importante da obra de Hardt e Negri (2001) para o presente estudo seja o fato de apontar uma mudança fundamental na demanda política da pós-modernidade. O proletariado não mais precisa de livre acesso e

controle dos meios de produção materiais, pois estes mudaram. Os meios de produção estão totalmente integrados às subjetividades e aos corpos da multidão. “[...] Nesse contexto, reapropriação significa ter livre acesso a, e controle de, conhecimento, informação, comunicação e afetos [...]” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 430).

Os autores concluem que, para conquistar autonomia política na pós-modernidade, é necessário recorrer à tríade humanista do período renascentista: *esse-nosse-posse* (ser-saber-ter poder) e, dessa forma, constituir um poder produtivo e político que seja administrado, organizado e dirigido pela multidão, deixando de lado uma militância representativa para assumir uma militância constituinte que seja positiva, construtiva e inovadora.

Por certo, se observarmos os movimentos sociais contemporâneos, seja utilizando os conceitos de Santos, seja de Hardt e Negri, veremos em suas bases que existe uma constituição apartidária, que valoriza a união entre todos os insatisfeitos com o poder dominante, que sabem que não poderão recorrer a essa esfera para ter suas demandas atendidas; o que lhes ocorre então é arregaçar as mangas e tomar para si a responsabilidade da luta. Tendo o poder ao alcance das mãos de quem deseja verdadeiramente manifestar-se, resta seguir para as ruas ou para o âmbito do ciberespaço e comunicar suas demandas.

## 1.2 Movimentos sociais

Ao iniciar a análise do papel desempenhado por coletivos que se manifestam ao redor do mundo, cumpre-nos trazer mais uma consideração sobre o que são movimentos sociais:

Para nós, desde logo é preciso demarcarmos nosso entendimento sobre o que são movimentos sociais: nós os vemos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.), até as pressões indiretas [...]. (GOHN, 2013, p. 13)

É importante salientar um ponto na ótica da autora sobre o que é movimento social, nosso ponto de partida para dar sentido a todos os outros conceitos que

veremos ao longo deste trabalho: “organizar e expressar suas demandas”, ora, não haveria manifestações, protestos ou qualquer rebeldia sem demandas. Estas determinam os movimentos sociais e podem ser de diferentes esferas, todavia, geralmente abordarão as condições materiais de existência. No nosso caso, o objeto principal deste trabalho refere-se à comunicação e ao ativismo no movimento pelos direitos dos animais, intitulado veganismo, que luta pela existência do outro, mesmo que este seja de outra espécie, isto é, luta contra o especismo e suas consequências para os animais e para nós humanos também, uma vez que habitamos todos o mesmo espaço.

Souza (2008) afirma que todo movimento social somente consegue existir dentro do contexto de uma sociedade civil, dado que é nesta estrutura que existe a interação entre os mais diversos sujeitos, quais sejam associações, instituições, organizações, movimentos, que conferem harmonia ao corpo social. A autora ainda cita que:

[...] a sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas. (WARREN apud SOUZA, 2008, p. 30)

Para Souza (2008, p. 30), a sociedade civil é constituída de razões sociais destoantes, no entanto, “[...] sua essência relaciona-se à defesa da cidadania. A sociedade civil não é isenta de conflitos de poder, disputas por hegemonia”.

A autora sublinha que as pautas dos movimentos sociais são capazes de dar visibilidade aos problemas que ocorrem local e até globalmente e, deste modo, são movimentos indispensáveis no processo de desenvolvimento democrático.

Souza ainda cita Boaventura Sousa Santos, por ocasião do II Fórum Social Mundial, autor que afirma que “[...] estamos perante um novo horizonte civilizatório, uma proposta de luta política que extravasa aspectos significativos do patrimônio político progressista que herdamos dos séculos XIX e XX [...]”. (SANTOS apud SOUZA, 2008, p. 36). Neste sentido, Santos estaria acenando para a constituição de uma nova democracia participativa.

Santos (2007) declara que a luta por uma política renovada, que inclui as demandas das classes dominadas no novo contexto social, é possível. Segundo o autor, o mundo tem se transformado. O que era tradicional, costumeiro e certo de acontecer, socialmente falando, já não é mais assim. A experiência vem se transformando em novas expectativas de mudanças.

[...] Isso é novo, já que nas sociedades antigas as experiências coincidiam com as expectativas: quem nascia pobre morria pobre; quem nascia iletrado morria iletrado. Agora não: quem nasce pobre pode morrer rico, e quem nasce em uma família de iletrados pode morrer como médico ou doutor. (SANTOS, 2007, p. 18)

Transformar essa realidade, ou seja, emancipar-se socialmente, é tomar para si o próprio direito a uma vida mais digna, com respeito à diversidade social, com direito a ser um cidadão com acesso a uma educação que promova politização e senso crítico, que faça desse indivíduo um cidadão conhecedor de seus direitos e não apenas um cumpridor de deveres, e, sobretudo, que exija que esses direitos sejam preservados e respeitados.

Para Santos (2007, p. 18-19), “[...] não está em crise a ideia de que necessitamos de uma sociedade melhor, de que necessitamos de uma sociedade mais justa [...]”. É sabido que a sociedade ainda anseia pelas promessas que vieram com a modernidade (liberdade, igualdade, fraternidade). Vislumbrar e desfrutar de um mundo onde prevaleça a liberdade humana, a igualdade e a solidariedade, faz com que muitos se mobilizem. Porém, cabe lembrar que, mesmo que as demandas sejam as mesmas de anteriormente, é imprescindível entender que o modo de se mobilizar precisa ser atualizado. Os novos contextos políticos e sociais são outros, sendo necessária uma análise mais acurada para entendermos o movimento social contemporâneo a partir de seus engendramentos.

De maneira similar a Santos, Gohn (2013) considera que os movimentos sociais estiveram e estarão presentes perenemente, uma vez que muitos deles exprimem a luta contra a opressão e o desejo por novos projetos sociais que incluam em suas pautas processos sociais emancipatórios.

Vale ainda salientar que, assim como existem os movimentos sociais que clamam por justiça e emancipação social, há os que estão na contramão. Como

exemplo, pode-se citar movimentos fundamentalistas religiosos, movimentos xenofóbicos e movimentos nacionalistas. O interesse destes é somente impor suas próprias verdades e vontades à sociedade, invariavelmente por meio de atos violentos, não abrindo espaço para o diálogo e ações pacíficas. O ódio e o terror são os lemas destes movimentos. A emancipação social não é pauta de suas agendas.

Para alguns pesquisadores de teoria similar a Gohn, as manifestações geralmente são legítimas, conscientes, com temáticas próprias e que emanam da vontade popular de clamar por cidadania e pelo direito que todas as pessoas têm a uma vida digna.

A Participação Cidadã é lastreada num conceito amplo de cidadania, que não se restringe ao direito ao voto, mas constrói o direito à vida do ser humano como um todo. Por detrás dele há um outro conceito, de cultura cidadã, fundado em valores éticos universais, impessoais. A Participação Cidadã funda-se também numa concepção democrática radical que objetiva fortalecer a sociedade civil no sentido de construir ou apontar caminhos para uma nova realidade social – sem desigualdades, exclusões de qualquer natureza. Busca-se a igualdade, mas reconhece-se a diversidade cultural. Há um novo projeto emancipatório e civilizatório por detrás dessa concepção que tem como horizonte a construção de uma sociedade democrática e sem injustiças sociais. (GOHN, 2013, p. 18)

O movimento social é marcado por suas manifestações sociais, como greves, passeatas, ocupações, entre outras tantas formas de demonstração do descontentamento popular. Esse tipo de comunicação pode ser chamada de protesto, tal qual define Pross (1997, p. 21-22), que enfatiza que a existência do protesto se dá por quatro pontos, expostos a seguir.

Em primeiro, podemos apontar sua forma contradizente de uma comunicação que o precedeu e sua característica de dirigir-se sempre contra dois destinatários: o autor da comunicação e o público que pretende conquistar. Em segundo, deve haver um tema que una o público e os destinatários ao protesto. Como terceiro ponto, Pross (1997) afirma que o protesto reforça áreas sociais, transformando-as em tema. E, por fim, o protesto surge quando as origens da vida de indivíduos é posta em xeque.

Portanto, podemos afirmar que protestos são sempre pautados por motivação que envolve o humano e seus direitos. Quem protesta, consegue ver quais são e onde estão as lacunas a serem preenchidas e também legitima a punição de quem conspira

contra o humano. Para um protesto se tornar real, é necessário que haja organização e um motivo para sua existência, que deve ficar claro para todos os destinatários.

Pode-se dizer que um protesto bem-sucedido consegue promover em seu público uma alteração no senso crítico, uma forma diferenciada de ver as coisas, que provoca reflexão para mudanças internas e que estas reflitam também para a sociedade. Entretanto, esta forma diferenciada de ver as coisas não significa necessariamente uma alteração de visão da realidade, mas, sim, uma visão desejada dela, ou seja, um sonho acerca do real, que pode ser pouco ou muito utópico.

Essa utopia nem sempre é guiada unicamente por seu espírito libertário, poético e belo, mostrando em muitos momentos seu aspecto negativo e sombrio, sendo esse o caso dos protestos em que ocorre confronto direto. Nestes, muitas vezes, há espancamentos e violência generalizada, podendo, em algumas situações, ter um desfecho trágico, com feridos graves e mortos.

Há que se observar que o protesto exprime a vontade do cidadão em se autorrealizar enquanto indivíduo, tendo seus direitos respeitados pelos dominantes. Esse cidadão não precisa essencialmente ser profundo conhecedor do tema do protesto e de todas as nuances que o cercam. Como aponta Pross (1997) em sua obra, não é pelo fato de não se conhecer estudos de física que não se possa – e deva – protestar contra a utilização de armas nucleares. Como dito anteriormente, as pessoas protestam para preservar o humano, e tudo que o ameace é passível de virar tema de protesto.

Ainda no que diz respeito à legitimidade de um protesto, mesmo que as manifestações sejam legítimas e dotadas de consciência, nem sempre a interpretação de seus fenômenos se dará de maneira pacífica, conforme citado. Assim como a realidade é considerada complexa, contraditória, conflituosa e tortuosa, sua representação por meio de tais manifestações também o será.

Por buscar essa interpretação, o pensamento científico, similarmente, é marcado por essas mesmas características. Dentre tantas leituras e interpretações díspares, a proposta de Santos (2007) extrapola as interpretações padronizadas, aproximando-se de uma análise atual dos movimentos sociais, em que o

comportamento contra-hegemônico os aproxima das orientações e práticas emancipatórias.

Para compreender tais atos de reivindicações sociais e julgar a legitimidade de cada um, é primordial entender as razões que os motivam. E, quase invariavelmente, como pano de fundo, há o cenário político e social. Ou seja, o papel do Estado como agente opressor das camadas sociais periféricas.

Santos (2007) reconhece que a vida é moderna e os problemas também. No entanto, as ferramentas de luta não o são. É exatamente esse ponto que faz de nosso tempo um tempo da transição. De que forma podemos tratar os problemas sociais contemporâneos efetivamente, se as ferramentas são antiquadas, demasiadamente ultrapassadas, sendo de décadas ou mesmo de séculos passados?

É fato que se faz necessária uma renovação de tais ferramentas e estas devem conseguir atender aos anseios da pós-modernidade, que é pautada pela tecnologia juntamente com a instantaneidade, ou seja, precisa-se de rapidez, de urgência na solução dos problemas, pois, tanto eles como suas consequências, surgem rapidamente.

Portanto, tão necessário quanto entender as demandas dos movimentos sociais, é preciso entender em qual contexto se insere esse cidadão que protesta, que tem necessidade de comunicar as mazelas que sofre, não só individualmente, mas incluindo toda uma classe, categoria de trabalhadores ou até mesmo a sociedade de modo geral, como é o caso de movimentos sociais ligados à ecologia ou aos direitos dos animais, por exemplo.

As demandas por justiça social e tantas outras pautas existiram e existirão sempre, todavia, deve-se considerar o que há de novo no modo de protestar da sociedade pós-moderna. Segundo Castells (In: *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*, 2012), o novo se caracteriza por um novo espaço público que fica entre o “digital e o urbano” e responde pela possibilidade de autonomia nesses novos tempos, pois permite que os movimentos se formem e ultrapassem as barreiras da comunicação, que, de modo geral, sempre foi utilizada como meio de repressão.

Cabe-nos o papel de exemplificar como têm se dado as manifestações e a constituição dos movimentos sociais na atualidade, tanto em nosso país como ao redor do mundo, uma vez que são numerosos e guardam uma diversidade de características que ora se assemelham, ora se repelem.

### 1.3 Do suicídio revolucionário ao militar na *selfie*

Estou viajando mãe. Perdoe-me. Reprovação e culpa não vão ser úteis. Estou perdido e está fora das minhas mãos. Perdoe-me se não fiz como você disse e desobedeci suas ordens. Culpe a era em que vivemos, não me culpe. Agora vou e não vou voltar. Repare que eu não chorei e não caíram lágrimas de meus olhos. Não há mais espaço para reprovações ou culpa nessa época de traição na terra do povo. Não estou me sentindo normal e nem no meu estado certo. Estou viajando e peço a quem conduz a viagem esquecer. Mohamed Bouazizi<sup>3</sup>

Foi desta forma que o tunisiano Mohamed Bouazizi escolheu se livrar das injustiças que via seu país cometer todos os dias contra os menos favorecidos. Ele decidiu pôr fim à sua vida em frente a um prédio público, após vários desmandos das autoridades que o impediam de trabalhar com o mínimo de dignidade.

Foi em Sidi Buzid, cidade próxima a Túnis, na praça anteriormente chamada de 7 de novembro em homenagem<sup>4</sup> ao ditador Zine al-Abidine Ben Ali, o vendedor de frutas, em ato desesperado, resolveu atear fogo ao próprio corpo em 17 de dezembro de 2010. Sua atitude foi espalhada pelas redes sociais digitais e sua forma de protesto tomou grande proporção, sendo considerada o estopim de várias revoltas no mundo árabe. A seguir, uma imagem ilustra o protesto:

---

<sup>3</sup> Mensagem deixada no Facebook por Mohamed Bouazizi ao cometer suicídio ateando fogo ao próprio corpo, ato que desencadeou uma onda revolucionária na Tunísia. Disponível em: <<http://www.amambainoticias.com.br/geral/artigos/retratos-da-revolucao-aos-cem-dias>>. Acesso em: 9 jul. 2015.

<sup>4</sup> A praça recebeu o nome de Mohamed Bouazizi.

**Figura 1** - Protesto na Tunísia em 2011, em que se observa a frase *Game over* (“o jogo acabou”) em um cartaz



Fonte: <<http://www.boladafoca.com>>. Jun. 2015.

Talvez a atitude de Mohamed tenha sido apenas um ato de desesperança pelos desmandos de uma ditadura que assolava o país havia 23 anos. Mas sua atitude foi de grande representatividade para a revolução, que já era prevista antes mesmo de seu ato, entretanto, foi, a partir dele, que suas chances de êxito aumentaram. Sua opção foi a do risco mais extremado por uma liberdade vindoura, que atenderia a todos, mas não a si mesmo. Segundo Pross:

[...] Não há protesto sem riscos, mas ninguém pode apostar mais do que a sua vida no protesto. Assim, a morte voluntária é a discordância (*Verwahrung*) mais enfática existente – e também a mais rara. É certo que todo e qualquer protesto arrisca privações, pois aposta algo que constitui a identificação: a ideia de uma carreira que já parece estar assegurada, a paz doméstica, o apreço dos vizinhos e outros bens; mas todos esses riscos não se igualam à morte voluntária. (1997, p. 85)

Por mais radical que tenha sido a atitude do tunisiano, os movimentos sociais no Oriente Médio passaram a ser considerados e conhecidos pelo mundo após esse episódio. Pross ainda afirma que: “A morte voluntária como protesto deixa tudo isso atrás de si. Ela termina a comunicação concretamente; deixa, entretanto, um registro para que ela possa ser continuada [...]” (1997, p. 86).

**Figura 2** - Mohamed Bouazizi se torna símbolo e herói da Revolução Tunisiana



Fonte: <<http://nawaat.org/portail>>. Jun. 2015.

**Figura 3** - Protesto na França em apoio a Mohamed Bouazizi e à Revolução Tunisiana



Fonte: <<https://www.ictj.org>>. Jun. 2015.

A escolha desse episódio para iniciar a explanação sobre os movimentos sociais contemporâneos, justifica-se porque suas características marcam alguns dos fatores que são comuns aos movimentos vindouros, quais sejam: sua comunicação rápida e eficiente através da mídia e sua organização sem líderes instituídos.

As demandas da Revolução de Jasmim,<sup>5</sup> ocorrida em 2011, são as mesmas que pautaram muitos outros movimentos: desemprego, corrupção, desigualdade social, falta de liberdade de expressão, entre tantas outras comuns a países malgovernados, somando-se também a questão religiosa que sufocava as questões políticas. No entanto, o que muda são os modos de comunicação destes protestos, sendo que os ativistas agora conseguem utilizar ferramentas tradicionalmente hegemônicas para mostrar ao mundo as contradições existentes em qualquer praça oprimida.

[...] Novas vias de mudança social, mediante a capacidade autônoma de comunicar-se e organizar-se, têm sido descobertas por uma nova geração de ativistas, para além do alcance dos métodos usuais de controle empresarial e político [...]. (CASTELLS, 2013, p. 24)

Após esse episódio, alguns levantes populares, e muita violência contra todos eles, o presidente Ben Ali resolveu fugir para a Arábia Saudita. Entretanto, essa vitória inicial não satisfaz aos revoltosos que, inflamados de coragem e vontade de mudança, derrubaram todos os nomes do antigo governo e, sem liderança alguma, se organizaram informalmente para discutir, em debates democráticos, o que desejavam para seu país. Nas palavras de Thawrat al-hurriyya wa-l Karâma, tratou-se de uma “Revolução pela liberdade e pela dignidade”. “[...] A busca de dignidade em reação à humilhação com base institucional foi uma força motriz emocional básica para os protestos” (CASTELLS, 2013, p. 27).

Todo o processo revolucionário tunisiano é marcado por uma forte participação cidadã que requer integral direito à vida, com dignidade e sem exclusões.

Foi em busca destes direitos fundamentais que alguns egípcios também se imolaram pelo fogo, por influência do episódio ocorrido na Tunísia, a ponto de as seis imolações ocorrerem em protesto pelo aumento dos preços da comida. Os egípcios viam-se também em uma longa ditadura que lhes tolhia toda a dignidade, privando-os inclusive de alimentação.

Novamente, o advento das redes sociais digitais potencializou o movimento e, em 25 de janeiro de 2011, milhares de pessoas tomaram a praça Tahrir, em uma

---

<sup>5</sup> Denominação poética dada pela mídia ocidental sem nenhuma razão aparente, e que, de fato, fora o nome original do golpe de Ben Ali em 1987 (CASTELLS, 2013, p. 27).

ocupação que se caracterizou pela diversidade de pessoas presentes, representantes de vários credos religiosos, mulheres, crianças, pobres e toda a sorte de egípcios a pedir o fim do governo de Mubarak.

**Figura 4** - Multidão protesta contra Mubarak na praça Tahir



Fonte: <<http://m3financialsense.blogspot.com.br>>. Jun. 2015.

Todos os manifestantes enfrentaram a resistência policial, que culminou com centenas de mortes. Ainda assim, resistiram bravamente até a derrubada do ditador. Mubarak deixou o governo em fevereiro, todavia, os manifestantes egípcios seguiram por todo o ano de 2011 em luta contra os sucessores do regime, cujos líderes eram militares que intencionavam reestabelecer o regime ditatorial.

Então, se deu a revolução, sem aviso nem estratégia, já que os primeiros apelos dos manifestantes não eram diferentes dos que haviam ocorrido nos anos anteriores, só para ser facilmente dissolvidos por capangas policiais. Por quê? Porque o medo fora superado pelos grandes números. Como? E por que então? As pessoas superaram o medo quando se juntam. E elas estavam juntas, tanto nas redes sociais da internet quanto nas redes urbanas formadas nas praças. Contudo, para conseguir formar multidões, elas precisavam de uma motivação poderosa, de uma força mobilizadora. A indignação estimula que se assumam riscos sem temor, e eram grandes a indignação contra o abuso policial, a fome que crescia no país e o desespero que levava as pessoas a se imolarem. (CASTELLS, 2013, p. 70)

A indignação dos egípcios, existente há muito tempo, só foi externada e encorajada graças aos novos instrumentos de conexão entre as pessoas.

Especificamente no Egito, esse processo sofreu diversos reveses,<sup>6</sup> no entanto, cabe salientar que a conexão em rede foi extremamente importante e possibilitou a resistência contra os militares e a continuidade da luta pela democracia.

Conectando redes de contrapoder, os manifestantes ficaram suficientemente poderosos para induzir a desconexão entre importantes redes de poder, enfraquecendo o sistema de dominação e transformando a violência num recurso cada vez mais difícil de empregar para manter o país sob controle [...]” (CASTELLS, 2013, p. 72)

A centelha acendida pela Tunísia e pelo Egito inspirou levantes por diversos países árabes, como Argélia, Líbano, Jordânia, Mauritânia, Sudão, Omã, Iêmen, Bahrein, Líbia, Kuwait, Marrocos, Saara Ocidental, Arábia Saudita e Síria. Cada qual com suas características específicas, alguns conquistaram grandes e importantes mudanças, uns obtiveram algumas concessões e outros foram reprimidos, porém o fato importante a considerar a respeito de todos estes levantes, e segundo as palavras de Castells (2013, p. 73), é que “[...] as cinzas dos movimentos ainda estejam quentes e possam se reavivar a qualquer momento”. Ainda, de acordo com esse autor:

Esses vários movimentos surgiram de causas específicas a cada país e evoluíram de acordo com as condições de seus contextos e das idiosincrasias de cada revolta. Mas todos eles foram levantes espontâneos, estimulados pela esperança inspirada no sucesso das revoluções tunisiana e egípcia, divulgada por meio de imagens e mensagens transmitidas pela internet e pelas redes árabes de televisão por satélite [...]. (CASTELLS, 2013, p. 74)

Ao mesmo tempo que o mundo árabe passava por uma revolta pela democracia, liberdade de expressão e garantia de direitos, a Europa registrava levantes contra a dominação capitalista especulativa, que culminou na grande crise financeira europeia e que, por consequência da atuação sórdida e sem limites do capitalismo, atingiu diversos países ao redor do mundo, deixando rastros de fome e outras mazelas.

Segundo Santos (2002), a centralidade do poder econômico propicia crises como a europeia em meados dos anos 2000, pois:

---

<sup>6</sup> No segundo capítulo, trataremos mais especificamente da questão do ciberativismo e das ações para impedimento de utilização no Egito, bem como das ações de reestabelecimento das redes.

[...] o Estado perde centralidade e o direito oficial desorganiza-se passando a coexistir com o direito não oficial de múltiplos legisladores fácticos, os quais, pelo poder econômico que comandam, transformam a facticidade em norma, disputando ao Estado o monopólio da violência e do direito [...]. (SANTOS, 2002, p. 18)

Toda a questão econômica centrada no capital da pós-modernidade europeia nos faz perceber quanto as esferas tradicionais de política e resistência se modificaram, porém algo não muda: a exploração dos homens que se veem sem direitos, sem dignidade e sem liberdades, expostos à fome e a toda sorte de males causados pela expansão do capital de forma indiscriminada e irresponsável. Sobre tal fato, Hardt e Negri (2001), em sua obra *Império*, apontam que o poder econômico ultrapassa as fronteiras instituídas pelos Estados-nação e, com isso, desconhece qualquer limite para a obtenção de resultados.

Finalmente, o declínio das esferas tradicionais de política e resistência é complementado pela transformação do Estado democrático, de modo que suas funções foram integradas aos mecanismos de comando em nível global das empresas transnacionais. [...] A unidade dos governos individuais foi desarticulada e investida numa série de corpos separados (bancos, organismos internacionais de planejamento, e assim por diante, além dos corpos separados tradicionais), os quais cada vez mais se voltam para o nível de poder transnacional em busca de legitimidade. (HARDT e NEGRI, 2001, p. 323-324)

Pode-se supor então que a grave crise financeira que atingiu os países europeus foi o estopim para os levantes daqueles que eram atingidos pelos infortúnios da pós-modernidade. Embora saibamos que o papel de adversário é desempenhado pelo capital, a luta se volta para o Estado, pois esse é considerado responsável por administrar de modo ineficiente a economia.

O início desse conflito se deu na Islândia em outubro de 2008, pois, por lá, os bancos aumentaram seus ativos às custas de abusos financeiros e da boa-fé – ou ganância – dos que compraram papéis que ofereciam recompensas maiores que as habituais no mercado. Contudo, o Estado se mostrou condescendente e até participativo nessas negociatas que, por fim, levaram a uma perda considerável de renda dos islandeses e à conseqüente queda do PIB do país.

A crise decorrente levou à eclosão da revolução das panelas e, como toda revolução de nosso tempo, seu prelúdio e sua repercussão foram marcados pelo poder da internet e suas redes sociais. Inicialmente, havia apenas uma pessoa e uma música em frente ao parlamento denunciando a realidade, mas, em pouco tempo,

milhares de pessoas reuniram-se no mesmo local a bater panelas pelo fim do governo corrupto e a elaboração de uma nova constituição.

**Figura 5** - Revolução das Panelas em frente ao parlamento nacional em 2009



Fonte: <<http://www.proletaren.se>>. Jun. 2015.

Como consequência, um novo governo foi instituído e tratou de trabalhar rapidamente para a resolução dos principais problemas, referendando questões importantes na tentativa de recuperar a confiança do povo e concedendo ampla participação popular aos debates políticos, com a finalidade de elaborar uma nova constituição. Vale pontuar que a utilização do Facebook e do Twitter foi totalmente permitida aos cidadãos islandeses.

Embora o levante ocorrido na Islândia tenha sido motivado inicialmente pela má administração política, o capitalismo especulativo, que se apodera de todas as instâncias de poder a fim de fazer valer seus intentos e, com isso, destrói as possibilidades de sobrevivência com dignidade dos mais fracos, figurava como pano de fundo.

[...] Mas sua indignação veio da percepção de que as instituições democráticas não representavam os interesses dos cidadãos porque a classe política se tornara uma casta autorreprodutora que favorecia os interesses da elite financeira, assim como a preservação de seu monopólio sobre o Estado. (CASTELLS, 2013, p. 42)

Espanha, Grécia, Alemanha e Turquia também passaram por processos parecidos, cada um a seu modo, mas todos indignados com a derrocada das

condições de vida provocada pela sombra maléfica da especulação capitalista e pela má gestão pública.

O fato é que não houve nos outros países o mesmo desfecho que na Islândia. Os governos adotaram medidas austeras e, mesmo que algumas pequenas mudanças tenham ocorrido, outras não passaram de sonhos e as condições de vida sequer melhoraram.

Conforme Castells (2013) explicita, todos os movimentos ocorrem sem lideranças formais, tanto na internet como nas ruas, geralmente repudiam a violência e têm a característica de aparecer e reaparecer sempre que a indignação se fizer presente.

Efetivamente, havia um clima de indignação geral na Islândia, partilhado por quase todos os outros países, em relação aos políticos, que zelavam apenas por seus próprios interesses, e aos banqueiros, que haviam afundado a economia com suas manobras especulativas, somente para se livrar da cadeia sob fiança e receber bônus generosos, enquanto cidadãos sofriam profundas consequências da crise em seus empregos, salários, serviços e hipotecas executadas.

Em 2011, ocorreu algo semelhante na América do Norte, em que grupos demonstraram sua indignação com algumas questões internas, cujo ponto central era a má gestão e a subserviência ao setor financeiro. Tal insatisfação eclodiu em movimentos populares que explicitavam as injustiças cometidas aos 99% da população contra 1% da elite que detém o poder financeiro.

**Figura 6** - Um dos protestos Occupy Wall Street simbolizando os 99% da população



Fonte: <<http://occupywallstreet.net>> Jun. 2015.

A indignação era direcionada ao capitalismo e aos desmandos dos agentes financeiros que foram responsabilizados pela crise. Quatro anos de recessão haviam deixado parte dos norte-americanos sem casas, dado que o sistema financeiro os endividou excessivamente para que vivessem seu “sonho americano”. Conforme aponta Gohn: “[...] A financeirização da economia nas últimas décadas explica grande parte da crise [...]” (2014, p. 125).

Da mesma forma que os protestos citados anteriormente, o movimento Occupy Wall Street foi divulgado pela internet. No entanto, existe controvérsia quanto à questão da liderança e, para Gohn (2014), o movimento foi orquestrado pelo grupo Adbusters, que lançou diversas campanhas questionando os excessos consumistas dos americanos. Já Castells vê como um movimento espontâneo e sem lideranças, porém com antecedentes.

[...] Cálculos preliminares da Rede de Pesquisa Occupy indicam que a ampla maioria das pessoas que atuaram no movimento havia participado de vários movimentos sociais e se envolvia em organizações não governamentais e campanhas políticas. Também tinham presença em redes de militância na internet, postando vídeos e participando de animados fóruns políticos [...]. (CASTELLS, 2013, p. 128)

Outra constatação de Castells é com relação às demandas. Obviamente, o movimento surgiu a partir da indignação com o sistema financeiro, porém permaneceu aberto a todos os tipos de propostas e isso o tornou popular e atraente, contudo, essa característica, aos olhos de alguns intelectuais, era uma falha fundamental no movimento.

De acordo com Castells, mesmo sendo consideradas controversas, podem-se apontar duas tendências fundamentais para o movimento:

[...] em primeiro lugar, a maioria das pessoas simplesmente não confia no processo político tal como está agora estruturado, de modo que só contam consigo mesmas; em segundo, o movimento é grande e forte porque une indignação e sonhos, ao mesmo tempo que evita a política tal como usualmente praticada. Essa é sua força e sua fraqueza [...]. (CASTELLS, 2013, p. 146)

Portanto, o movimento Occupy pode ser considerado sem demandas específicas, mas abrangendo todas as demandas da atualidade em busca de uma sociedade diferente. Deve-se enfatizar que é relevante que um movimento que se abstém da tradicional política institucionalizada e que se opõe ao capitalismo, tenha

causado grande impacto na consciência das pessoas abalando firmemente o ideal de esforço pessoal cunhado pelo “sonho americano”.

No Brasil, também tivemos dias de revolta em diversas cidades. No início, as manifestações tinham um propósito: a revogação do aumento de vinte centavos no valor das tarifas de transporte coletivo, estopim que levou milhares às ruas. Os protestos aconteceram, ora pacíficos, ora violentos. A violência era observada dos dois lados, tanto dos que protestavam, com os chamados “vândalos e baderneiros”, quanto da Polícia Militar, representando o governo repressor.

A princípio, os protestos aparentavam não ter liderança, mas, alguns dias após se iniciar, apareceram os líderes do Movimento Passe Livre, um coletivo que existe há cerca de dez anos e atua em prol de melhorias no transporte público. O fato é que, independentemente de lideranças, as manifestações foram tomando proporções gigantescas. A mídia convencional veiculava seu repúdio aos vândalos e baderneiros que estavam nas ruas. Todavia, essa mídia hegemônica não contava com a mobilização das pessoas por meio da internet, especificamente pelas redes sociais.

**Figura 7** - Faixa em protesto colocada em um viaduto nos primeiros dias da manifestação na cidade de São Paulo em junho de 2013



Fonte: <<http://spressosp.com.br>> Jun. 2015.

As pessoas estavam sendo convocadas a irem para as ruas. O protesto usou bastante a *hashtag*<sup>7</sup> #vempraruá, principalmente, por intermédio do Facebook, demonstrando o poder de mobilização que as pessoas têm quando utilizam essa

<sup>7</sup> Espécie de palavra-chave utilizada em redes sociais que são antecedidas pelo símbolo #.

mídia social e suas redes. E as pessoas foram! Mas, infelizmente, muitas aderiram sem saber por que estavam indo. Aí é que começaram os problemas.

“Quem protesta testemunha desde o começo que não quer ter nada a ver com uma determinada coisa. Ele é claramente contra alguma coisa, o que significa, contudo, que é a favor de outra [...]” (PROSS, 1997, p. 20). Essa afirmação de Pross se justifica; entretanto, as pessoas que foram para as ruas não sabiam muito bem disso, pois incluíram na pauta da manifestação uma gama de outros tantos temas, inclusive, antagônicos.

É necessário que sejamos contrários a algo específico, pontual e, em contrapartida, apontemos qual seria a posição que nos satisfaria, contudo, os manifestantes contradiziam inúmeros partidos políticos, contradiziam as obras superfaturadas para a Copa do Mundo, a Polícia Militar de vários estados e seus governadores, os prefeitos de muitos municípios, o sistema de saúde e de educação, contradiziam a atual presidente do país, Dilma Rousseff, o então presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros, o presidente da Comissão de Direitos Humanos, Marco Feliciano, os transportes públicos, a falta de segurança, o sistema penal e tributário, entre tantos outros assuntos espalhados nos cartazes e nas vozes da multidão pelas ruas.

**Figura 8** - Montagem de fotos com cartazes de temas diversos expostos nas manifestações



Fonte: <<http://veja.abril.com.br>>. Jun. 2015.

Nas palavras de Castells, assim se deu o movimento no Brasil:

Aconteceu também no Brasil. Sem que ninguém esperasse. Sem líderes. Sem partidos nem sindicatos em sua organização. Sem apoio da mídia. Espontaneamente. Um grito de indignação contra o aumento do preço dos transportes que se difundiu pelas redes sociais e foi se transformando no projeto de esperança de uma vida melhor, por meio da ocupação das ruas em manifestações que reuniram multidões em mais de 350 cidades. (CASTELLS, 2013, p. 178)

Gohn (2014, p. 22-24) descreve o movimento em três momentos, tomando por base a cidade de São Paulo.

Num primeiro momento, houve a desqualificação e o descaso, sendo considerado ato de estudantes e reprovados pela mídia. O movimento teve como resposta do poder público apenas a criminalização com a nítida intenção de impedir que houvesse identificação com as pautas e mais pessoas fossem às ruas.

O segundo momento foi marcado pela revolta popular, pelo espantoso movimento de massa e pela violência policial contra os manifestantes, causando comoção na opinião pública, que prontamente aderiu aos protestos, não só em São Paulo, mas em várias cidades pelo Brasil, além disso, se intensificaram as ações por meio das redes sociais digitais de diversos grupos organizados no Facebook.

No terceiro momento elencado por Gohn, a demanda inicial é atendida pelo poder público, que cancela o aumento da passagem. A partir de então, o movimento permanece nas ruas, mas com foco voltado aos gastos públicos para a realização da Copa das Confederações e toda a sorte de demandas relativas ao social, não havendo um viés político-social concreto pautando as reivindicações. Isso implica naturalmente uma tematização deficiente, que enfraquece qualquer movimento social, mesmo que, de início, houvesse um tema claro e direto. Perde-se, deste modo, o apoio da maioria da população e os protestos passam a ser marcados pelas ações de grupos que agiam violentamente e, em muitos momentos, se identificavam como sendo os *black blocs*.<sup>8</sup> É importante salientar que os *black blocs* nem sempre agiram ou agem de maneira violenta e, quando essa violência existe, é contra o patrimônio público e privado como um símbolo da contra-hegemonia pregada por eles. De acordo com

---

<sup>8</sup> FERREIRA, Indiara; MIOTTO, Adriana Karolina da Silva. A versão da esquerda da Teoria Instrumentalista na publicação do Portal Uol. Disponível em: < <http://goo.gl/hR8P9c> >. Acesso em: 2 set. 2015.

Ferreira e Miotto, os *black blocs* “[...] são um grupo anticapitalismo que questiona a ordem vigente” (2015, p. 1).

**Figura 9** - Repressão violenta do segundo momento citado por Gohn (2014)



Fonte: <<http://www.pstu.org.br>>. Jun. 2015.

**Figura 10** - Manifestantes entregam flores em protesto contra a repressão violenta



Fonte: <<http://www.brasildefato.com.br>>. Jun. 2015.

É importante ressaltar que, entre as principais demandas, estava a defesa da dignidade, pois sempre existiu no país – e ainda existe – a sensação de abandono político, muito presente nos cidadãos. A democracia, que deveria salvaguardar seus direitos, não passa de uma simples obrigação de votar em alguém – ou em algum partido – que, certamente, não desempenhará o papel que dele se espera: atuar em prol do cidadão e de uma sociedade mais igualitária.

Castells (2013) faz uma análise do momento político brasileiro e de suas ações frente aos movimentos ocorridos em junho, que, em suas palavras, deixa clara uma característica um tanto diferente em relação aos outros movimentos ocorridos pelo

mundo. Segundo o autor, fora a primeira vez que a mais alta autoridade de um país declara a “obrigação” de escutar a voz das ruas e propõe medidas para a melhoria da educação, saúde, transporte e, finalmente, uma reforma política que possibilite o retorno a uma verdadeira democracia.

Contudo, as medidas até o momento (maio 2015) não passaram de promessas e suscitaram novos movimentos focados na derrubada da presidente. Tramitam no Congresso, nos dias atuais, projetos para que seja votada a reforma política, mas que pouco ou nada atendem aos anseios da população, além de várias propostas que cortam verbas da educação e diminuem benefícios sociais.

No período de junho de 2013 para cá, viu-se uma crescente adesão aos ideais de direita e, até mesmo, um clamor pela volta das Forças Armadas, com o intuito de acabar com a corrupção generalizada no país. Todos esses acontecimentos resultaram na eleição de um Congresso fortemente conservador, que atua no sentido de vetar propostas voltadas ao social e faz campanha ativa para derrubar o poder hoje instituído pela via democrática.

Lamentavelmente, podemos apontar que no Brasil os movimentos sociais sofrem de certa complexidade, já que, apesar de demandas verdadeiras e urgentes, temos ainda grande parcela da sociedade manipulada por uma mídia monopolizada e, ainda, influenciada por um sistema colonialista, que parece nunca deixar o cenário político brasileiro.

Isto posto, vemos surgir na esteira de movimentos genuínos toda uma sorte de manifestações por “qualquer causa”. Esses comportamentos podem ser apenas o reflexo de uma sociedade reaprendendo a liberdade de expressão, mesmo após três décadas do fim da ditadura militar no país, mas essa prática ainda não é exercida com grande sabedoria.

Na trilha dos movimentos autênticos, existem também aqueles que o fazem sem demandas legítimas ou que apenas consideram suas demandas íntimas, não sendo difícil que acabem por encontrar outros movimentos que concordem com seu ponto de vista, surgindo, assim movimentos que não passam de meras farsas.

Utilizam-se as demandas por menos corrupção, mais educação, saúde, segurança pública, para defender regimes não democráticos que causaram grandes

atrasos ao país não só na economia, mas também no desenvolvimento humano dos cidadãos que tiveram seus direitos cerceados pelo regime ditatorial. Ocorreram mortes e exílios na tentativa de libertar o país da ditadura militar e, quando acontece a retomada do direito de protestar contra tudo que se considera errado no país, o que se vê é uma parcela da sociedade pedindo justamente que se retome o conservadorismo e o militarismo.

Durante suas marchas, muitos desses “novos revolucionários” fizeram *selfies* com homens da força policial, os quais se mostravam solícitos e pacíficos, em cenários totalmente díspares daqueles anteriormente ilustrados nas figuras nove e dez.

**Figura 11** - Policiais militares da tropa de choque nas chamadas *selfies* (1)



Fonte: <<http://ameseluta.blogspot.com.br/2015/03/manifestantes-tietam-e-tiram-selfies.html>>. Jun. 2015.

**Figura 12** - Policiais militares da tropa de choque nas chamadas *selfies* (2)



Fonte: <<http://blogdaboitempo.com.br>>. Jun. 2015.

Se até este ponto apontamos que a maioria dos movimentos citados usaram a comunicação para se interpor contra a hegemonia, transformando ferramentas notadamente hegemônicas em ferramentas contra-hegemônicas, podemos concluir que este novo movimento brasileiro, que vem ocorrendo desde antes das últimas eleições presidenciais e ainda está em curso,<sup>9</sup> não é contra-hegemônico, já que todo o referencial teórico a respeito nos mostra que a mídia tradicional não trabalha em favor de movimentos sociais que quebrem a hegemonia elitista.

No Brasil, ainda há movimentos que confundem festas com protestos e se utilizam dos meios de chamada para protestos e marchas por demandas autênticas, para colocar em pauta as mais diversas questões, ou até mesmo para reunir pessoas que concordem com qualquer coisa que se propuser. A exemplo disso, podemos citar a “Marcha dos Bons Drink” [sic], que foi marcada para o mesmo dia que em que foi convocada outra marcha cujos temas eram: liberdade de organização e expressão; contra a repressão e a violência policial em qualquer âmbito da sociedade; contra o conservadorismo que pauta o Judiciário e o Estado; e regulamentação que proíba o uso de armamentos pela polícia em manifestações sociais.

No entanto, a “Marcha dos Bons Drink”, que ocorreu em 2011, concomitantemente à marcha citada acima, tinha o intuito de: “Marchar porque a gente gosta de uns bons drink! A primeira marcha que não marcha de São Paulo! Porque paulistano não vai à praia, vai à Marcha!!! Peguem suas taças, seu baldinho de gelo, seus destilados favoritos e vamos em frente pessoal!!!”.<sup>10</sup>

Castells (2013) concluiu que é irreversível o empoderamento dos cidadãos, que adquiriram uma autonomia possibilitada pelos meios comunicativos presentes na atualidade. Desta forma, será ou não possível fazer do futuro um lugar melhor. Tudo dependerá de como irão exercer sua autonomia.

Em todos os movimentos citados anteriormente, um ponto comum é que todos tinham pouca ou nenhuma liderança e, que se existiam, emanavam de uma vontade popular genuína, e, ainda, foram organizados e possibilitados de ganhar as ruas no

---

<sup>9</sup> Ao término desta dissertação (jun. 2015), o movimento ainda resiste, mas enfraquecido, uma das frentes que encabeçam o movimento empreendeu uma marcha até Brasília no mês de maio, para se encontrar com outros movimentos vindos de diversos estados, mas não houve público. Porém, mesmo que não estejam nas ruas, o que se vê nas redes sociais e na mídia tradicional é uma intensa campanha ideológica que favorece o movimento.

<sup>10</sup> <<https://www.facebook.com/events/208812995823766/>>. Acesso em: 4 jun. 2015.

ambiente virtual, utilizando-se das redes sociais digitais, de blogs e afins, assim se fazendo vistos e ouvidos.

Há que se refletir se essa é uma realidade nova, contudo, conforme já discutido antes, as demandas sociais sempre estiveram presentes nas sociedades, e, de tempos em tempos, existe a necessidade de afrontar as formas de poder e tentar retomar posições perdidas.

A grande novidade nestes processos fica por conta do novo espaço constituído para os protestos, por intermédio da tecnologia e suas redes sociais, capazes de atingir um grande número de pessoas rapidamente. Esse novo espaço se descortina perante a sociedade possibilitando novas formas de protestos, fazendo com que a participação política seja ampliada. Em vários países, essa realidade é presente e insere, sobretudo, os mais jovens em uma realidade de informações rápidas e possíveis de serem comunicadas a um contingente grande de pessoas, fazendo com que a indignação se torne presente em grande parcela da população que sofre com os mesmos problemas.

Todavia, devemos conhecer mais detalhadamente esse processo de comunicação e articulação no âmbito virtual e, para tanto, no próximo capítulo, será tratada a questão da comunicação nos movimentos sociais contemporâneos, com especial atenção para o ciberespaço.

## **2 A COMUNICAÇÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS**

Após o enfoque empreendido no primeiro capítulo, na direção de um entendimento maior sobre os movimentos sociais e seus desdobramentos na contemporaneidade, passaremos, neste segundo capítulo, a abordar como se dá a comunicação desses movimentos no momento de sua articulação, ao longo de sua duração e como essa forma de comunicação pode se configurar numa nova estrutura para os movimentos sociais. De fato, é impensável não reconhecer o importante papel que as tecnologias em rede desempenham para todos os movimentos já citados, porém nossa intenção é detalhar como a internet, as mídias sociais e as redes sociais contribuem para a organização das ações coletivas que visam a ampliação da cidadania.

Para tanto, trataremos de contextualizar a comunicação nos movimentos sociais, esclarecendo, ainda, as diferenças e semelhanças entre as mídias primárias, secundárias e terciárias, referenciando teoricamente como as redes sociais existentes nas mídias sociais, reconhecidamente criadas para atender aos interesses capitalistas, podem servir de ferramentas contra-hegemônicas para ativistas de diversos movimentos sociais. Ademais, pretendemos estabelecer relações entre mídia radical e ciberativismo ocorridos no ciberespaço e sua ampliação para as ruas, apontando se há ou não possibilidade de sujeitos autônomos através da cibercultura.

### **2.1 Internet e movimentos sociais**

Não há novidade em dizer que o mundo hoje é conectado e talvez também não seja novidade que os acessos à internet não acontecem de maneira justa e equilibrada mundo afora.

De acordo com dados divulgados no final do ano de 2014, o Brasil terminaria o ano sendo o 4º país com a maior população de usuários de internet no mundo. À sua frente, apenas China, EUA e Índia. O número, segundo dados da consultoria de tecnologia eMarketer,<sup>11</sup> seria de 107,7 milhões de internautas contra os 643,6 milhões com acesso à internet na China. No entanto, apesar de sermos o 4º país em acessos,

---

<sup>11</sup> Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141124\\_brasil\\_internet\\_pai](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141124_brasil_internet_pai)>. Acesso em: 10 jul. 2015.

a pesquisa revela que 24,2 milhões de lares com renda de até dois salários mínimos não têm acesso à internet.

Segundo Castells,<sup>12</sup> esse tipo de pesquisa já é ultrapassado, uma vez que considera apenas a internet que é instalada em casas. Na verdade, atualmente o acesso à internet ocorre principalmente pelos *smartphones*. Pode-se também acreditar que a brecha digital existente é apenas um fator de idade, dado que entre os brasileiros com idade inferior a 40 anos, o acesso à internet é de 75%. Quando a geração que hoje tem mais resistência à tecnologia desaparecer, Castells acredita que o acesso será universal.

Ainda assim podemos julgar que existe uma grande desigualdade que diferencia as pessoas por todo o globo. Segundo Aníbal Ford (In: *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*), os Estados Unidos têm hegemonia sobre os sistemas de buscas na internet, o que propicia a desigualdade, pois esse país omite informações sobre países de terceiro mundo, existindo ainda um discurso de poder sobre as minorias pautado pela indústria, que procura minimizar ou tornar invisíveis os problemas sociais quando incentiva o consumismo. Esse modo de vida consumista seria uma forma de controle social. Todavia, sabemos que o uso da internet é uma realidade e a intensidade das mudanças tecnológicas que a acompanha nos afeta de modo muito significativo, segundo suas palavras:

No mundo em processo de globalização, no qual o tempo e o espaço encolhem e as fronteiras desaparecem, os males mundiais difundem-se com alcance e velocidade sem precedentes. A internet é um veículo através do qual se traficam, com facilidade, drogas, armas e mulheres através de um conduto de redes que é quase impossível seguir. (FORD, 2012. p. 93)

Poder-se-ia levantar aqui uma sucessão de questões relacionadas ao uso da internet e, não necessariamente, todas trariam algum benefício à sociedade. O fato é que, independentemente do discurso acerca de sua boa ou má utilização, a estruturação social hoje está intimamente ligada ao uso da internet, que exerce enorme influência no modo como pensam os cidadãos.

Mesmo que a nossa percepção possa nos levar para um caminho de navegação onde a internet está a serviço do capital, captando cada vez mais

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/zryMHQ>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

informações sobre nossos hábitos e necessidades e fazendo com que estejamos suscetíveis às ofertas tentadoras de consumo exagerado, é verdade que o contrário também ocorre; nós, cada vez mais, temos informações sobre o mundo e suas contradições. Isso possibilita que a realidade nos seja mostrada com agilidade e que contradições sejam expostas ao conhecimento de um maior número de pessoas. Esse é pontualmente o pensamento de Ford (2012, p. 94): “[...] Todavia, se as concentrações de poder têm cada vez mais informação sobre a sociedade e sobre os indivíduos, estes têm cada vez mais informação sobre o mundo [...]”.

Não há que se estranhar os paradoxos que vemos hoje em rede. De acordo com Barbrook, as primeiras máquinas produzidas pela IBM, há algumas décadas, surgiram, inicialmente, como um instrumento da Guerra Fria, no final da década de 1940, mas foram apresentadas ao grande público na Feira Mundial de Tecnologia de 1964 como uma das fabulosas promessas da modernidade rumo ao futuro ideal da humanidade. Tudo isso sucedeu na tentativa de encobrir seu potencial destruidor bélico. De fato, naquele momento, a intenção de uso era voltada à guerra, mas o que se viu foi o computador se transformar em algo usual e, principalmente, a serviço do capital, que logo tratou de introduzir as “máquinas pensantes” para maximizar a produtividade do trabalho. Desde o início da era das “máquinas pensantes”, pôde-se prever a elevação do nível da exploração dos trabalhadores e sua crescente desvalorização. Segundo Wiener (apud BARBROOK):

[...] o papel da nova tecnologia sob o capitalismo era intensificar a exploração dos trabalhadores. Ao invés de criar mais tempo de lazer e melhorar os padrões de vida, a informatização da economia sob o fordismo aumentaria o desemprego e cortaria os salários. [...] “Vamos lembrar que a máquina automática... é o equivalente preciso do trabalho escravo. Qualquer trabalho que dispute com o trabalho escravo deve aceitar as condições econômicas do trabalho escravo”. (2009, p. 98-99)

As previsões de Wiener (apud BARBROOK, 2009) se concretizaram e essa máquina, com sua tecnologia, se popularizou além dos escritórios e das indústrias e, como já citado, está em muitos lares, principalmente, em dispositivos móveis. Obviamente, essa onipresença não descaracteriza sua utilização enquanto ferramenta de exploração e domínio, porém o que hoje podemos ver é que sua utilização vai além do seu jugo, dado que também viabiliza a luta contra a própria hegemonia capitalista que a criou.

Desde o início da civilização, nós, seres humanos, nos articulamos a favor de melhorias de condições diversas de vida. Uma vez que nos sintamos acuados e explorados, existirão de alguma forma articulações contra as esferas de poder que nos oprime. Ao longo da história, foram muitos os levantes contra os opressores; alguns não passaram de tentativas, enquanto outros mudaram os rumos da humanidade, caso da Revolução Francesa.

No entanto, na atualidade, há uma diferença que particulariza os movimentos sociais daqueles de tempos passados, e isso possibilita uma comunicação muito mais ágil e abrangente do que qualquer meio utilizado anteriormente: a internet. A internet é facilitadora e multiplicadora ativa para os movimentos sociais. Conforme cita Moraes (In: *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*, 2008, p. 42), “A teia gigantesca desfaz pontos fixos ou limites predeterminados para o tráfego de dados e imagens; não há nela centro ou periferia, e sim entrelaçamentos de percursos [...]”.

O espaço da comunicação também mudou, saiu do âmbito estrito e tradicional das ruas e, por isso mesmo, a comunicação que se empreende também tem novas características que a delineiam. Desta forma, criam-se ativistas que derrubam governos e estruturas de poder constituídos, sem a necessidade de empunhar armas. Apenas apoiadas em ideais e objetivando mudanças, forjam-se novas forças contra a classe dominante e todo um sistema opressor. Talvez esse seja o grande paradoxo, posto que essa tecnologia foi criada para ser facilitadora do capitalismo, perpetuando, desta maneira, o poder nas mãos dos favorecidos de sempre. Conforme aponta Galeano (In: *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*):

A internet realmente abriu espaços a vozes que agora encontram possibilidades de difusão incriveis. E isso é uma boa notícia que a realidade nos deu contra todos os prognósticos, pois a internet nasceu como uma operação militar do Pentágono para planificar as suas operações. Ou seja, foi uma coisa nascida da morte, do extermínio do outro, pois a guerra é isso. E depois virou um espaço que contém um pouco de tudo, que não é uma coisa só, mas que inclui muitas expressões, da afirmação da boa energia da vida, da energia multiplicadora do melhor da vida, a liberdade, a vontade de justiça. (apud MORAES, 2008, p. 42)

Por conseguinte, podemos compreender a internet como uma ferramenta contra-hegemônica também, visto que toda essa liberdade – ainda que suposta – traz à tona a existência dos conflitos e das contradições das sociedades atuais e,

propriamente por estar estruturada em rede, consegue conectar diferentes pessoas com sentimentos análogos. Isso acontece em grande escala de modo praticamente instantâneo. De acordo com Castells, qualquer movimento social e em qualquer época se caracteriza pela conexão de pessoas a um ideal.

[...] Porque as pessoas só podem desafiar a dominação conectando-se entre si, compartilhando sua indignação, sentindo o companheirismo e construindo projetos alternativos para si próprias e para a sociedade como um todo [...]. (CASTELLS, 2013, p. 166)

Entretanto, é importante salientar que, para Castells (2013), sem o advento da tecnologia de redes não existe a probabilidade de um movimento articulado que não tenha uma liderança encabeçando essa articulação e seus desdobramentos. Como já visto no capítulo anterior, os movimentos sociais contemporâneos surgem da espontaneidade frente ao sentimento compartilhado em rede. Esses movimentos são dotados de uma cultura da autonomia e, segundo as palavras de Castells (2013, p. 168), “[...] Eu afirmo que a internet fornece a plataforma de comunicação organizacional para traduzir a cultura da liberdade na prática da autonomia [...]”.

Porém, as contradições que existem nesse meio comunicativo intrínseco ao capital são demasiadamente grandes e, segundo Mcchesney (In: *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*) existe uma grande dominação dos meios de comunicação por grandes corporações, e a internet não escapa dessa realidade. De acordo com suas palavras: “O surgimento de um sistema de mídia tão altamente concentrado nas mãos de grandes interesses privados viola, de forma fundamental, qualquer noção de imprensa livre na teoria democrática [...]” (2012, p. 233).

Parece, então, que falar em prática da autonomia não é possível, uma vez que existe o controle e o comprometimento de uma realização democrática. Talvez seja apenas uma utopia pensar em sujeitos autônomos diante dessa realidade tão discrepante. Afinal, essa forte cultura de mídia liderada por conglomerados econômicos e suas práticas neoliberais promove uma despolitização da sociedade civil, tendo em vista que os conglomerados utilizam tal ferramenta tecnológica no intuito de massificar o entretenimento, a cultura, o conhecimento, a informação, entre tantos outros fins, como, por exemplo, suas estratégias comerciais. Todos esses subterfúgios têm duas finalidades maiores que são promover a maximização de lucros

e a alienação da sociedade, para que não perceba a exploração e o domínio aos quais está submetida.

Todavia, conforme já citamos, Castells (2013) nos acena com uma probabilidade de autonomia na web. A world wide web – rede mundial de computadores ou, simplesmente, web – como conexão global, se alastra por todas as áreas da vida social e, mesmo não sendo necessariamente uma ferramenta aberta, disponível e pronta para o uso contra o capital, traz consigo a novidade necessária para a militância desses novos tempos, ou seja, traz a esperança de uma autonomia para os movimentos sociais.

Revalidando o conceito de Castells, Moraes (In: *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*) escreve que existem na rede inúmeras tentativas de intervenção que se opõem à ideologia neoliberal, mesmo que sejam quase sempre sufocadas pela grande mídia. Ações dessa natureza tendem a colaborar para a realização de aspirações comuns e têm alcance internacional, o que tem feito com que os inúmeros movimentos sociais que acompanhamos recentemente ganhem visibilidade e simpatizantes por todo o globo.

Essa peculiaridade faz com que a comunicação que se cria contra o poder hegemônico das grandes corporações e também contra o aparato estatal, seja a poderosa ferramenta que possibilitará a tão almejada realização da autonomia humana, conforme cita Castells.<sup>13</sup> No entanto, o autor entende que ainda há muito que criticar quanto à utilização que se faz da web, pois, segundo ele, existe um problema a considerar em relação à capacidade de atuação na internet referente à esfera educacional, sobretudo no Brasil: “Um país educado com internet progride. Um país sem educação utiliza a internet para fazer estupidez”.<sup>14</sup>

Há que se pensar quanto a questão da educação pode favorecer ou desfavorecer os movimentos sociais, uma vez que o problema não consiste exatamente na navegação, dado que em nosso país o acesso à web pode ser

---

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/zryMHQ>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

<sup>14</sup> Idem.

considerado democrático se comparado a outros. Na ótica de Castells,<sup>15</sup> o imbróglio se concentra nos conteúdos acessados e, posteriormente, compartilhados na rede.

Mesmo entendendo esses paradoxos, a intenção neste estudo é abordar como os ativistas têm se saído nessa empreitada revolucionária de desafiar as esferas vigentes de poder. Pelos dados que já apresentamos no primeiro capítulo, podemos considerar que muitos avanços foram conquistados, haja vista os protestos ocorridos por todo o mundo e que têm levado a mudanças em seus locais, a exemplo do Brasil, que se mobilizou e articulou, especialmente pela internet em redes sociais, e conseguiu arrastar milhares de pessoas às ruas e revogar o aumento das tarifas do transporte coletivo em inúmeras cidades.

Moraes (In: *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*, 2008, p. 46) enumera cinco dimensões que podem ser apreciadas nas tentativas de atuação contra-hegemônicas, que podemos considerar efetivas na maioria dos movimentos sociais de hoje. A primeira consiste em fazer “oposição direta ao neoliberalismo e defender a universalização dos direitos democráticos, além da socialização das riquezas”; a segunda empreende uma “descentralização informativa”, possibilitando trocas de informações de qualquer ponto da rede, o que dificulta o controle destes movimentos pelas instâncias de poder; em terceiro, o autor considera o poder de difundir diversos conteúdos sem ter que submetê-los ao crivo da mídia tradicional; em quarto lugar, entende que a rede possibilita uma dinâmica de “interlocução e interação” de mundos convergentes; e, por fim, a democratização dos materiais a serem compartilhados, já que a publicação é aberta e qualquer um pode publicar textos, fotos, vídeos e quaisquer outros materiais para divulgação, sem prévio consentimento dos editores, e ainda pode se valer de “arquivos e base de dados” para uso sem fins comerciais.

Contudo, no universo do capitalismo, não podemos deixar de ponderar que, atualmente, não há nada que não se transforme em mercadoria, e, naturalmente, com a informação, não seria diferente. Ramonet (In: *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*), no ensaio “O poder midiático”, enfatiza que, além do poder político, existem outros dois grandes poderes: o econômico-financeiro e o midiático. O segundo trabalha em favor do primeiro, pois é o aparato ideológico de um

---

<sup>15</sup> Idem.

sistema neoliberal e globalizado. Entretanto, por mais que seja de nosso conhecimento que o uso da tecnologia para propagar informações contra-hegemônicas seja possível, há muita dificuldade em ultrapassar as barreiras desse poder midiático que representa o poder econômico. Não deve haver ilusão a ponto de crermos que o trânsito dessas informações e dos comportamentos contra o poder dominante seja inteiramente livre e desprovido de entraves.

O monopólio midiático, além de difundir um número vultoso de informações por meio de mensagens sedutoras, constrói no imaginário popular um padrão de vida a ser seguido, na medida em que dita o que é certo e o que é errado. Sua busca na conquista de mais e mais consumidores não deixa espaço para qualquer crítica à informação. Simplesmente recebemos passivamente e repassamos essa “ideologia de vida”, visto que somos envolvidos sem perceber por um discurso sutil e, às vezes, até infantilizante. Segundo Ramonet, somos convencidos a acreditar e aceitar como proposição da verdade tudo que nos é imposto.

Em certa medida, seu pessimismo não é destituído de razão, pois as características de uma fala hegemônica nem sempre conseguem ser vencidas pela construção de um discurso contra-hegemônico, porque é quase impraticável mostrar com o mesmo apelo midiático, quanto é nocivo tudo aquilo que está sendo vendido pelas esferas do poder dominante.

Como combater, por exemplo, em poucas palavras ou, ainda, com uma imagem impactante, um anúncio de banco que incentiva a hipoteca do seu imóvel promovendo a esperança de dinheiro fácil? Sabemos exatamente por que se deu a crise imobiliária dos EUA, mas, conforme Ramonet, teria sido difícil construir um contradiscurso sedutor, dado que a forma de comunicação usada por grandes corporações – que visam antes de tudo o lucro – serve para convencer, assim como se convence uma criança. Em suas palavras: “[...] Às crianças fala-se com simplicidade, brevemente e de maneira emocional. De uma maneira geral, o discurso que recebemos é um discurso infantilizante” (2012, p. 249).

Ramonet, de maneira similar a Castells, aponta a educação como saída provável. Ambos os autores concordam que, sem educação, a utilização da internet será apenas para produzir e reproduzir conteúdos vazios, desprovidos do menor senso crítico. Se a educação for algo factível, poderemos ter pessoas preparadas para

serem sujeitos autônomos, que resistirão a discursos sedutores, prontos, infantis, de fácil entendimento e que queiram apenas torná-los manipuláveis.

Para que essa educação seja possível, é necessário ser minimamente transformadora, uma educação voltada para a vida, para a realização do sujeito perante seu mundo. Todavia, conforme aponta Castells,<sup>16</sup> no Brasil, falta essa educação transformadora, por isso, o uso que se faz da internet produz imbecilidades. Ramonet, no entanto, já consegue enxergar um crescente aumento no nível educacional em vários países do mundo, propiciando uma nova visão e uma resistência muito maior aos discursos infantilizados.

Parece-nos que nenhum dos dois pontos de vista pode ser amplamente aplicado ao Brasil, uma vez que ambos abordam realidades que podem ser encontradas em nossa sociedade. Inicialmente, estamos falando de concepções europeias de sociedade e essas perspectivas não necessariamente se encaixam em nosso modelo. Mas notemos que, de fato, o número de estudantes vem crescendo no país, o que, imagina-se, deve elevar o nível educacional. Os programas de políticas públicas, como o Prouni, têm papel preponderante nessa realidade.

Todavia, um aumento quantitativo não indica necessariamente um aumento qualitativo. Quiçá, uma educação tão tecnicista, como a que tem sido incentivada em nosso país, sirva muito mais para reproduzir e ratificar o capitalismo, que propriamente possibilitar alguma forma de autonomia social, pois trata-se de uma educação voltada predominantemente ao mundo do trabalho, de natureza capitalista.

Podemos dizer, ainda, que existe em nosso país um problema crônico na educação, que abrange da educação básica à universidade, como atestam as diversas avaliações nacionais e internacionais, além disso, percebe-se uma falta de adequação da escola às recentes tecnologias. Talvez muitas de nossas escolas e universidades não estejam preparadas para essa realidade. De maneira geral, com ou sem acesso à tecnologia, nosso modelo educacional, que prioriza o ensino conteudista, muitas vezes, ultrapassado, não busca formar cidadãos capazes de aprimorar o senso crítico.

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/zryMHQ>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

Mas, num prisma positivo, podemos verificar que nossos movimentos sociais, apesar de todos os obstáculos educacionais e tecnológicos, têm encontrado saídas criativas para driblar a comunicação sedutora da grande mídia. Mas isso não vem ocorrendo porque estamos realmente mais “educados”, mas, sim, pelo fato de que as contradições existentes estão tão latentes, que o discurso não seduz como outrora, em razão de estar muito aquém da realidade em que vivemos.

Castells (In: *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*) escreve que os movimentos sociais contemporâneos obedecem a três características fundamentais quanto à interação com a internet. A primeira refere-se à crise das instituições tradicionais de representatividade popular. Os sindicatos, partidos e associações não respondem mais aos anseios populares, possivelmente porque não têm mais a capacidade de articulação de outros tempos. Abandonam-se, neste novo momento, os movimentos sociais organizados em prol de movimentos sociais em rede, onde as coalizões se firmam em torno dos valores e projetos.

A internet é a estrutura organizativa e o instrumento de comunicação que permite a flexibilidade e a temporalidade da mobilização, mantendo, porém, ao mesmo tempo, um caráter de coordenação e uma capacidade de enfoque dessa mobilização. (CASTELLS, 2012, p. 277)

A segunda característica abarca a necessidade de haver movimentos que não militem apenas sobre as questões mais usuais, como a luta de classes, questões trabalhistas etc. Esses movimentos continuam tendo sua importância, no entanto, as demandas são muitas e a internet permite que os movimentos sociais se desenvolvam em torno de códigos culturais de valores

[...] São movimentos de ideias e de valores. A internet é fundamental porque se podem lançar mensagens como esta: “Aqui estou eu, este é o meu manifesto. Quem está de acordo comigo? O que podemos fazer?” A transmissão instantânea de ideias em um âmbito muito amplo permite a coalizão e a agregação em torno de valores. (CASTELLS, 2012, p. 277-278)

A terceira particularidade listada por Castells (In: *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*) considera a questão de poder global *versus* a produção de vida em sociedades locais. Para o autor, ficamos à mercê de um controle advindo de todas as partes do globo e nossa construção de valores e de resistências a esse modo de poder não pode se limitar ao âmbito local, sendo necessário que haja

uma atuação também global, mas que atenda e responda às necessidades locais. A internet possibilita essa articulação global e é só por meio da rede que é possível constituir e organizar movimentos globais a partir das vivências locais: “[...] A internet é a conexão global-local, que é a nova forma de controle e de mobilização social em nossa sociedade” (CASTELLS, 2012, p. 279).

Podemos admitir, então, que os movimentos sociais, ao se organizarem de forma autônoma – desvinculando-se das associações representativas de poder – e, sobretudo, por serem norteados por demandas que exigem uma mudança política profunda em vários lugares do mundo, podem nos mostrar quanto a política não se adaptou a essa nova realidade.

A política age e sempre agiu de forma vertical e não mudou sua postura diante das novas tecnologias, revelando sua incapacidade de adaptação. Por mais que órgãos públicos e partidos políticos estejam conectados, ainda utilizam a rede como vitrine, apenas para expor seus anúncios e informar dados, não havendo chamada efetiva para um debate com a sociedade. Também são incapazes de valorizar a contrapartida com seus interlocutores. Talvez, esse seja um dos motivos de sua falência diante de um público que clama cada vez mais por ser ouvido e encontra na web o eco necessário para sua voz.

Mas, para Downing (2002), que escreve a respeito da mídia e dos comportamentos dos manifestantes, há que se ter cautela ao tratar a internet com tanta inspiração positiva, como se fosse a mais nova redenção da humanidade. Para ele, duas linhas de pensamento, na literatura e na pesquisa, no tocante à utilização da rede, devem ser observadas.

Downing (2002) observa que a primeira trata a internet como um ambiente totalmente democrático, onde todos podem se mostrar livremente. Um campo de discussão e produção de conteúdo no qual o acesso é garantido, se não agora, mas em um futuro breve. Essa seria a filosofia dos tecnófilos. A outra corrente é a dos críticos que admitem certo poder transformador da internet, mas com muitas ressalvas e lembrando, principalmente, que é uma ferramenta criada para obter maior vigilância sobre a sociedade, ou seja, uma ferramenta do controle hegemônico.

Por certo, não há na internet tanta liberdade quanto pregam os seus entusiastas. Mecanismos de censura são desenvolvidos com a finalidade de bloquear inúmeros conteúdos. Os softwares disponibilizados aos usuários já têm características próprias pré-moldadas e poucos oferecem a possibilidade colaborativa entre usuários. Nota-se, então, que a liberdade não é irrestrita, como pensam os tecnófilos.

Ainda assim, conforme Downing (2002), a internet possibilita articulações e maior mobilidade por parte da audiência que, neste ambiente, passa a ser audiência ativa. A internet representa um imaginário de sociedade com numerosas possibilidades de desenvolvimento humano como jamais tivemos. Não há registro na história de uma viabilidade de novas relações sociais como as que experienciamos hoje. Basta que saibamos usar a rede de modo a contrariar a hegemonia capitalista de nossos dias.

Nesse sentido, a internet não é simplesmente uma tecnologia; é o meio de comunicação que constitui a forma organizativa de nossas sociedades; é o equivalente ao que foi a fábrica ou a grande corporação na era industrial. A internet é o coração de um novo paradigma sociotécnico, que constitui na realidade a base material de nossas vidas e de nossas formas de relação, de trabalho e de comunicação. O que a internet faz é processar a virtualidade e transformá-la em nossa realidade, constituindo a sociedade em rede, que é a sociedade em que vivemos. (CASTELLS, 2012, p. 287)

## **2.2 Mídias, ciberativismo e os movimentos sociais**

Em um evento recente, a 19ª parada do orgulho LGBT, na cidade de São Paulo, ocorreu uma grande polêmica em torno de um protesto, que acabou tomando proporções gigantescas, tanto pelo alcance, quanto pela discussão que gerou. Uma participante do evento resolveu protestar simulando sua crucificação para que ficasse claro o martírio diário sofrido pelos homossexuais. A imagem foi divulgada por toda a mídia tradicional nacional, e por parte da internacional, e foi o assunto das redes sociais digitais por vários dias. Sua repercussão chegou ao Congresso Nacional, que, em repúdio ao protesto, rezou o Pai Nosso, quando deveria respeitar a laicidade do Estado.

**Figura 13** - Viviany Beloboni, artista transexual que protagonizou a polêmica durante a parada do Orgulho LGBT em São Paulo



Fonte: <<http://www.globo.com>>. Jun. 2015.

Outro protesto que também utilizou um simbolismo sagrado, mas que não recebeu tanta repercussão, ocorreu em uma das passeatas realizadas pelos professores do Estado de São Paulo, que estavam em greve por melhores condições de trabalho. Um professor simulou uma *via crucis* ao carregar uma cruz construída com lápis e caneta, para evidenciar o caminho difícil dos docentes diante do descaso do Estado.

**Figura 14** - Professor carrega uma cruz em sinal de protesto durante a greve no Estado de São Paulo



Fonte: Imagem compartilhada via grupo no aplicativo WhatsApp.

Aqui, utilizamos a imagem destes dois protestos para introduzir o conceito da teoria das mídias, pela qual, segundo Paiero (2005), um protesto bem-sucedido, sob a ótica da comunicação, é montado a partir da união das mídias primárias, secundárias e terciárias.

Uma manifestação pública requer a presença das pessoas, pois estas trazem seus corpos, suas vozes, seus gestos. A simples presença com o intuito de manifestar suas demandas já representa o que se considera por mídia primária. Segundo Pross e Beth (apud PAIERO, 2005), por essa mídia entendemos que:

[...] se somam os conhecimentos especiais em uma pessoa [...], o orador deve dominar gestos e mímica, o mensageiro deve saber correr, cavalgar ou dirigir e, assim, garantir a transmissão de sua mensagem [...]. (PROSS e BETH apud PAIERO, 2005, p. 13)

Há que se considerar que na mídia primária existem as infinitas possibilidades de expressão de nosso corpo. Como afirma Paiero (2005, p. 14), “[...] Nas multidões nas ruas, nas palavras de ordem, nos gritos e gestos obscenos, na infinidade de manifestações que contam com a participação física dos manifestantes, a mídia primária está presente”.

Nas duas situações ilustradas acima, o corpo dos manifestantes se fez presente para denunciar o motivo de seu protesto. No primeiro caso, o corpo crucificado e, no segundo, o corpo que se movimenta pela via pública, cabisbaixo e sofrido, ambos passam a mensagem a qualquer um que acompanhe a manifestação.

Porém, existem mais componentes de comunicação utilizados para concretizar um protesto. Conforme escreve Paiero (2005), a mídia secundária é a que necessita de um artefato que expanda essa comunicação por parte do emissor, para que a mensagem que ele pretende emitir utilize algo além de seu corpo. Nesta classificação de mídia, o interlocutor não necessita de nenhum artefato para decodificar a mensagem.

Nas imagens, a crucificada pintou o corpo de vermelho para deixar claro o quanto sangram os que sofrem o preconceito e colocou dizeres pedindo um basta à homofobia. No caso do professor, o cartaz pendurado avisa que está em greve e sua cruz, construída com réplicas aumentadas de um lápis e de uma caneta fornecidos

pelo Estado, representa o peso da falta de valorização e da humilhação sofrida no dia a dia.

[...] Nos protestos, o discurso no alto-falante, os grafites, o ato de atirar uma pedra ou atear fogo, a pintura corporal, as placas e pôsteres com frases nas manifestações, o abaixo-assinado, as bandeiras, o nariz de palhaço, são manifestações da mídia secundária. É na mídia secundária que estão, muitas vezes, as principais manifestações de protesto que têm como objetivo dar maior visibilidade à reivindicação [...] (PAIERO, 2005, p. 14)

A mídia terciária, principal objeto deste estudo, é aquela que requer um aparato de transmissão que permita ao emissor transmitir sua mensagem e um aparato que permita ao receptor decodificá-la. Conforme Paiero (2005), nesta classificação de mídia, podemos incluir os meios de comunicação como o rádio, a televisão, a telefonia, a internet. Naturalmente, nos dias de hoje, há que se incluir os dispositivos móveis como um dos meios de comunicação amplamente utilizados.<sup>17</sup>

Podemos assegurar que hoje vivemos a era da mídia terciária, especialmente pela utilização da internet como aparato, visto que sua capacidade de alcance é muito maior quando comparada com as mídias primárias e secundárias. A agilidade com que se disseminam as informações faz com que os militantes sejam vistos e ouvidos quase instantaneamente, pois já não dependem dos computadores pessoais para a transmissão de informações, uma vez que os dispositivos móveis possibilitam que os protestos sejam propagados em tempo real.

A mídia terciária, além de expandir a comunicação de quem protesta, também possibilita a rápida comunicação entre os próprios militantes. Nas manifestações atuais, a utilização dos dispositivos móveis com acesso a internet permite a comunicação rápida e a troca de informações sobre os riscos a que os manifestantes estão expostos, sobre a necessidade de mudanças de rotas, a repressão violenta da polícia e, até mesmo, sobre momentos de tensão entre os próprios manifestantes, permitindo ainda alertar o grupo sobre a proximidade do alvo do protesto, como governadores, prefeitos, secretários e afins, com o objetivo de os militantes mais próximos poderem interceptá-los e consigam ser vistos e ouvidos.

Os exemplos supracitados cumpriram o papel de comunicação do protesto, pois, no primeiro caso, a cobertura midiática da grande imprensa fez o papel de

---

<sup>17</sup> Na época dos estudos de Pross (décadas de 1980 e 1990), utilizados na dissertação de Paiero, ainda não havia a utilização massiva dos dispositivos móveis, que despontavam naquele momento.

emissor, disseminando o tema a um significativo número de pessoas. No segundo caso, os próprios manifestantes colocaram as imagens do protesto na rede. Naturalmente, a primeira situação teve grande repercussão, pois ocorreu em um evento de certo porte na cidade de São Paulo e contou com a cobertura dos grandes veículos de comunicação. Na segunda, a manifestação não aconteceu em nenhum grande evento e, conseqüentemente, não teve a mesma ressonância do primeiro.

De toda maneira, ambas as imagens receberam divulgação através de aparatos da mídia terciária em rede, contudo, a polêmica não foi a mesma. Nossa intenção com essa observação não é criticar a repercussão das imagens, embora isso seja necessário e produtivo, visto não ser pertinente a este estudo tal abordagem, entretanto, as imagens são muito significativas para entendermos o papel central da mídia terciária no processo comunicativo dos movimentos sociais contemporâneos, inclusive com relação às redes sociais digitais, que expandem a possibilidade do debate à grande parte da sociedade, distante do que se passa nos protestos ocorridos no espaço público tradicional e também no ciberespaço.

Nos veículos de comunicação tradicionais, a informação é verticalizada, ou seja, o conglomerado midiático transmite a informação quase sempre de maneira distorcida, sem abrir espaço para a discussão com a sociedade. Isso tudo para preservar os interesses do poder hegemônico do capital ou político. Em contrapartida, a web, com suas redes sociais, concede à informação uma horizontalidade que permite amplo debate e, sobretudo, uma evidência dos movimentos sociais em todas as camadas sociais.

Nessa direção, podemos entender que as redes sociais digitais promovem uma visão contra-hegemônica, pois essa mídia, ao mesmo tempo que é uma vitrine capitalista, também consegue se comportar como uma mídia radical. Conforme os conceitos de Downing (2002), nesse espaço virtual, surgem diversas atividades contra a hegemonia estabelecida, que dita regras para reproduzir a pauta dos poderes constituídos. É através da rebeldia anunciada na rede que se pode agir contrariamente a essa cultura tão cristalizada em nossa sociedade.

O papel da mídia radical pode ser visto como o de tentar quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer a verdade. Este é o modelo de contrainformação que tem um forte elemento de validade especialmente em regimes repressores e estritamente reacionários. (DOWNING, 2002, p. 49)

**Figura 15** - Fotografias de Erik Ravelo denunciam explorações e abusos sofridos pelas crianças em diversas situações distintas



Fonte: <<http://misturaurbana.com>>. Jun. 2015.

As imagens de Erick Ravelo são exemplos de mídia radical tal qual define Downing (2002), visto que há um novo processamento das mensagens fornecendo uma nova interpretação ao que costumeiramente vemos nos grandes veículos de comunicação. A série de fotos, que também utiliza um símbolo sagrado, revela uma rebeldia: a grande mídia ressignificada e utilizada em oposição a ela própria contra diversos poderes instituídos, hegemônicos, que exploram todas as pessoas, sobretudo as crianças. Neste protesto, o fotógrafo denuncia a pedofilia na igreja Católica, a exploração sexual no turismo, as guerras, o tráfico de órgãos, a indústria das armas e a obesidade infantil, causada principalmente pelas grandes redes de *fast-food* e pelo descaso e desinformação das famílias.

De acordo com Downing (2002), a mídia radical alternativa pode dispor de qualquer meio de comunicação para deixar claro aquilo que a oprime, ou aquilo em que acredita. Para ele, mídia radical alternativa é:

O universo da mídia radical alternativa é bem maior do que se pode imaginar. A título de ilustração podemos citar alguns exemplos, que não se restringem aos meios de massa a que estamos acostumados: TV, rádio, jornal, cinema. Podemos qualificar como mídia radical: as canções populares, como a música negra de vários países, a dança afro-americana, o grafite praticado por gangues de jovens, a cultura *hip-hop*, o vestuário – que eu denomino mídia têxtil, como os que eram utilizados na Guatemala durante a ditadura militar. As colchas sul-americanas que eram usadas de forma clandestina, broches e *bottons*. Adesivos de para-choques de caminhões, rock de garagem, teatro de rua, e aí falo sempre no brasileiro Augusto Boal e seu Teatro do Oprimido, vídeos populares, TVs comunitárias, rádios comunitárias

e de acesso ao povo. E muitos movimentos que hoje se encontram na internet. Para mim, a mídia radical alternativa está onde a base de tudo é a comunicação entre pessoas ativas, e essa comunicação possa ou não ser mediada por aparelhos.<sup>18</sup>

Em alusão à mídia radical, que pode ser revelada em diversos tipos de comunicação, podemos citar a canção “Cálice”, de Chico Buarque de Holanda e de Gilberto Gil. Composta em 1973, no auge da ditadura militar, foi barrada pela censura e liberada apenas em 1978. De qualquer maneira, a canção protestava contra a censura e a tortura praticadas pelo regime militar. Os músicos se valeram da palavra “cálice” para explorar o sentido de “cale-se” na oralidade da canção.

Pai, afasta de mim esse cálice<sup>19</sup>  
 Pai, afasta de mim esse cálice  
 Pai, afasta de mim esse cálice  
 De vinho tinto de sangue

Recentemente, um professor grevista deu novo significado à canção para fazer seu protesto e o “cálice”, que claramente entendemos “cale-se”, se transformou em Alckmin, governador do Estado de São Paulo ao qual o protesto era dirigido.

**Figura 16** – Asfalto grafitado em alusão à falta de diálogo com os professores grevistas



Fonte: <<https://www.facebook.com/ColetivoPROTESTarte>>. Jun. 2015.

A mídia radical pode se estabelecer em qualquer espaço, entretanto, cumpre-nos o papel de especificar sua importância no ciberespaço, por ser esse o espaço

<sup>18</sup> Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/5293/3864>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

<sup>19</sup> Cálice. In: *Chico Buarque*. Vinil. Rio de Janeiro: Polygram; Phillips, 1978.

largamente utilizado pelos movimentos sociais na era digital. É fato que, na contemporaneidade, muitos movimentos nascem da indignação contra a esfera pública e, até mesmo, contra a vida privada, caso da violência doméstica. Pode-se observar que, em muitas dessas situações, primeiro, ocorre a articulação no espaço virtual para, em seguida, passar ao espaço das ruas.

Existe uma ligação forte entre a mídia radical alternativa e as redes sociais digitais, que são fator crucial para os movimentos sociais se desenvolverem nos dias de hoje. Nestas redes sociais, a audiência deixa de lado o comportamento clássico e passa a ser uma audiência ativa que irá difundir ideais, novas informações, criar debates entre todos os membros. Todos os participantes dos círculos interligados se relacionam em diversos níveis, não apenas no debate metódico e racional.

Conforme já abordamos, essa propagação de ideias e debates de forma tão abrangente leva-nos a considerar a possibilidade de um espaço que seja inteiramente livre. Um dos autores que corroboram este pensamento é Pierre Lévy (In: *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*, 2012, p. 367), que vê no espaço virtual as condições perfeitas para a criação de uma nova democracia: “[...] A internet propõe um espaço de comunicação inclusivo, transparente e universal, que dá margem à renovação profunda das condições da vida pública no sentido de uma liberdade e de uma responsabilidade maior dos cidadãos”.

Não há como discordar de Lévy quando ele afirma que o ciberespaço é muito mais inclusivo que qualquer outro meio de comunicação, que, de fato, possibilita tornar públicos os anseios dos indivíduos, aproximando comunidades, alargando as fronteiras geográficas, econômicas, culturais e políticas. A possibilidade do diálogo também se mostra muito mais promissora do que em outros meios. Entretanto, não se pode esquecer que no âmbito do ciberespaço sempre existirão todas as esferas de poder que já estão constituídas na sociedade.

Eu defino o ciberespaço como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de rede hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço. Esse novo meio tem a vocação de colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de

gravação, de comunicação e de simulação. A perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do próximo século. (LÉVY, 1999, p. 92-93)

Segundo Machado (In: *Dialética do ciberespaço: trabalho, tecnologia e política no capitalismo global*), pelo fato de que tudo que é colocado na rede passa a ser universal, público e acessível, estaremos sempre suscetíveis aos meios de controle.

O rápido crescimento do ciberespaço foi acompanhado do crescimento das tentativas de regulação e controle. A realidade tem mostrado ser bastante diferente do mito generalizado de que a internet é um espaço independente, livre, cuja dinâmica estaria basicamente sujeita a uma espécie de autorregulação. De fato, as tentativas de controle se multiplicam e a liberdade da rede é vista por muitos governos e corporações como uma séria ameaça devido às mais diversas motivações: seja pelos conteúdos considerados moralmente ofensivos; ou pela facilidade com que grupos políticos e ideológicos antiestablishment se manifestam na rede; pela dificuldade em controlar as transações financeiras; pela facilidade da reprodução digital (propriedade intelectual); ou quaisquer tipos de práticas que podem ser consideradas em diferentes territórios e governos como criminosas e ilegais, a rede tem se tornado a vilã das legislações, a “brecha” pela qual qualquer regra pode ser violada. (MACHADO, 2002, p. 35-81)

Além do controle que sofremos pelo poder público, somos controlados, ainda, pelo poder dos interesses econômicos das grandes corporações que têm na internet uma forte ferramenta de divulgação de suas mercadorias para consumo. Na web, a todo momento, estamos susceptíveis ao bombardeamento de um sem número de informações que têm o objetivo de manter a ideologia do poder estabelecido.

Segundo Arbex (In: *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*, 2012), existe um controle da comunicação e esse controle, além de nocivo à sociedade, tem o intuito de impedir a atuação dos movimentos sociais, descaracterizando suas demandas por meio de práticas manipuladoras das informações transmitidas.

O monopólio da comunicação exercido pelas corporações da mídia tem consequências políticas, culturais, sociais e econômicas de longo alcance e profundidade. Impede o debate plural e democrático das ideias, torna invisível – quando não “demoniza” – atores e movimentos sociais, padroniza comportamentos, constrói percepções e consensos segundo critérios e métodos não transparentes e não submetidos ao controle das sociedades [...]. (ARBEX, 2012, p. 385)

Os movimentos sociais quase sempre estão dispostos a mudar a realidade hegemônica e, diante da realidade digital atual, contam com novos atores: os

ciberativistas. Como já tratado antes, as estruturas de representatividade estão desatualizadas – como os sindicatos, por exemplo –, por isso, as lutas têm se estabelecido no ciberespaço através desses ativistas, que se ocupam das mídias e das redes sociais atuais.

### **2.3 O novo espaço dos protestos**

Considerando o exposto até este momento, podemos avaliar que houve grande mudança com relação ao espaço em que se desenvolvem os movimentos sociais, bem como à sua articulação e no que se refere aos principais atores desses movimentos. Abordamos, no primeiro capítulo, alguns movimentos sociais ocorridos neste início de século e que têm em comum essa nova característica, o ciberespaço e os ciberativistas. Sua importância para que os movimentos sociais deixem de ser unicamente uma simples identificação de poucos com uma determinada causa, passando a ganhar grandes proporções, como foram os casos indicados no início deste trabalho, é sem igual na história. Já discutimos que a internet possibilita mais liberdade do que tínhamos em outros espaços e, mesmo considerando os inúmeros meios de controle, ainda assim, os movimentos sociais contemporâneos souberam e sabem criar meios de articulação usando o ciberespaço para se fazer ver.

Castells em referência à revolução egípcia, afirma que:

Não há dúvida de que os espaços da resistência originais foram constituídos na internet, já que as formas tradicionais de protesto foram recebidas com enorme ferocidade por uma polícia que há muito tempo vinha torturando com impunidade [...] Também está claro que as convocações para a manifestação de 25 de janeiro, e depois de outras datas sucessivas, foram feitas via Facebook para serem recebidas por um ativo séquito constituído de jovens para os quais as redes sociais e os telefones celulares eram parte central de seu modo de vida. (CASTELLS, 2013, p. 49)

Temos, então, como característica dos movimentos sociais o fato de que as formas costumeiras de protesto já não possuem tanta efetividade como em outras épocas. Os manifestantes são, em geral, pessoas conectadas às redes sem fio. Esse novo tempo requer que tudo seja comunicado imediatamente. Portanto, a mídia terciária de que tratamos antes passou a ser central na articulação dos protestos e levantes por todo o mundo.

A efetividade de comunicação e, sobretudo, a possibilidade de agir de forma autônoma com relação a partidos políticos, centrais sindicais, entre outras instituições de poder constituído, são algumas das novas formas de organização dos ciberativistas. “[...] A internet forneceu o espaço seguro em que as redes da indignação e da esperança se conectaram. As redes formadas no ciberespaço ampliaram seu alcance para o espaço urbano [...]” (CASTELLS, 2013, p. 70-71).

Como afirma Castells, o novo espaço não se desfaz do espaço público, ao contrário, ele tem propiciado um novo método de articulação dos movimentos sociais, que, ao ganhar as ruas, estarão muito mais fortes e estruturados. Esse comportamento inovador e, até mesmo “mágico”, se repetiu em vários países, inclusive no Brasil. Seguramente, cada país tem suas peculiaridades, mas, de maneira geral, o ciberespaço tem conseguido popularizar a participação nos vários protestos ocorridos pelo mundo e contribuído para que os movimentos sociais tenham muito mais visibilidade.

Nesse momento, não vamos nos ater no quanto a internet é uma ferramenta hegemônica e o quanto pode determinar a vida das pessoas em atenção aos objetivos capitalistas. Analisaremos especificamente a articulação dos movimentos sociais e as tentativas empreendidas pelas esferas de poder constituídos para os impedir de atuar.

A euforia dos atores sociais, ao se depararem com as demandas que instigam os protestos em prol de transformações sociais, é o combustível que propicia o processo de ação comunicativa. Segundo Castells (2013), a mudança social nesse novo contexto comunicacional é resultado da conexão entre a rede neural dos indignados e a própria rede de comunicação, que, por meio da tecnologia, emite informações comuns aos indignados. Esses superam seus temores, para, enfim, se sobreporem aos poderes hegemônicos que os oprimem.

Todavia, há que se levar em conta que o espaço virtual é formador de ideologias e a cibercultura, neste contexto, determina em muitos sentidos o modo de vida das pessoas, sendo muito oportuna, deste modo, a adesão a diversos tipos de causas. No Brasil, verificamos esse fenômeno de forma muito contundente, dado que os movimentos sociais “saem” das redes sociais digitais e tomam as ruas, levados por suas muitas ideologias repetidas no ciberespaço. Assim, aponta Sakamoto em um artigo para o livro *Cidades rebeldes*, que trata das manifestações de junho de 2013:

“[...] O chamado, feito via redes sociais, trouxe as próprias redes sociais para a rua. Quem andou pela Avenida Paulista percebeu que boa parte dos cartazes eram comentários retirados do Facebook e do Twitter” (SAKAMOTO, 2013, p. 97).

Para Castells (2013), existem diversas formas de articulação dos protestos no ciberespaço e, assim, os movimentos sociais passam a não ter somente um centro de organização em um ponto fixo, devido à utilização de aparelhos móveis como os celulares. Tal peculiaridade é essencial à articulação dos movimentos sociais, pois descentraliza a organização. Não é mais necessário um líder, o movimento não é mais vertical, dependente de instruções que partem de cima para baixo em um movimento vertical não condizente com a democratização almejada nos movimentos sociais. Essa configuração também possibilita mudanças rápidas e precisas ao movimento, já que, de acordo com o comprometimento dos manifestantes, pode-se definir melhor as estratégias e ações a serem tomadas.

Outro ponto fundamental a ser citado é que, por mais que os movimentos se iniciem nas redes sociais digitais, sua intenção quase sempre será a ocupação do espaço tradicional das ruas, pois, geralmente, é nesse espaço que é possível mensurar se um protesto foi efetivo. Para Castells (2013), é nessa junção do espaço virtual e do espaço tradicional das ruas que se constitui o espaço da autonomia.

[...] porque só se pode garantir autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação; mas, ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos. Autonomia sem desafio torna-se retirada. Desafio sem uma base permanente para a autonomia no espaço dos fluxos equivale a um ativismo interrompido. O espaço da autonomia é uma nova forma espacial dos movimentos sociais em rede. (CASTELLS, 2013, p. 161)

Mesmo que muitos dos movimentos sociais se realizem no espaço tradicional das ruas, é no ciberespaço que eles conquistam sua existência contínua, visto que pelos debates iniciados na internet mantém-se acesa a chama nos ciberativistas, possibilitando também a troca de experiências entre eles e entre movimentos ocorridos em outros lugares do mundo. Essa troca enriquece os movimentos e os ajuda a resistir aos meios de repressão empreendidos pelos poderes constituídos.

Para demonstrar como os movimentos sociais se articulam através do ciberespaço, vamos explorar um pouco as mídias sociais mais comuns a essa

finalidade. Mídias como Twitter, Instagram e Facebook com suas redes sociais, possibilitam a propagação instantânea da informação. Por meio de telefones celulares avançados, os ciberativistas, independentemente do local onde estejam, podem enviar todo tipo de conteúdo a internautas e outros ciberativistas que estejam em quaisquer outros pontos do mundo, bastando somente estarem conectados à web.

Além da disponibilização do conteúdo ocorrer de modo imediato, também se espalha muito rápido, pois o compartilhamento dessas informações as torna viral e atinge um número espantoso de pessoas em muito pouco tempo. Não há como negar que essas redes sociais virtuais nos impelem a expressar aquilo com o que concordamos e isso ratifica a vontade de lutar por nossas convicções.

Graças às redes sociais digitais, os levantes relacionados à Primavera Árabe tiveram capacidade de organização e comunicação ampliados, possibilitando o enfrentamento dos governos autoritários daquela região. Segundo Castells:

[...] os levantes árabes foram processos de mobilização espontâneos que surgiram a partir de apelos pela internet e pelas redes de comunicação sem fio, com base nas redes sociais preexistentes. Em geral, não foram mediados por organizações políticas formais, as quais haviam sido dizimadas pela repressão e não gozavam de confiança entre a maioria dos jovens e ativos manifestantes que deflagraram o movimento. As redes digitais e a ocupação do espaço urbano, em íntima interação, forneceram a plataforma para a organização e a deliberação autônomas em que se basearam os levantes; também criaram a elasticidade necessária para que o movimento suportasse ataques ferozes e violentos do Estado, até o momento no qual, em alguns casos, em função do instinto de autodefesa, eles se tornaram um antiestado. (CASTELLS, 2013, p. 84-85)

Outra importante ferramenta na internet são os blogs políticos, numerosos em nosso país, defendendo os mais diversos pontos de vista.

Os blogs políticos, no período anterior aos levantes, foram essenciais para a criação, em muitos países, de uma cultura política de debate e ativismo que contribuiu para o pensamento crítico e para a adoção de atitudes rebeldes por parte de uma jovem geração que estava pronta para a revolta nas ruas [...]. (CASTELLS, 2013, p. 85)

Talvez se possa atribuir a gênese dos movimentos sociais no âmbito do ciberespaço a esses blogs, uma vez que sua criação, ainda na década de 1990, antecede a maior parte das mídias sociais digitais que conhecemos hoje. A verdade é que essa é uma forma aparentemente bem democrática de atuação política, mas que não deixa de encontrar suas formas de censura.

No Brasil, embora tenhamos muito mais liberdade de expressão, se comparado aos países do mundo árabe, podemos notar que muitos dos inúmeros blogs políticos, sob a desculpa de promover debates produtivos, são na realidade utilizados para propagar o ódio e ideologias ultrapassadas, que significam um retrocesso. Todo esse comportamento pode provocar protestos que não visem a promoção da autonomia social.

Além das mídias sociais digitais citadas, não podemos deixar de dar certa credibilidade ao YouTube, que explora o poder das imagens aliado ao discurso. O YouTube é uma plataforma que permite o compartilhamento de vídeos com diversos conteúdos, podendo ser carregados por qualquer usuário do site: O YouTube foi lançado em maio de 2005 para que bilhões de pessoas possam descobrir, assistir e compartilhar os vídeos mais originais já criados. Oferece um fórum para as pessoas se conectarem, se informarem e inspirarem umas às outras por todo o mundo, atuando ainda como plataforma de distribuição para criadores de conteúdo original e anunciantes grandes e pequenos.

Nessa plataforma, é possível encontrar canais de organizações sem fins lucrativos, que têm o intuito de comunicar ações relativas aos movimentos sociais que apoiam. A maior parte dos vídeos é carregada por pessoas comuns anunciando sua indignação ou expressando sua opinião sobre certos fatos.

Os vídeos podem ser carregados simultaneamente à manifestação, podem também ser produzidos para anunciar e convencer o público sobre algum fato que gere indignação, ou seja, têm a intenção clara de comunicar seus valores. Seja qual for o motivo do protesto, este encontra escopo nessa mídia digital. De acordo com Castells (2013, p. 162), os movimentos são, em geral, espontâneos, e “[...] O poder das imagens é soberano. O YouTube foi provavelmente uma das mais poderosas ferramentas de mobilização [...]”.

Como exemplo, podemos citar os vídeos que mostraram os suicídios ocorridos nos países árabes, que viralizaram e foram a centelha necessária para que muitos abandonassem o receio e aderissem ao protesto.

Também é muito comum que sejam utilizados movimentos já estabelecidos, para propagar ideologias díspares daquelas que foram, a princípio, divulgadas por

peças ou grupos. Podemos conceber esses fatos como mecanismos de desqualificação de movimentos ou, até mesmo, como um modo de aproveitar a popularidade conquistada pelo grupo em questão e divulgar ideias contrárias àquelas propostas pelo movimento.

O Anonymous é uma espécie de grupo reconhecidamente composto por ativistas de esquerda, mas, como produz seus vídeos sempre do mesmo modo, facilita ações como as expostas acima. Há vídeos divulgados exatamente com o mesmo referencial de imagens postados pelos Anonymous, porém defendendo causas estranhas às defendidas por esses ativistas.

Conforme dito anteriormente, o ciberativismo é pautado por muitas tentativas de repressão, ficando exposto também a sabotagens das mais variadas formas. Especificamente nesse caso, houve uma ampla divulgação de conteúdos de teor conservador, fascista, homofóbico, machista, xenofóbico, entre outros, tomando grandes proporções e ocasionando um grande número de acessos à página que era completamente equidistante da ideia original do grupo. Essa difusão de valores incoerentes com as ideias originais do grupo gera perda de credibilidade e ajuda a perpetuar o modo de dominação que sempre se fez presente em favor das elites dominantes.

Outro modo de atuação no ciberespaço, que tem ganhado muitos adeptos, tornando-se indiscutível para o desfecho de alguns dos levantes já citados neste trabalho, foram as ações dos hackers ativistas. Conforme Castells:

[...] A cultura empresarial trabalha, ao lado da cultura hacker e da cultura comunitária, para difundir práticas na internet em todos os domínios da sociedade como meio de ganhar dinheiro. Sem a cultura tecnomeritocrática, os hackers não passariam de uma comunidade contracultural específica de geeks e nerds. Sem a cultura hacker, as redes comunitárias na internet não se distinguiriam de muitas outras comunidades alternativas. Assim como, sem a cultura hacker e os valores comunitários, a cultura empresarial não pode ser caracterizada como específica à internet. (CASTELLS, 2003, p. 35)

Estes se utilizam do ciberespaço e de seu extenso conhecimento em tecnologia para invadir computadores e redes. A intenção é se apoderar e divulgar informações tratadas como sigilosas, mas que deveriam ser de conhecimento de todos. Geralmente, essa divulgação de mensagens e conteúdo é feita através da própria

plataforma do órgão de governo ou da empresa que tenham sido alvos dos hackers ativistas. De acordo com Machado:<sup>20</sup>

Após um período de latência, que vigorou desde o início dos anos 2000 até quase o final da mesma década, o hacking de computador renasceu em sua forma mais politicamente transgressiva: o hacktivismo, ou ativismo hacker. Esse renascimento – que pode ser creditado, em grande medida, às ações empreendidas pela rede hacktivista Anonymous, um movimento distribuído em rede, sem lideranças e sem núcleo central de decisões – ocorre em um momento no qual um ecossistema comunicacional fundado em protocolos de controle e na supremacia do software tende à ubiquidade. E é precisamente nesse cenário, por sua natureza, que os hackers ativistas se tornam atores políticos de grande relevância. (2012, p. 1)

Segundo apontamentos de um estudo realizado em 2012 pela empresa de telecomunicações Verizon, os hackers ativistas foram responsáveis por causar enormes prejuízos, tirando do ar inúmeros sites e roubando muito mais informações e dados sigilosos das grandes corporações e dos órgãos governamentais do que os criminosos comuns.<sup>21</sup>

Um exemplo que pode ser destacado é o da organização transnacional hacker Wikileaks, criada em 2006. O site da organização tem por objetivo publicar em sua página documentos sigilosos de empresas e do governo de diversos países, bem como informações confidenciais, fotos, e-mails e quaisquer outros conteúdos que devam ser denunciados à sociedade. Um dos principais atores da organização é o jornalista, ciberativista e fundador, Julian Assange, que divulgou em 2010 um vídeo do ataque aéreo contra Bagdá e outros documentos comprometedores das forças armadas norte-americanas. Assange vive hoje refugiado na embaixada do Equador na Grã-Bretanha, por ser acusado de estupro e abuso sexual na Suécia e um de seus maiores temores é a extradição para os EUA, onde seria investigado pela divulgação de todos esses documentos confidenciais.

Uma forma de comunicação que, em alguns poucos casos pode se tornar eficaz, mas que, em grande parte, é apenas transmissora dos interesses do poder hegemônico, é representada pelas grandes mídias. Conglomerados midiáticos, globalizados e detentores de poder financeiro e político se comportam quase que exclusivamente de modo a expressar a ideologia hegemônica. Os movimentos sociais que protestam contra esse domínio quase nunca são retratados de forma fiel e

---

<sup>20</sup> MACHADO, Murilo Bansi. **Hacking como expressão do novo ativismo**. Disponível em: <<http://goo.gl/OQxalu>>. Acesso em: 2 jul. 2015.

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/B6DRrM>>. Acesso em: 1 jul. 2015.

despretensiosa, no entanto, existem momentos em que a grande mídia, diante da pressão popular, se vê obrigada a mostrar o outro lado. Aconteceu no Brasil nos eventos de junho de 2013, contudo, não podemos ser crédulos a ponto de achar que o ocorrido transformou a mídia brasileira em “boa samaritana”. Claro que sua missão de manipular permaneceu no cerne das questões, porém acreditamos que, naquele momento, seus representantes foram pegos de surpresa, não esperavam que um movimento iniciado por um pequeno grupo pudesse ter tamanha adesão popular, mesmo diante de protestos violentos.

A grande mídia reprime a todo custo os levantes populares, sobretudo se houver dano ao patrimônio público e à iniciativa privada. Silvia Viana, narra um pouco desse acontecimento, em seu artigo “Será que formulamos mal a pergunta? ”, publicado no livro *Cidades rebeldes*. A autora mostra que, apesar dos apelos da grande mídia para que a população não aceitasse a rebeldia que se via nas ruas, grande parte dela estava ao lado dos rebeldes e pronta a ir às ruas para apoiá-los. Com isso, o discurso teve que ser modificado, pois, conforme salienta a autora, a qualidade do protesto e as demandas eram de fato justas, o que fez com que tantas pessoas se integrassem aos protestos. Todavia, o que se deve analisar é a mudança da posição da grande mídia que, em certa medida, ajudou a colocar abaixo o aumento dos vinte centavos das tarifas de transporte coletivo, mas que também retomou seu caminho e talvez tenha transformado aquele importante momento histórico em diversão e algazarra para muitos.

Graças à invenção do protesto sem protesto, foi bastante fácil para a mídia recriar por completo seu discurso a partir do dia 13, quando o apoio popular já deixara claro que o bloqueio à política – não o da polícia – havia, de algum modo, sido rompido. A reconstrução da narrativa reconduzia precisamente ao ponto em que as mobilizações em torno do nada haviam encontrado sua terapêutica: a subsunção dos fins aos meios. Em mobilizações pacíficas, importa ocupar o espaço público, difundir as ideias, ampliar o debate, unir as pessoas, participar... não que a finalidade sem fim tenha sido abandonada sem mais; pelo contrário, as empresas de mídia não teriam tanta tranquilidade em pular da vociferação aos aplausos caso não pudessem apontar seus microfones, nos diversos atos que se seguiram, para o sorriso juvenil de quem protesta por tudo e não arrisca nada [...]. (VIANA, 2013, p. 56)

Por conseguinte, podemos entender que as novas tecnologias referentes às mídias estão na essência dos movimentos sociais, desde sua articulação até durante sua manifestação e mesmo nos momentos pós-realização no espaço tradicional das

ruas. Apesar da conquista daquilo que se pleiteava, a rede de comunicação que se estabeleceu permanece, estará sempre pronta para se levantar novamente caso seja necessário.

[...] Há uma íntima conexão entre as redes virtuais e as redes da vida em geral. O mundo real em nossa época é um mundo híbrido, não um mundo virtual nem um mundo segregado que separaria a conexão on-line da interação off-line. E é nesse mundo que os movimentos sociais em rede vieram à luz, numa transição – natural, para muitos indivíduos – do compartilhamento de sua sociabilidade para o compartilhamento de sua indignação, de sua esperança e de sua luta. (CASTELLS, 2013, p. 169-170)

### 3 AÇÕES COMUNICACIONAIS ESTRATÉGICAS DO MOVIMENTO ABOLICIONISTA VEGANO

Neste terceiro e último capítulo, a proposta é reconhecer se o movimento abolicionista vegano pode ser considerado um movimento social contra-hegemônico e se os meios de comunicação por ele utilizados levam a uma maior visibilidade da temática. Para tanto, buscaremos analisar alguns comportamentos inerentes à filosofia de vida que o move e, ainda, algumas ferramentas comunicacionais da mídia primária, da mídia secundária e da mídia terciária, que são utilizadas na divulgação de suas ideias, a fim de saber de que forma são utilizadas para atingir seus objetivos.

No entanto, antes de iniciar a investigação, é essencial esclarecermos o que vem a ser o veganismo, visto se tratar de uma temática relativamente recente, contando com pesquisa científica ainda escassa.

#### 3.1 Descrição acerca do veganismo

O veganismo tem como foco central a abolição da exploração animal, seja enquanto seres vivos que existem para servir a sociedade com finalidades diversas, seja para se transformarem em alimentos.

Para iniciar o esclarecimento, trataremos do surgimento do vocábulo “vegano”. A origem da palavra data do século passado, da década de 1940<sup>22</sup>. Donald Watson<sup>23</sup> foi vegano por mais de sessenta anos e um dos principais fundadores da The Vegan Society, criada na década de 1940. Watson, até então, era membro da The Vegetarian Society e, percebendo a incoerência do termo “vegetariano” para a prática de apenas não consumir carne animal, mas se alimentar de seus derivados, resolveu criar um termo para diferenciar esse “vegetarianismo” (em que se consomem ovos, mel, laticínios e outros produtos de origem animal) de um vegetarianismo legítimo, em que,

---

<sup>22</sup> O surgimento do vegetarianismo é muito mais antigo, provavelmente de vários séculos atrás, no entanto, não é pertinente abordar neste texto esse desenvolvimento histórico, cabendo somente uma definição e diferenciação do termo e uma breve história a respeito. Para uma leitura mais prática e substanciada relacionada ao tema, indicamos a dissertação de mestrado de Mayra Vergotti Ferrigno, *Veganismo e libertação animal: um estudo etnográfico*.

<sup>23</sup> Watson tornou-se vegetariano entre a infância e a adolescência após presenciar o abate de um porco, para se transformar em comida. Anos mais tarde, conheceria o veganismo e o adotaria até sua morte, aos 95 anos, no ano de 2005.

de fato, todo alimento deveria provir do reino vegetal. Assim, criou o termo vegano (em que não se consome nenhum produto de origem animal).

É preciso pontuar que a proposta de ambos os ideários – vegetarianismo e veganismo – são bastante distintas. No vegetarianismo, apenas não se consome carne animal; no veganismo, a proposta é a abolição da exploração animal em todos os sentidos, ou seja, pela não alimentação com animais, pela não utilização de suas peles na condição de peças de vestuário, pela não utilização de suas capacidades físicas para desempenhar tarefas de trabalho, pela não utilização na condição de entretenimento e situações de sofrimento animal, pela não utilização de seus corpos em testes para pesquisas científicas e para as indústrias de diversos segmentos, pela não utilização em rinhas e outros jogos e competições, pela não utilização em rituais religiosos e afins, pelo não confinamento com finalidade reprodutiva e venda de suas crias, pelos não maus-tratos, pelo não bem-estarismo<sup>24</sup> animal, pelo não tráfico de animais silvestres, pela não utilização de seus corpos em práticas esportivas e toda sorte de exploração a que estes seres estão sujeitos.

Vejamos a definição de veganismo elaborada por uma organização ativista do Brasil, e traduzida e adaptada do site da The Vegan Society:

Veganismo é uma filosofia e estilo de vida que busca excluir, na medida do possível e praticável, todas as formas de exploração e crueldade contra animais na alimentação, vestuário e qualquer outra finalidade; e, por extensão, que promova o desenvolvimento e uso de alternativas livres de origem animal para benefício de humanos, animais e meio ambiente. Na dieta, significa a prática de dispensar todos os produtos derivados em parte ou totalmente de animais.<sup>25</sup>

É preciso dizer que veganismo nada tem a ver com dieta, modismo ou algo afim, como acreditam algumas pessoas, ou por inocência ou mesmo por estarem mal informadas. Em outras palavras, podemos traduzir veganismo como a luta pela

---

<sup>24</sup> Filosofia que defende o uso de leis que regulamentem o uso de animais não humanos por seres humanos, como forma de minimizar seu sofrimento sem abolir sua condição de propriedade. Pode ser conhecido como neo-bem-estarismo, se afirmar que a abolição da condição de propriedade é desejável, mas deve ser alcançada através da regulamentação. É atacado pelo abolicionismo por ser visto como ineficiente, limitado e incoerente, já que legitima a condição de propriedade dos animais não humanos e impõe limites apenas na medida em que estes são economicamente viáveis para os seus proprietários. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/10/06/2009/bem-estarismo>>. Acesso em: 1º dez. 2013.

<sup>25</sup> Disponível em: <<http://www.veganismo.org.br>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

conquista do direito que os animais têm à própria vida. Esse é o pilar de sustentação do veganismo.

### 3.2 A estrutura do veganismo

Em uma palestra sobre ética e direitos animais, a professora de Filosofia e Direitos Animais, Sônia Felipe argumentou que:

Para qualquer ser vivo, a maior violência que se pode cometer é tirar-lhe a liberdade de mover-se para prover-se seguindo o modo que melhor se adequa ao alcance do bem que lhe é próprio. Por isso, a defesa dos direitos animais passa inevitavelmente pela libertação deles de todas as formas de privação da liberdade à qual estão condenados no sistema que os torna objetos de propriedade humana. Não são os veganos quem proíbem outros de usarem animais como se fossem coisas descartáveis. Quem o faz é o princípio ético que todo humano admite como válido quando seu interesse em não ser sequestrado, usado, explorado e assassinado está em jogo. Por submeter-se ao princípio ético, o movimento vegano admite que tal princípio prescreve certas ações, e proscreev outras.<sup>26</sup>

O veganismo tem como premissa a defesa dos direitos dos animais argumentando que todo ser senciente<sup>27</sup> tem direito à plena vida com propósitos próprios. De acordo com Francione (2013), os animais não humanos são dotados de sentiência e isso os torna sujeitos que desejam o não sofrimento e esse desejo, no cerne da filosofia do veganismo, é acatado como moralmente relevante.

Partindo deste pressuposto, os que aderem ao veganismo (veganos ou vegans como também são conhecidos) são aqueles sujeitos que adotam postura ética contrária à exploração e violação da vida de quaisquer animais não humanos. Contudo, há diversos argumentos que se contrapõem a essa filosofia de vida, tais como as questões nutricionais – principalmente no tangente à ingestão de proteínas

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/zrplO1>>. Acesso em: 3 dez. 2013.

<sup>27</sup> Conceito chave para a compreensão do debate sobre os direitos animais. A sentiência é definida como a presença de estados mentais que acompanhem as sensações físicas. Ela é um atributo fundamental para todos os animais, por estes estarem separados de sua fonte de alimentos e, portanto, só existe neles. Por isso, é considerada uma característica típica e definidora dos indivíduos do reino animal. Sentiência é um conceito que combina os termos “sensibilidade” e “consciência”. Diz-se de organismos vivos que não apenas apresentam reações orgânicas ou físico-químicas aos processos que afetam o seu corpo (sensibilidade), mas, além dessas reações, possuem um acompanhamento no sentido em que essas reações são percebidas como estados mentais positivos ou negativos. É, portanto, um indicio de que existe um eu que vivencia e experimenta as sensações. É o que diferencia indivíduos vivos de meras coisas vivas. (Ver verbete Sentiência em: <[http://www.sentiens.net/top/PA\\_GLOSSARIO\\_top.html](http://www.sentiens.net/top/PA_GLOSSARIO_top.html)>). Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/10/06/2009/senciencia>>. Acesso em: 3 dez. 2013.

e vitamina B12 – o suposto sofrimento e dor causados também às plantas e vegetais e a eficácia de pesquisas científicas e testes de laboratórios feitos de outra maneira que não utilizando animais. O fato de os animais serem presas uns dos outros na natureza também é colocado contra o veganismo, pois se isso ocorre com outros animais, por que então não poderia acontecer com o animal humano? Seria algo natural para alguns. Outra alegação largamente utilizada é a de que se um indivíduo vegano utiliza-se de ônibus, carro, sacolas plásticas, computadores, celulares, utensílios plásticos, faz compras em lojas e supermercados e adota outros hábitos da vida moderna, não pode ser considerado vegano visto ter derivados de animais em pneus e outros componentes de um veículo, havendo também compostos animais em utensílios plásticos, além do fato de em uma loja ou supermercado também serem vendidos produtos não veganos.<sup>28</sup>

Como observou o filósofo Carlos Naconecy, em discurso proferido no III Congresso Vegetariano Brasileiro, no ano de 2010:

Vegetarianismo/veganismo é menos uma questão de pureza pessoal do que uma atitude que tenta minimizar a exploração de animais – minimizar porque a eliminação dessa exploração é impossível: a vida no mundo urbano de hoje, tal como a conhecemos, depende do uso de animais. Em outras palavras, nenhum de nós pode se dizer vegano – todos nós apenas tentamos ser veganos. [...] consta que o ácido esteárico, oriundo principalmente da gordura animal, é usado, entre outras coisas, na vulcanização da borracha dos pneus. Ao ser informado sobre isso, o militante ver-se-ia obrigado moralmente a se mudar para um local onde o uso de pneus não fosse necessário – por exemplo, uma ecovila autossustentável. (apud FERRIGNO, 2012, p. 73)

Opiniões contrárias existem em abundância, no entanto, não invalidam a conduta do movimento abolicionista vegano, dado que seu objetivo é agir em prol da libertação dos animais e da defesa dos seus direitos. Se não for plenamente realizável livrá-los da exploração, da escravização e garantir seu direito à vida, deve-se, então, causar o menor impacto possível a eles.

Peter Singer, filósofo e bioético australiano em seu livro *Animal Liberation*, de 1975, faz algumas analogias entre certos tipos de discriminação, de exploração e de

---

<sup>28</sup> Todas essas especulações podem ser refutadas com base em pesquisas científicas e estudos já realizados, no entanto, não é finalidade deste projeto trazê-las à tona.

violação de direitos. Para o autor, racismo<sup>29</sup> e sexismo<sup>30</sup> estão intimamente relacionados ao especismo:<sup>31</sup>

No entanto, a existência de variações individuais que ultrapassam a classificação segundo a raça ou o sexo deixa-nos completamente sem defesa perante um opositor à igualdade mais sofisticado, que proponha que, digamos, aos interesses de todos aqueles que possuem um índice de QI inferior a 100 seja dada menor importância do que aos interesses dos que revelem um índice superior a este valor. Talvez os que obtêm uma classificação inferior a 100 possam ser tornados escravos dos que se classificam melhor. Seria realmente uma sociedade hierárquica deste gênero muito melhor do que outra que se baseasse na raça ou no sexo? Creio que não. Mas, se limitarmos o princípio moral à igualdade fatural entre as diferentes raças ou sexos, tomados como um todo, a nossa oposição ao racismo e ao sexismo não nos fornece qualquer base para formularmos uma objeção a este tipo de desigualdade. (SINGER, 1975, p. 17)

Sobre Singer, é prudente ponderar sua postura em relação aos direitos dos animais. Embora seja um autor bastante conhecido quando o assunto se relaciona aos direitos dos animais, em sua ética, a não utilização e exploração dos animais e a divulgação do veganismo não condizem exatamente com a libertação plena deles. Diversos defensores e ativistas em prol dos direitos dos animais e tantos outros autores dessa área, como, por exemplo, Gary Francione, se posicionam contrariamente à perspectiva bem-estarista e utilitarista de Peter Singer. Vejamos sobre o que se ocupa o pensamento atribuído a Singer:

<sup>29</sup> Racismo, portanto, trata-se de uma doutrina sustentada pela ideia de que uma raça é superior à outra e que, assim o sendo, resulta na marginalização, segregação e separação de uma raça em detrimento de uma outra, por declarar-se superior. Disponível em: <<http://regial.jusbrasil.com.br/artigos/111968110/definicao-dos-terminos-normativos-raca-cor-preconceito-discriminacao-racismo>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

<sup>30</sup> Sexismo é uma posição, ou uma postura misógina, de desprezo frente ao sexo oposto. [...] Sexismo é atitude de discriminação em relação às mulheres. Mas é importante lembrar que se trata de uma posição que pode ser perpetrada tanto por homens quanto por mulheres; portanto, o sexismo está presente intragêneros tanto quanto entre gêneros. Inscrita numa cultura falocrática, impregna o imaginário social e o prepara para um vasto conjunto de representações socialmente partilhadas, de opiniões e de tendência a práticas que desprezam, desqualificam, desautorizam e violentam as mulheres, tomadas como seres de menor prestígio social. Disponível em: <<http://goo.gl/5HkPIO>>.. Acesso em: 25 ago. 2014.

<sup>31</sup> Eu uso o termo “especismo” para descrever a discriminação abrangente praticada pelo homem contra outras espécies e para traçar um paralelo com o racismo. Especismo e racismo são ambas formas de preconceito baseadas nas aparências – se o outro indivíduo tem um aspecto diferente, então é considerado moralmente inadmissível. O racismo é hoje condenado pelas pessoas mais inteligentes e compassivas e parece simplesmente lógico que essas pessoas devam estender sua preocupação por outras raças a outras espécies também. Especismo e racismo (e, na verdade, sexismo) ignoram ou subestimam as semelhanças entre o discriminador e aqueles contra quem discrimina, e ambas as formas de preconceito expressam o descaso egoísta pelos interesses de outros e por seus sofrimentos. Richard D. Ryder, criador do conceito de especismo. Disponível em: <<http://goo.gl/B6DRrM>>. Acesso em: 3 dez. 2013.

O filósofo australiano Peter Singer teve um extraordinário impacto sobre as limitadas aspirações do bem-estarismo. Seu livro, *Libertação animal*, de 1975, expôs pela primeira vez a total dimensão dos dois maiores focos de sofrimento animal: a experimentação animal e a criação de animais para alimento. No entanto, sua exposição não se enquadra dentro da teoria dos direitos, pois a ética de Singer é a do utilitarismo, aquela que – partindo-se do ponto de vista da distinção clássica entre éticas teleológicas (ou de fins) e deontológicas (ou de dever) –, constitui a doutrina teleológica mais representativa da filosofia moral. Mais especificamente, Singer se engaja no utilitarismo de ação: o que importam são as consequências de uma determinada ação, e não as consequências de se seguir uma norma generalizada. Diferentemente de Jeremy Bentham, Singer se identifica com uma versão do utilitarismo denominada “de preferência”. Dessa forma, a capacidade de possuir preferências – além de experiências prazerosas e dolorosas – torna necessário que não se atue contra essas preferências, exceto quando forem superadas por outras contrárias com um peso maior. Curiosamente, apesar de sua posição não lhe permitir falar de direitos – tampouco em relação aos seres humanos –, é considerado por muitos como o “pai do movimento pelos direitos animais”.<sup>32</sup>

No especismo, os animais não humanos são classificados como seres irracionais, assim como no sexismo e no racismo, respectivamente, mulheres e, em sua maioria, negros, são associados a seres inferiores, dotados de baixa inteligência, que existem com a finalidade de servir aos seres dominantes, mesmo sendo estes da mesma espécie, o animal humano.

Sendo os direitos dos animais a sustentação do veganismo, é importante salientar que há a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, que foi assinada por quase todos os países, inclusive o Brasil. Essa declaração foi publicada pela Unesco, em 27 de janeiro de 1978, em uma convenção realizada na cidade de Bruxelas – Bélgica. Embora se trate de uma declaração de quase quarenta anos, ainda é pouco conhecida e pouco respeitada. Contemplemos o que diz essa declaração:

Art. 1º - Todos os animais nascem iguais diante da vida e têm o direito à existência.

Art. 2º a) Cada animal tem o direito ao respeito. b) O homem, enquanto espécie animal, não pode atribuir-se o direito de exterminar os outros animais ou explorá-los, violando este direito. Ele tem o dever de colocar a sua consciência a serviço dos outros animais. c) Cada animal tem o direito à consideração, à cura e à proteção do homem.

Art. 3º a) Nenhum animal deverá ser submetido a maltrato e a atos cruéis. b) Se a morte de um animal é necessária, deve ser instantânea, sem dor nem angústia.

Art. 4º a) Cada animal que pertence a uma espécie selvagem, tem o direito de viver livre no seu ambiente natural terrestre, aéreo ou aquático e tem o

---

<sup>32</sup> Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/17/02/2014/estarismo-direitos-animais>>. Acesso em: 8 set. /2014.

direito de reproduzir-se. b) A privação da liberdade, ainda que para fins educativos, é contrária a este direito.

Art. 5º a) Cada animal pertence a uma espécie, que vive habitualmente no ambiente do homem, tem o direito de viver e crescer segundo o ritmo e as condições de vida e de liberdade, que são próprias da sua espécie. b) Toda modificação deste ritmo e destas condições impostas pelo homem para fins mercantis é contrária a este direito.

Art. 6º a) Cada animal que o homem escolher para companheiro tem o direito a uma duração de vida, conforme sua natural longevidade. b) O abandono de um animal é um ato cruel e degradante.

Art. 7º - Cada animal que trabalha tem o direito a uma razoável limitação do tempo e intensidade do trabalho, a uma alimentação adequada e repouso.

Art. 8º a) A experimentação animal, que implica um sofrimento físico e psíquico, é incompatível com os direitos do animal, quer seja uma experiência médica, científica, comercial ou qualquer outra. b) As técnicas substitutivas devem ser utilizadas e desenvolvidas.

Art. 9º - No caso de o animal ser criado para servir de alimentação, deve ser nutrido, alojado, transportado e morto sem que para ele resulte ansiedade ou dor.

Art. 10 a) Nenhum animal deve ser usado para divertimento do homem. b) A exibição dos animais e os espetáculos, que utilizam animais são incompatíveis com a dignidade do animal.

Art. 11 - O ato que leva à morte de um animal sem necessidade, é um biocídio, ou seja, um delito contra a vida.

Art. 12 a) Cada ato que leva à morte de um grande número de animais selvagens, é um genocídio, ou seja, um delito contra a espécie. b) O aniquilamento e a destruição do ambiente natural levam ao genocídio.

Art. 13 a) O animal morto deve ser tratado com respeito. b) As cenas de violência de que os animais são vítimas, devem ser proibidas no cinema e na televisão, a menos que tenham como fim mostrar um atentado aos direitos do animal.

Art. 14 a) As associações de proteção e de salvaguarda dos animais devem ser representadas a nível de governo. b) Os direitos do animal devem ser definidos por leis, como os direitos do homem. (LEVAI, 1998, p. 21-23).

Seguramente, há quase quarenta anos quando essa declaração foi publicada, não se abordava o tema veganismo como premissa dos direitos dos animais, portanto, a declaração não o engloba integralmente e explicitamente. Se fosse publicada nos dias de hoje, certamente haveria essa ponderação, até mesmo pelo fato de a própria ONU ter recomendado recentemente uma mudança global para uma dieta sem carne e laticínios. A seguir, serão mencionados alguns trechos do relatório elaborado pela ONU em 2010:

Uma mudança global para uma dieta vegana é vital para salvar o mundo da fome, da escassez de combustíveis e dos piores impactos das mudanças climáticas, afirmou hoje um relatório da ONU. Na medida em que a população mundial avança para o número previsível de 9,1 bilhões de pessoas em 2050 e o apetite por carne e laticínios ocidental é insustentável, diz o relatório do painel internacional de gerenciamento de recursos sustentáveis do Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP). Diz o relatório: “Espera-se que os impactos da agricultura cresçam substancialmente em consequência do crescimento da população e do consumo de produtos de origem animal. Ao contrário do que ocorre com os combustíveis fósseis, é difícil procurar por alternativas: as pessoas têm que comer. Redução substancial nos impactos

somente seria possível com mudança substancial na alimentação, eliminando produtos de origem animal”. O professor Edgar Hertwich, principal autor do relatório, disse: “Produtos de origem animal causam mais danos do que produzir minerais de construção, como areia e cimento, plásticos e metais. Biomassa e plantações para alimentar animais provocam tanto dano quanto queimar combustíveis fósseis”. [...] Ernst von Weizsaecker, um dos cientistas especializados em meio ambiente que coordenaram o painel, disse: “A crescente riqueza econômica está acarretando maior consumo de carne e laticínios – os rebanhos agora consomem boa parte das colheitas do mundo e, por inferência, grande quantidade de água doce, fertilizantes e pesticidas”. [...] A agropecuária, particularmente a carne e os laticínios, é responsável pelo consumo de 70% de água fresca do planeta, 38% do uso da terra e 19% da emissão de gases de efeito estufa, diz o relatório, que foi liberado para coincidir com o dia Mundial do Meio Ambiente [...].<sup>33</sup>

É relevante, portanto, iniciar-se uma consideração a respeito da importância do veganismo como provável fator de mudança comportamental, tanto no que tange ao respeito dos direitos animais, quanto para questões relacionadas à manutenção do meio ambiente.

### 3.3 A perspectiva elucidativa-educadora do veganismo

Um ponto fundamental no veganismo é conseguir promover a educação para entender o que é o especismo e suas nuances, suscitando questionamentos e debates, chegando ao ápice de se compreender que preservar a vida dos animais não humanos e todos os seus direitos, é preservar, por consequência, a própria vida do animal humano e, naturalmente, todos os seus direitos. De acordo com Gary Francione:

A mais importante forma de mudança incremental no nível social é pela educação criativa e não violenta sobre o veganismo e a necessidade de abolição, e não meramente regulação, da exploração institucionalizada dos animais.<sup>34</sup>

Para o autor, difundir a causa vegana por meio de ações educativas e pautadas em argumentos éticos é o caminho para iniciar uma transformação na realidade vivida por milhares de animais não humanos.

Em nosso país, há um movimento em que alguns estudiosos e professores de áreas diversas dedicam-se a essa educação criativa e não violenta, buscando levar

<sup>33</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/X5DzGP>>. Acesso em: 8 set. 2014.

<sup>34</sup> FRANCIONE, Gary L.; GARNER, Robert. **The animal rights debate**: abolition or regulation? Nova York: Columbia University Press, 2010.

para o ensino formal a temática dos direitos animais e o veganismo como consequência. O autor Leon Denis, em sua obra *Educação & direitos animais*, organizou um compilado de artigos que versam sobre essa educação nas escolas e narram algumas experiências de estudantes e professores em âmbito acadêmico.

De acordo com Jacobs (In: *Educação & direitos animais*, 2014), essa educação formal proposta pelos educadores advém dos movimentos de defesa dos direitos dos animais, que sempre ocorreram fora das salas de aula. A junção destes conhecimentos – educação formal e militância da defesa dos direitos animais – leva ao que a autora denomina de *educação vegana* ou *educação abolicionista vegana*.

Essa educação busca conscientizar não somente alunos, mas todos os que estão de alguma forma ligados ao universo escolar, especialmente os professores. Jacobs diz que para Leon Denis, essa educação seria:

Uma ação direta pedagógica cujo objetivo é levar o veganismo ao conhecimento popular. Para que esse objetivo aconteça temos a educação vegana não formal feita pelos DDAs [defensores dos direitos dos animais] no dia a dia, apresentando o veganismo para qualquer pessoa, onde quer que o ativista esteja, como numa fila de banco, no supermercado, numa loja, etc. Esse método de abordagem acontece nos cinco continentes. E temos a educação vegana formal, desenvolvida no Brasil. Nesse caso, o veganismo como fundamento moral prático dos direitos animais é apresentado e discutido em sala de aula nas escolas públicas e particulares, nos níveis fundamental e médio. Na educação vegana formal, o veganismo faz parte do currículo escolar. Por enquanto, esse método só é realizado no Brasil. (DENIS apud JACOBS, 2014, p. 30).

Jacobs aponta que esse modo de atuação formal em prol dos direitos dos animais se diferencia bastante de uma atuação dentro dos movimentos sociais. A primeira acontece de forma solitária, na qual o educador está praticamente só, afastado dos parceiros de ativismo. O educador enfrenta a hostilidade e a resistência de todo um sistema escolar que foi programado para reproduzir suas próprias verdades, sendo um sistema quase impermeável. Como argumenta Jacobs (2014, p. 31), “A escola [...] cumpre seu papel de produção e reprodução do modelo hegemônico de sociedade, que tem o especismo como forte aliado na alimentação das desigualdades e do próprio capitalismo [...]”. O educador vegano tem de lidar com padrões de comportamentos que estão fortemente enraizados na sociedade e que dificultam uma discussão honesta acerca dos animais e seus direitos. Jacobs (2014, p. 32) ressalta que “[...] de forma efetiva, é importante estarmos preparados, com

formação ética, filosófica, pedagógica, política, epistemológica e científica para sustentar com qualidade a abordagem dos conteúdos fundamentados nos direitos animais”, e esse alicerce é certamente o trilho que irá possibilitar uma mudança futura de comportamentos.

Retomando a trinca sexismo, racismo e especismo, na ótica de Felipe (In: *Educação & direitos animais*, 2014), somente a educação é capaz de tornar o animal humano, isto é, o homem, um ser dotado de respeito pelos da sua própria espécie e os de outras espécies também. Esse respeito engloba sua conduta enquanto ser que é pertencente a um mundo, que não é apenas seu, porém, pois é um mundo onde coabitam outras espécies. A assimilação desse respeito deve ser sempre mediada pela educação.

Educar é um trabalho de forjar na natureza humana o gosto por atitudes e hábitos de vida não violentos. Sem educação é a pessoa que se move de modo intempestivo, física, verbal ou intelectualmente, em um ambiente no qual outros também estão em movimento. Sem educação é a pessoa que desconsidera quaisquer interesses alheios quando não pode usá-los para obter benefícios pessoais. Sem educação é a pessoa que desconhece seus deveres em relação aos outros humanos e animais. Sem educação é a pessoa formatada em concepções ultrapassadas, que não faz o menor esforço para atualizar-se moralmente. Essas pessoas estão na sociedade sem dar contribuição alguma ao aprimoramento moral da própria existência numa biodiversidade que requer a abolição do sexismo, do racismo e do especismo em todas as suas nuances. (FÉLIPE, 2014, p. 117)

Portanto, percebe-se que é por meio da educação que se obtém o polimento moral humano em todos os sentidos, possibilitando sua convivência no mundo. Sem o prisma educacional, o homem continua em um caminho onde imperam hábitos violentos e hostis, tanto para com os da sua própria espécie, como os de outras espécies, perpetuando-se desta maneira o racismo, o sexismo e o especismo.

### **3.4 Direitos dos animais e da natureza**

Em todo o planeta, os animais estão sujeitos a todo tipo de exploração, destacando-se especialmente a indústria alimentícia como umas das mais influentes e poderosas. Em seus processos de produção de carnes, leites, ovos e derivados, nenhum tipo de matéria-prima oriunda dos animais é desperdiçada. Tudo é aproveitado, seja pela própria indústria da pecuária, da avicultura ou suinocultura, seja por outras tantas indústrias distintas que recebem indiretamente o que não será

utilizado para consumo alimentar final. Vejamos alguns exemplos das inúmeras utilizações que pode ter o gado além do fornecimento de carne, leite e seus derivados alimentícios:

Vamos então começar pelo componente mais externo do boi: o couro. Além da utilização óbvia para a confecção de sapatos, cintos e roupas, o couro dá origem à gelatina neutra que será usada na indústria alimentícia na fabricação de maria-mole, chiclete, suspiros, recheios, coberturas, iogurtes, sorvetes, cremes, etc. A gelatina neutra também é usada na clarificação de vinho, cerveja e suco de frutas e em produtos dietéticos. Na indústria farmacêutica, ela é utilizada em cápsulas duras ou moles, comprimidos, drágeas, emulsões, óleos, esponjas medicinais, etc. Além disso, ela produz a gelatina fotográfica que é usada em filmes de artes gráficas, papéis fotográficos e filmes radiológicos. A gelatina hidrolisada é usada em cosméticos, dietéticos, bebidas, alimentos líquidos e em outros processos químicos. A gelatina industrial é usada na fabricação de adesivos, abrasivos, fósforos, capsulação de corantes, etc.

Depois podemos falar de crinas e pelos que serão usados para produção de escovas de enceradeira, escovas para armas de fogo, escovas para lavagem de garrafas, vassoura de pelo e brocha de pintor. Também são usados em luvas de boxe, poétrix (joias e próteses). Além disto, são usados nos filtros de ar e óleo combustível dos carros.

O sebo produzido tem utilização na indústria química, nos curtumes, nas indústrias de sabão, de cosméticos, indústria alimentícia, de tintas, de explosivos, indústria farmacêutica, indústria de pneus, de lápis, fábrica de velas, etc.

Os cascos e chifres são usados em artesanatos, na formação de madrepérola e pérolas artificiais. O produto da moagem entra na composição do pó de extintor de incêndios, o óleo entra na composição dos óleos da indústria aeronáutica como aditivo no lubrificante dos aviões.

A bília é usada na indústria química e de bebidas e na indústria farmacêutica, onde os sais biliares entram na composição de remédios digestivos, reagentes para pesquisas e pomadas para contusões.

A mucosa do estômago é usada na indústria de laticínios para a fabricação do coalho. Outras mucosas e glândulas são usadas na indústria farmacêutica fornecendo diversas substâncias, como insulina, hormônios da reprodução, enzimas digestivas, outros compostos enzimáticos, histamina, heparina, imunoestimulantes, glucagon, oxitocina, somatotrofina bovina (hormônio do crescimento), neurotransmissores, tiroxina (hormônio da tireoide), cerebrosídeos, etc., sendo estas substâncias usadas na fabricação de remédios para uso humano.

Além disso tudo, há muitos outros subprodutos aproveitados, como, por exemplo: conteúdo rumenal, usado como adubo orgânico e na produção de biogás, farinha de carne e ossos usada na fabricação de rações para cães e gatos, os intestinos são usados na fabricação de fios cirúrgicos, cordas para raquete de tênis, etc.

Dessa forma, não é exagero nenhum dizer que absolutamente tudo do boi é aproveitado, podemos dizer de forma simbólica que até o berro é aproveitado, pois pode ser gravado e utilizado em músicas e trilhas sonoras de filmes e novelas. [...]<sup>35</sup>

<sup>35</sup> Disponível em: <<http://www.ead.cesumar.br/moodle2009/lib/ead/arquivosApostilas/1206.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2014.

Com essa informação, é possível notar a subjugação a qual os animais estão submetidos. Seu direito à vida não é respeitado pelo homem. Como visto anteriormente, todo animal senciente aspira pelo não sofrimento e o direito à vida e, portanto, sua existência destina-se a atender seus próprios objetivos.

Segundo Peter Singer, citando o filósofo Jeremy Bentham:

Talvez chegue o dia em que o restante da criação animal venha a adquirir os direitos dos quais jamais poderia ter sido privada, a não ser pela mão da tirania. Os franceses já descobriram que o escuro da pele não é motivo para que um ser humano seja abandonado, irreparavelmente, aos caprichos de um torturador. É possível que algum dia se reconheça que o número de pernas, a vilosidade da pele ou a terminação dos *sacrum* são motivos igualmente insuficientes para se abandonar um ser sensível ao mesmo destino. O que mais deveria determinar a linha insuperável? A faculdade da razão, ou, talvez, a capacidade de falar? Mas para lá de toda comparação possível, um cavalo ou um cão adultos são muito mais racionais, além de bem mais sociáveis, do que um bebê de um dia, uma semana, ou até mesmo de um mês. Imaginemos, porém, que as coisas não fossem assim; que importância teria tal fato? A questão não é saber se são capazes de raciocinar, ou se conseguem falar, mas, sim, se são passíveis de sofrimento. (SINGER apud FERRIGNO, 2012, p. 60)

Entende-se, desta maneira, que os animais têm a capacidade de sentir prazer e dor e, ainda, são capazes de tentar se esquivar de situações que ocasionem sofrimentos, ficando claro que têm interesse em suas vidas, o que iguala esses interesses aos mesmos interesses que os homens têm em manter suas próprias vidas. Neste sentido, todos fazem parte de uma mesma natureza e devem ter seu direito à vida preservado.

O promotor de justiça Laerte Fernando Levai, em sua jornada jurídica, tem trabalhado pelo reconhecimento dos direitos dos animais, pelo reconhecimento do direito que eles têm de ter sua vida resguardada. Em sua obra *Direito dos animais: o direito deles e o nosso direito sobre eles*, o autor indaga se, de fato, os animais possuem direitos e nos responde que:

Sob o aspecto jurídico tradicional, a resposta será negativa, até porque a lei os considera, de um lado, meros objetos materiais da conduta humana; de outro, propriedade particular ou da Nação. Na verdade, a proteção aos animais deflui de uma postura ético-moral que considera a vida como o bem supremo de qualquer criatura [...]. (LEVAI, 1998, p. 16)

Para Levai (1998, p. 17), não há como dissociar o estudo dos direitos dos animais de uma conexão maior: a ecologia. Para ele, todo argumento relativo à

preservação do “[...] meio ambiente depende da harmonia de seus próprios recursos naturais, quais sejam, o solo, a água, o ar, a flora e a fauna [...]”. Todos têm seu espaço no planeta e devem coabitar pacificamente. No entanto, o homem, com uma cota de ambição exacerbada, pode causar – e vem causando há muito – sérios prejuízos ambientais, os quais afetam diretamente a ele próprio.

Preservar os recursos naturais é condição *sine qua non* para a existência de vida no planeta. De acordo com Levai (1998), a sensibilização mais acentuada do homem para com a natureza surgiu somente a partir do século XX, da segunda metade em diante. O autor relata que tal fato se deu em decorrência de o homem ter passado pelo evento de duas grandes guerras mundiais e pela ameaça das armas atômicas – Hiroshima e Nagasaki. A partir de então, passou a perceber o enorme potencial destrutivo dele para com ele próprio, sendo necessário buscar uma mudança para essa faceta sórdida. Essa mudança seria pautada tanto pela preservação da natureza, como pela conotação espiritual do ser humano. Um dos resultados da Conferência de Estocolmo, realizada pela ONU, no ano de 1972 e em 1978, foi a publicação da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, já mencionada.

Outra pergunta que Levai (1998) nos faz é a quem cabe a representação dos direitos dos animais em juízo? E ele responde (1998, p. 70): “Diz o artigo 2º parágrafo 3º, do Decreto-Lei n. 24.645/34 que, além do apoio das sociedades protetoras, os animais serão assistidos, em Juízo, pelo Ministério Público [...]”.

Todavia, mesmo que existam diversas leis, antigas ou atuais, mesmo que a Constituição legitime o Ministério Público para atuar no sentido de proteger a natureza, os animais e seus direitos, o desacato é imensurável. Brasil afora acontecem crimes contra a natureza, a fauna e a flora e muitos deles ficam sem uma punição mínima. Isso pode se dever a uma série de fatores, tais como a extensão territorial do país, a falta de conscientização ambiental, um pequeno número de fiscais, a certeza da impunidade, entre outros, que não são pertinentes neste estudo.

Uma alternativa futura para preservar os direitos dos animais apontada por Felipe (2014) seria a criação de um partido animalista brasileiro. Para a autora, essa ideia é ainda muito embrionária devido ao fato de não haver no Brasil um movimento de defesa dos direitos dos animais que tenha base suficientemente forte. Ainda há muito o que se estudar, muito que se discutir e se preparar antes de se aventar a possibilidade de uma representação política no Congresso. Os poucos que se

aventuram solitariamente a tal feito, pouco ou nada conseguem devido ao jogo de interesses – principalmente econômicos – de diversos atores que manipulam a política do país.

Ademais, para Felipe (2014), atualmente os ativistas dos direitos dos animais desempenham um papel muito mais importante do que qualquer partido político poderia desempenhar. Nas palavras da autora:

[...] Cada grupo tem seu modo particular de fazer ativismo animalista. Nenhum grupo tem um perfil exatamente igual ao do outro. Essa biodiversidade tem ajudado muito a crescer na sociedade civil a consciência animalista. (FELIPE, 2014. p. 106)

Felipe escreve que o número de militantes<sup>36</sup> – cerca de dez mil pessoas – da causa animal é muito pequeno se comparado ao número de habitantes do país, que já ultrapassou a marca dos duzentos milhões. Além disso, a autora teme que a criação de um partido político animalista nas circunstâncias atuais dos movimentos de defesa dos animais, ocorra de maneira igual à dos partidos tradicionais, ou seja, seguindo as mesmas estruturas de disputa por poder. Todo o trabalho feito de maneira singular pelos ativistas dos direitos dos animais acabaria se perdendo e o que restaria seria somente a rivalidade entre os que fariam parte do partido político. Para Felipe (2014, p. 107), “[...] Os animais pouco serão lembrados, e, quando o forem, será para instrumentalizar a luta pelo poder. Mais uma forma de uso dos animais [...]”.

Como experiência anterior, Felipe ilustra o PV – Partido Verde – que foi criado acreditando não ser mais necessário manter seu alicerce de movimento social. O PV abandonou essa base e se transformou em um partido político como todos os outros que temos, um partido político convencional. Não há representação genuína do partido em relação à preservação do meio ambiente. Nas palavras de Felipe (2014, p. 107) “Num país continental, no qual mais se devasta para a produção de carnes, ovos e leites, o Partido Verde virou o quê? Cadê o movimento verde na sociedade civil? Não existe [...]”.

Segundo a autora, seria exatamente isso o que ocorreria caso fosse criado um partido político animalista hoje. A força que existe nos movimentos de defesa dos

---

<sup>36</sup> A autora cita esse número até o mês de maio de 2014.

direitos dos animais está exatamente na biodiversidade deles, o momento não é de centralizar, mas, sim, de espargir para multiplicar a força. É imprescindível um amadurecimento dentro da causa animal antes que se cogite a criação de um partido político que a represente. Para Felipe, talvez mais uns dez anos de estudos e trabalhos sérios acerca dos direitos dos animais poderá levar à criação de um partido que os represente efetivamente.

E como falar de direitos dos animais sem passarmos pela questão dos animais de estimação, os animais domésticos que também são conhecidos como *pets*? Francione (2013) nos traz esse debate quando aborda o tratamento que é dado aos animais de estimação – que, para muitos, é um integrante da família – e o tratamento dado aqueles que servirão como alimento. Para descrever esse comportamento antagônico, o autor criou o termo “esquizofrenia moral”, afirmando que:

Quando eu falo sobre esquizofrenia moral, estou procurando descrever o modo ilusório, enganado, confuso de pensarmos sobre os animais em termos sociais e morais. Essa confusão pode, é claro, incluir maneiras conflitantes ou incoerentes de olhar para os animais (alguns são membros da família; outros são jantar), mas isso não significa que eu esteja descrevendo uma múltipla ou dupla personalidade clássica. Nossa esquizofrenia moral, que envolve enganarmos a nós próprios quanto à senciência animal e às semelhanças entre os humanos e os outros animais, e uma enorme confusão quanto ao *status* moral dos não humanos, é um fenômeno bastante complicado e tem muitos aspectos. [...]. Também espero que esteja claro que não estou usando esse termo de um modo que transmita, ou tenha a intenção de transmitir, a ideia de que os esquizofrênicos clínicos são imorais.<sup>37</sup>

Naturalmente, a discussão que o autor propõe em sua obra *Introdução aos direitos animais* é bastante aprofundada a esse respeito, assim, utilizaremos neste estudo essa definição no sentido de ilustrar, por exemplo, como reagimos a determinadas situações envolvendo animais.

A China é um país onde, em algumas regiões, consome-se a carne de cachorro. Esse comportamento, no entanto, vem sendo atacado já há alguns anos não somente por ativistas em prol dos direitos dos animais no próprio país – alguns são ativistas veganos e outros apenas em favor dos animais considerados de estimação – mas também por cidadãos em diversas partes do mundo, que se revoltam contra o consumo da carne dos cães.

---

<sup>37</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/unDpoG>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

Um festival que é realizado todos os anos no início do verão, na província chinesa de Guangxi, desta vez está cercado de polêmica. É que milhares de defensores dos direitos animais se uniram para protestar contra o evento, que tem como principal atrativo uma feira gastronômica com carne de cachorro. O consumo do animal não é proibido no país, pelo contrário, é tradicional. A cada edição, são cozidos e consumidos cerca de 10 mil cães no Festival Yulin. Porém, agora, os protestos de chineses contrários à iguaria juntaram-se ao de pessoas ao redor do mundo que condenam a prática, de acordo com reportagem da BBC.<sup>38</sup>

Para as pessoas que não são veganas, é inaceitável comer carne de cachorro, visto que eles não são vistos como alimento, como a carne de um porco ou de uma ave. Ao contrário, os cães são amigos fiéis, são companheiros durante muito tempo da vida de uma pessoa e é repugnante pensar em comê-los. Contudo, na China, as pessoas que comem a carne dos cachorros o fazem da mesma forma que uma pessoa daqui come carne de porco. Ou seja, essa conduta é encarada como um hábito cultural.

O exemplo citado acima pode ser considerado um episódio de esquizofrenia moral, quando se coloca o cachorro em um patamar diferente de um porco, coelho, de uma vaca ou até mesmo de uma ave. O cachorro teria muito mais direito a ter sua vida preservada do que qualquer outra espécie animal.

Essa esquizofrenia moral leva muitas vezes a comportamentos raivosos contra os países orientais e a população que consome a carne dos cães e, até mesmo, outros tipos de carne que não fazem parte do hábito alimentar cultural de quem os ataca. O ativista abolicionista vegano Robson Fernando de Souza escreveu em seu blog:

Dias atrás, uma pastelaria carioca que emprega chineses foi flagrada comercializando salgados com carne de cachorro. A notícia comoveu defensores e “amantes” de animais em todo o país, afinal, estava acontecendo um inadmissível absurdo para a moral interespecie brasileira vigente, o abate de cães para fins de consumo em pleno Brasil. Seguiu-se, desde então, uma onda de xenofobia contra chineses. Entre os odientos desejos que podem ser flagrados em comentários de notícias sobre o caso da pastelaria carioca, estão desde a deportação dos matadores de cães até a proibição da imigração de chineses. A alegação para tamanho ódio é que, na cultura brasileira, cães são “muito estimados” e sua morte com fins de consumo é inadmissível. E enquanto isso, em algumas regiões ou cidades da China, ainda é parte da tradição alimentar comê-los depois de eles serem torturados por métodos como espancamento e fervura viva. Portanto, chineses são vistos como “demônios na Terra”, já que consomem animais tão estimados por brasileiros.<sup>39</sup>

<sup>38</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/aeklWI>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

<sup>39</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/7JHFG>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

Segundo Felipe (2014, p. 45), essa xenofobia, somada ao especismo eletivo, gera o xenoespecismo que é “[...] Quando alguém ofende pessoas de outra cultura por comerem animais que em sua própria ninguém foi condicionado a comer (cavalo, cão, gato, cobra, vermes), geralmente, além de praticar a xenofobia, pratica o especismo eletivo [...]”. Para a autora, em nada difere o animal que será morto e utilizado para alimentação em determinado país – ou até mesmo os animais que serão mortos em rituais religiosos – dos animais tidos como de estimação. Todos devem ter seu direito à vida preservado.

Outro tema relevante a se examinar quando se trata de direitos dos animais e sua exploração, é a ligação com outros tipos de abusos. Historicamente, a exploração de seres considerados inferiores ou incapazes deve ser considerada para que se entenda, ao menos, em parte a exploração sofrida pelos animais e também o motivo pelo qual o veganismo abolicionista pode representar uma saída.

Por conseguinte, se faz necessário destacar uma importante correlação abordada pela professora Sônia Felipe em um de seus cursos sobre direitos dos animais:

Crescemos em uma sociedade profundamente discriminadora, antropocêntrica e especista. Há apenas cento e vinte anos foram abolidos o comércio e a escravização legal de afrodescendentes em nosso país. Há menos de um século foi abolida a interdição das mulheres no espaço político. Até hoje, ainda não abolimos o direito humano de assenhorear-se do corpo e da vida de animais de outras espécies, de escravizá-los e de exterminá-los. Portanto, apesar do progresso alcançado em relação às duas formas mais combatidas de preconceito – o racismo e o machismo –, ainda não abolimos o *especismo*, a discriminação somatofóbica e violenta contra seres que não nascem na nossa espécie. Lamentavelmente, nossa moralidade ainda não alcançou seu primor, justamente por causa do especismo elitista e eletivo não abolido da nossa mente. Dado que somos também animais, tudo o que julgamos ter o direito de fazer contra os animais das outras espécies, liberamos para ser feito também com certos animais da nossa própria espécie.<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> Curso de extensão sobre direitos animais ministrado em 28/06/2013 no Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (UFSC) Princípios da ética vegana abolicionista: Implicações éticas, ambientais e nutricionais do consumo de leite bovino, uma abordagem crítica. Disponível em: <<http://goo.gl/ymkjuZ>>. Acesso em: 3 dez. 2013.

Figura 17 - Correlação entre racismo, sexismo e especismo



Fonte: <<https://www.facebook.com/AtiVegPT>>. Nov. 2013.

De fato, em uma sociedade em que a discriminação é um traço predominante, a adoção do veganismo abolicionista enquanto filosofia de conduta de vida causa grande resistência.

Cabe lembrar que a abolição da escravatura dos negros também enfrentou muita resistência e, ainda assim, conseguiu-se a libertação dos afrodescendentes, que durante muito tempo foram aprisionados e explorados por seus semelhantes, que, de diferente, tinham apenas o tom da pele. E essa abolição não significa dizer que vivamos em uma sociedade isenta de racismo, infelizmente.

A escritora, feminista e ativista estado-unidense Alice Walker<sup>41</sup> sintetizou a questão do especismo, racismo e sexismo em uma célebre frase:

Os animais do mundo existem para seus próprios propósitos. Não foram feitos para os seres humanos, do mesmo modo que os negros não foram feitos para os brancos, nem as mulheres para os homens. (WALKER apud NACONECY, 2006, p. 221).

Para Francione (2013), nos casos de racismo, sexismo e especismo deve-se prezar o princípio da igual consideração, em que interesses semelhantes devem ser tratados de maneira também semelhante. Negros e brancos têm o mesmo interesse em salvaguardar suas vidas, assim como homens e mulheres e também os animais

<sup>41</sup> Disponível em: <[http://www.record.com.br/autor\\_sobre.asp?id\\_autor=5527](http://www.record.com.br/autor_sobre.asp?id_autor=5527)>. Acesso em 27 ago. 2014.

sencientes. Todos têm a mesma pretensão em continuar vivos e não serem tratados como propriedade ou recursos.

[...]. Isso não significa que todos os humanos sencientes fiquem necessariamente pensando sobre seu próprio valor; significa que os humanos sencientes não são indiferentes ao que acontece com eles, e têm interesse em não sofrer e em continuar existindo. Eles se importam com esses interesses porque são eles que experienciam o sofrimento que lhes é infligido, mesmo se os outros não reconhecerem isso. Nesse nível, os humanos portadores de deficiência mental grave e os bebês humanos dão valor ao próprio interesse em não sofrer, mesmo se ninguém mais der. Mas isso também é verdadeiro quanto aos animais. Há uma semelhança entre os humanos e os animais que nos faz considerar o sofrimento animal como algo moralmente relevante, em primeiro lugar. Se atribuirmos valor inerente igual a todos os humanos independentemente de suas características, e negarmos esse mesmo valor aos animais, o fato de não aplicarmos o princípio da igual consideração será arbitrário e injustificado. (FRANCIONE, 2013, p. 218).

Retomando a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, mais especificamente os artigos 1º e 2º, podemos ponderar então que todos os animais não humanos nascem para atender suas próprias finalidades, e o homem, enquanto animal humano dotado de cognição, deve conceder-lhes o direito à própria existência.

### **3.5 A conduta alimentar e o estilo de vida do vegano**

Os hábitos alimentares de uma pessoa que segue a filosofia de vida vegana podem ser diversificados, uma vez que nem todas as pessoas prezam exatamente pela alimentação saudável dentro da esfera do veganismo. No entanto, antes de tratarmos da questão alimentar, faz-se necessário abordar algumas definições.

Felipe, em uma palestra no ano de 2008 na Sociedade Vegetariana Brasileira, apontou uma classificação elaborada no livro *The new vegetarians* por Paul R. Amato e Sonia A. Partridge, exposta a seguir:

(1) Ovo-lacto-vegetarianos, consomem ovos e laticínios, menos carne; (2) lacto-vegetarianos, consomem laticínios, mas não ovos e carnes; (3) ovo-vegetarianos, comem ovos, mas não laticínios e carnes; (4) veganos, não comem carnes, laticínios e ovos (e geralmente também não usam mel); (5) vegetarianos macrobióticos, vivem de grãos integrais, vegetais marinhos e do solo, leguminosas e missô (uma pasta altamente proteica feita de grãos e soja fermentados); (6) higienistas naturalistas, comem alimentos vegetais, combinam alimentos, e praticam jejuns periódicos; (7) crudívoros, comem apenas alimentos crus de origem vegetal; (8) frugívoros, consomem frutas,

nozes, sementes e certos vegetais; e (9) semivegetarianos, incluem pequenas porções de peixe e ou frango em sua dieta.”<sup>42</sup>

Nota-se, portanto, que existem definições que podem levar a certos equívocos sobre o que de fato é o veganismo. Os itens 4, 5, 6, 7 e 8 fazem parte da filosofia vegana, considerando-se que não há ingestão de nenhum tipo de alimento de origem animal.

Dentro do veganismo, há ainda as pessoas que se alimentam com alimentos industrializados e *fast-food*. Pode parecer inusitado um vegano que não tenha uma alimentação regrada, balanceada e baseada somente em vegetais, frutas, verduras, legumes, oleaginosas e alimentos integrais, sem conservantes, corantes e não processados, mas como os alimentos industrializados e os de *fast-food* fornecem praticidade, sabor e prazer, acabam por ser consumidos no dia a dia de muitos adeptos do veganismo e, em alguns casos, em quantidades grandes. O que importa para esses indivíduos veganos é se os alimentos terão ou não derivados animais e não sua qualidade nutricional.

Eventualmente, essas pessoas veganas que não cuidam de sua alimentação diária, apresentarão deficiências nutricionais, assim como pessoas de dietas onívoras ou pseudo-vegetarianas também poderão apresentá-las caso não tenham cautela com a composição nutricional de suas refeições.

De acordo com Eric Slywitch, médico nutrólogo especializado em dietas vegetarianas:

Erros alimentares, indiscutivelmente, podem levar a deficiências nutricionais a curto, médio ou longo prazo. O impacto da deficiência para o organismo vai depender da intensidade dessa deficiência e do tempo que ela existe no indivíduo. Algumas deficiências, quando ajustamos a alimentação, podem ser sanadas rapidamente sem suplementos. Outras, mesmo com a alimentação ajustada, precisarão de suplementação para elevar os nutrientes depletados a níveis normais e, só depois disso, suspender os suplementos (se possível). A deficiência de nutrientes, quando simplesmente por erro alimentar, após tratadas, costuma ser facilmente ajustada e prevenida quando o indivíduo muda os hábitos. Assim, nesse tipo de deficiência, os suplementos podem ganhar espaço dependendo do tipo de carência, e a alimentação adequada assume papel fundamental para evitar sua recorrência.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> Disponível em: <<http://www.gatoverde.com.br/veganismo/etica-na-alimentacao>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

<sup>43</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/HSAkTd>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

Observa-se que Slywitch não fala especificamente dos indivíduos vegetarianos, mas de toda a população. Ainda de acordo com ele:

Alguns cuidados nutricionais são diferentes para os vegetarianos, mas nada que justifique uma maior preocupação em termos de necessidade de suplementação, visto que a deficiência de ferro e vitamina B12 (os maiores pontos de preocupação) são similares nesses dois grupos. As proteínas não são fatores de preocupação para o vegetariano [...]. A incidência de diversas doenças (estudadas em populações vegetarianas) é marcadamente reduzida ao se adotar uma dieta vegetariana. Isso, por si só, sugere a adequação da dieta vegetariana ao organismo humano. Os nutrientes que merecem atenção numa avaliação nutrológica são os mesmos para os vegetarianos e não vegetarianos.<sup>44</sup>

Além do fator nutricional, outro ponto grandemente questionado é a vida social de um indivíduo vegano e sua interação com amigos e familiares onívoros. Nem sempre é tarefa fácil comer em lanchonetes, bares, restaurantes e afins e, até mesmo, participar de reuniões com familiares e amigos, festas de aniversários, casamentos, confraternizações e similares.

Atualmente, mesmo com uma maior receptividade em relação à dieta baseada em vegetais, a maior parte da composição dos pratos dos restaurantes, bares e lanchonetes ainda é de origem animal. Isso se dá devido a paradigmas morais, convenções e certos costumes, conforme mostrou a professora Sonia Felipe em palestra na Sociedade Vegetariana Brasileira de Brasília em agosto de 2008:

As “sociologias da alimentação” investigam as variáveis sociais que influenciam os hábitos alimentares humanos. Os padrões morais ou práticas e costumes consagrados por determinada sociedade, que, via de regra, pensamos influenciar apenas nossas práticas sexuais e sociais, estão profundamente ligados à forma pela qual os humanos inventam e preservam estratégias para obter e garantir seu alimento. Pode-se dizer que a escolha da matéria que será transformada em comida e servida à mesa, em balcões de lanchonetes, cafés, embalagens para viagem, supermercados e feiras, revela a moral de determinada sociedade e a ética que rege as escolhas individuais.<sup>45</sup>

Um almoço ou jantar pode não ser algo tão corriqueiro, pois frequentemente o feijão é cozido com bacon ou linguiça, a couve e a lentilha refogadas também não ficam isentas de uns bons nacos de bacon para acentuar o sabor, por vezes, até o arroz e os legumes são cozidos na manteiga para apresentar sabor diferente, a batata

<sup>44</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/GdoRn5>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

<sup>45</sup> Disponível em: <<http://www.gatoverde.com.br/veganismo/etica-na-alimentacao/>>. Acesso em: 6 set. 2014.

frita que, como o feijão, carrega bacon e, outras vezes, muito queijo ralado e queijos derretidos como acompanhamento, as saladas constantemente são compostas, além de folhas, de frango desfiado ou peito de peru, ovos ou cremes e molhos à base de leite e derivados. Esses são apenas alguns exemplos dos tantos alimentos que originalmente são veganos e que, por questões de hábitos e até mesmo comerciais, deixam de sê-lo.

Ademais, há os ingredientes ocultos ou menos imperceptíveis, como os caldos de carne ou de galinha, as banhas em geral, gelatinas, mel, corantes como o cochonilha<sup>46</sup> e outros utilizados durante o preparo do prato.

Em reuniões familiares e de amigos, como festas diversas e o afamado churrasco, os adeptos do veganismo têm a opção de levar seus próprios alimentos, possibilitando que eles continuem participando de tais encontros. Outros, mais severos – ou radicais, como também são classificados –, preferem se ausentar totalmente de reuniões desta natureza, principalmente se for churrasco.

Ainda assim, com todos esses embaraços, é possível ter uma vida social dita normal e conviver com amigos e familiares não veganos. Para isso, basta, com certo grau de obstinação, procurar locais que tenham opções veganas ou que possam ser adaptadas, além de entender que esta filosofia de vida é ainda nova para muitas pessoas, havendo outras que sequer ouviram falar nela. Há que se ter serenidade para conduzir essas situações e, dessa forma, expor que o veganismo não tem mistérios, nem grandes façanhas, podendo ser adotado sem causar prejuízo algum à vida social habitual.

Mesmo sendo algo hodierno para muitos e que provoque relutâncias, é oportuno que o tema seja abordado, explorado e demonstrado, todavia sempre sem hostilidades, visto não ser possível se furtar de todas as questões que o envolvem e às quais está relacionado, conforme apontou a professora Sonia Felipe na mesma palestra de 2008:

A inocência moral do costume de escravizar africanos nas lavouras e negócios euro-americanos acabou na segunda metade do século XIX. Do mesmo modo, acabou a inocência no uso do trabalho das mulheres para

---

<sup>46</sup> Cochonilha refere-se tanto ao corante cor carmim utilizado em tintas, cosméticos e como aditivo alimentar, quanto ao pequeno inseto (*Dactylopius coccus*) do qual ele é extraído, ou ainda a certos grupos de insetos, como a superfamília *Coccoidea* ou a família *Coccidae*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cochonilha>>. Acesso em: 5 set. 2014.

agregar poder econômico, moral e político aos homens. Nossa era é a do fim da inocência moral no ato de comer animais e seus derivados. Embora continue a ser “natural” comer, já não há nada de natural no conteúdo de qualquer refeição que resulta de processamento industrial. O argumento de que a abolição da moral onívora é uma utopia, porque todos estamos enraizados em práticas cotidianas que a sustentam, segue a mesma lógica de defesa da escravização de africanos e exploração das mulheres.<sup>47</sup>

Assim, a postura provável de um vegano abolicionista será a de buscar, sempre que possível, e no sentido de provocar indagações e não de doutrinar, conscientizar as pessoas e mostrar, principalmente por meio de exemplos da própria vida e da educação, que é viável a adoção de uma dieta vegana, como também de gozar de uma vida social satisfatória com esta filosofia de vida.

Ainda dentro da esfera alimentar, há os que questionam os indivíduos veganos quanto à adoção de uma alimentação com carne e derivados de animais produzidos organicamente, postulando que estes seriam saudáveis e que não causariam danos aos animais. Segundo aponta Felipe:

Não há sistema orgânico que respeite a natureza evolutiva dos animais, se eles são criados para o abate ou para extração de leite e ovos. Todos os animais acabam mortos. Uns, quando seus organismos não prestam mais para produzir o que se quer extrair deles; outros, quanto estão “no ponto” para se extrair o que se quer deles: carne, gordura, osso, fígado gordo, etc. Do ponto de vista abolicionista vegano, manter o animal em condições decentes visando explorá-lo ou matá-lo em seguida é hipocrisia. Esses animais sequer são respeitados em seus ciclos naturais de vida. (FELIPE, 2014, p. 157).

Vale observar que, na produção orgânica de animais e seus derivados, há redução, e até mesmo isenção, da quantidade de hormônios de crescimento, antibióticos e drogas similares utilizados, em relação à produção convencional, de existindo certo manejo diferenciado dos animais em alguns casos. Certamente, há uma legislação que regulamenta tal atividade no Brasil<sup>48</sup> e também nos diversos países que praticam essa produção orgânica. Se os produtores cumprem ou não tais exigências legais em sua totalidade, não há como saber efetivamente, nem traremos à baila essa discussão, visto que todo esse tratamento, mesmo que cumprido rigorosamente, ou seja, deixando os animais “livres e promovendo-lhes uma vida

<sup>47</sup> Disponível em: <<http://www.gatoverde.com.br/veganismo/etica-na-alimentacao/>>. Acesso em: 9 set. 2014.

<sup>48</sup> Para mais informações, consultar: <<http://goo.gl/92cvuq>>; <<http://goo.gl/OB1KC1>>. Acesso em: 12 jun.2015.

satisfatória”, se encaixaria na perspectiva bem-estarista elucidada anteriormente, estando, portanto, fora da filosofia de abolicionismo animal.

### 3.5.1 O engodo da comida feliz

Em relação aos produtos de origem animal e seus derivados, é importante destacar uma reflexão de Robbins no prefácio da obra *Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas: uma introdução ao carnismo, o sistema de crenças que nos faz comer alguns animais e outros não*, da psicóloga e socióloga Melanie Joy:

[...]. Os procedimentos operacionais-padrão na indústria não são concebidos para serem cruéis. Esse não é seu objetivo ou intenção. Eles são concebidos para serem eficazes em termos de custo. Mas se for constatado que é eficaz em termos de custos confinar animais em condições que de fato se assemelham às de Auschwitz ou de Dachau, é isso então que vai acontecer. (ROBBINS, 2014, p. 12).

De maneira geral, as pessoas se comovem com o sofrimento dos animais, todavia, nem todas conseguem fazer a ligação entre a carne e os derivados de animais que consomem e o sofrimento ao qual os animais foram submetidos para que isso acontecesse. Para que essa situação de “não conexão” continue, a indústria de produtos de origem animal investe pesadamente em propagandas. Não é raro vermos embalagens de produtos com uma vaca, um porco ou uma ave que estejam “felizes”. Vejamos os exemplos a seguir, que têm o intuito de ilustrar a questão da “comida feliz”, sem nenhuma pretensão de introduzir uma análise semiótica ao presente estudo:

**Figura 18** - A vaca sorridente



Fonte: <<http://avacaqueri.pt>>. Maio 2015.

**Figura 19** - Ave feliz e bem tratada vendendo a si própria congelada



Fonte: <<http://www.linkatual.net>>. Maio 2015.

**Figura 20** - Vaca feliz e fofinha na embalagem de chocolate ao leite



Fonte: <<http://blogs.diariodepernambuco.com.br>>. Maio 2015.

**Figura 21** - Vaca simpática saudando os consumidores



Fonte: <<http://www.laticiniosportoalegre.com.br>>. Maio 2015.

**Figura 22** - Porco feliz, sorridente e personificado como “garoto propaganda” dele próprio



Fonte: <<http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line>>. Maio 2015.

**Figura 23** - Camarão personificado como cozinheiro de restaurante



Fonte: <<http://www.guiatere.com/teresopolis/rj/327/camarao-e-cia.html>>. Maio 2015.

Na verdade, nenhuma embalagem ou logomarca traz – nem trará – a imagem real de um destes animais no período de confinamento, momentos antes ou durante o abate. Isso causaria enorme aversão na maioria das pessoas, fazendo com que muitas fizessem essa conexão. Trazer à tona o que se passa durante todo esse processo causaria sérios problemas às indústrias de carne animal e seus derivados. Joy (2014) aponta que:

[...] A carne é um grande negócio. Na realidade, a carne é um negócio muito grande – a indústria agropecuária nos Estados Unidos tem rendas anuais conjuntas próximas de 125 bilhões de dólares. Pense nos incontáveis mercados, restaurantes, *self-services* e lares, de um lado a outro do país, que são abastecidos com carnes. A carne está literalmente em todo lugar a nossa volta. (JOY, 2014, p. 39)

Joy afirma que a carne está em todo lugar, no entanto, raramente a vemos. Essa ocultação também faz parte das estratégias de negócios dessa indústria bilionária. Quase ninguém vê aves ciscando em grandes terreiros e gado pastando livremente. Quando isso acontece, são alguns poucos exemplares e, geralmente, de pequenos criadores. Ao contrário disso:

[...] esses animais são mantidos em confinamento estrito, onde podem ser vítimas de enfermidades, da exposição a temperaturas extremas, da severa superlotação, do manejo violento e até mesmo de psicose. [...] hoje os animais estão em gigantescas “confined animal feeding operations” [centrais de alimentação de animais em confinamento] ou CAFOs (às vezes, chamadas de “fazendas-fábricas”), onde residem até serem despachados para o abatedouro. (JOY, 2014, p. 40)

Conforme a autora, é evidente que essa ocultação precisa acontecer, visto que, de outra forma, todo esse sistema começaria a ser inquirido por quem o sustenta. Um dos tantos documentários que mostra essa realidade escondida é *Glass walls* (Paredes de vidro), narrado originalmente por Paul McCartney.<sup>49</sup>

Para Joy (2014), o que permite que comamos um bife sem ao menos pensar em todo o processo por trás de sua produção, é a invisibilidade que a indústria de carnes e derivados nos impõe. Essa invisibilidade, ou mesmo, essa impenetrabilidade, é necessária para nos manter afastados de seu repugnante processo de produção (Anexo A).

Joy (2014) ainda questiona o motivo pelo qual aceitamos comer alguns animais, enquanto, somente de pensar, sentimos asco pelo consumo de outros. Para ela, isso se dá por alguns motivos, um deles é o sistema de crenças e valores que nos é ensinado. Não nascemos gostando desse ou daquele vegetal, dessa ou daquela fruta, dessa ou daquela carne, isso nos é ensinado. Aprendemos quais são os animais que devemos considerar comestíveis e quais não são.

Em sua obra, a autora faz o caminho inverso e, ao invés de mostrar o porquê do vegetarianismo, mostra o porquê do carnismo. Para Joy (2014, p. 31), “[...] Comemos animais sem pensar no que e por que estamos fazendo, pelo fato de o sistema de crenças que está por trás desse comportamento ser invisível. Esse sistema de crenças invisível é o que chamo de carnismo”.

---

<sup>49</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9KndhCqrlDc>>.

### 3.5.2 Degradação ambiental *versus* alimentação de base vegetariana

Estima-se que no Brasil a população de vegetarianos seja em torno de 8%, segundo pesquisa realizada e concluída pelo Ibope no ano de 2012.<sup>50</sup> Contudo, essa pesquisa não faz nenhum tipo de classificação referente à dieta adotada pelas pessoas entrevistadas, no sentido de diferenciar todos os tipos de pseudo-vegetarianismos daqueles que adotam uma dieta abolicionista vegana. Felipe (2014, p. 161) sugere que “[...] o IBGE, no próximo censo, incluísse uma pergunta sobre a dieta do povo brasileiro, deixando bem claras as distinções entre a dieta vegana, a ovo-lacto-vegetariana e a onívora ovo-galacto-carnista”.

Para Felipe, com essa estatística populacional mais próxima da realidade, seria possível elaborar políticas públicas com o intuito de conscientizar as pessoas sobre os impactos do consumo de produtos de origem animal para elas próprias e para o meio ambiente.

Segundo Joy (2014), a produção do agronegócio é a principal causa desses danos ambientais. Essa indústria contamina o ar e a água, o solo, das camadas mais superficiais às mais profundas, devasta florestas e elimina a biodiversidade de uma região, além de emitir toneladas de gases que aumentam significativamente o efeito estufa. Para que a carne e seus derivados sejam produzidos, a indústria utiliza, direta e indiretamente, uma série de substâncias tóxicas nocivas tanto às plantações que servirão de ração, como à saúde dos animais, do ser humano e, conseqüentemente, ao meio ambiente. Logicamente, além dessas substâncias químicas de entrada, existem as de saída, que são os resíduos resultantes de todas essas ações da cadeia produtiva de produtos de origem animal (Anexo B).

Felipe (2014, p. 162) diz que adotando uma “[...] dieta abolicionista vegana, economizaríamos 70% dos grãos, cereais e das forragens cultivados ao redor do planeta [...] e poderíamos deixar descansando 30% das terras cultivadas para atender à alimentação de 56 bilhões de animais [...]”. Talvez, esse seja um caminho para tentar frear todos esses danos. Como já visto anteriormente, a própria ONU reconheceu recentemente esses impactos causados ao meio ambiente e recomendou a mudança para uma dieta baseada em vegetais.

---

<sup>50</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/L9FNCT>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

### 3.6 Veganismo e a vertente político-social

Muitos veem o movimento vegano apenas como uma dieta. Outros vão mais à frente e o enxergam enquanto uma religião, uma espécie de seita ou algo que o valha, em que a doutrinação é algo certo a ser praticado por todos os indivíduos que adotam esta filosofia de vida. No entanto, o veganismo vai muito além de dietas, estilo de vida e preocupação com a saúde individual e o meio ambiente isoladamente, além de não ser uma religião. Dentre os veganos, há os que são religiosos, entretanto, muitos são ateus ou agnósticos. Existe, ainda, o eixo político-social. Neste contexto, pode-se vislumbrar o veganismo como um movimento que propõe uma mudança de realidade política e social, em razão de sua capacidade de agir contrapondo-se às grandes corporações, às indústrias, às práticas legais vigentes e ao modo de vida contemporâneo, que oprimem e exploram os animais e não respeitam seus direitos enquanto seres sencientes, como já explicitado anteriormente. Esse seria seu caráter contra-hegemônico e, neste ponto, vale saber o conceito de hegemonia na ótica de Downing:

A estratégia de Gramsci para resistir ao poder da classe capitalista nas nações em que ele é mais avançado e, por fim, sobrepujá-lo e assim democratizar radicalmente essas nações, baseava-se em sua convicção sobre a necessidade de desafiar e destronar o domínio cultural e a liderança (= hegemonia) de suas classes dominantes com uma visão alternativa coerente e convincente a respeito de como a sociedade poderia organizar-se. Ele sustentava que, no decorrer dos dois séculos de sua expansão e consolidação, o capitalismo manteve e organizou sua liderança através de órgãos de informação e cultura, como escolas, universidades, igrejas, literatura, meios de comunicação e ideologias corporativas. As perspectivas sobre a sociedade mais ampla geradas no âmbito dessas instituições com frequência produziram, segundo ele, uma visão de mundo incontestável, que adquiriu o *status quo* de inevitável, e de que o poder da classe dominante assentava-se na sua habilidade singular, e, por si só evidente, de dirigir a nação com sucesso (fossem quais fossem as críticas aos membros individuais dessa classe). (DOWNING, 2002, p. 46)

Na obra *Mídia Radical*, Downing (2002) esclarece que Gramsci acreditava na possibilidade de uma organização social auto-organizada, ou seja, uma nova organização social capaz de lutar contra a hegemonia, recriando sua própria emancipação. Essa organização brotaria de diversos movimentos sociais e estes utilizariam muito mais ações pacíficas que ações violentas. As batalhas se dariam amplamente no campo dos valores e do pensamento, buscando reavivar um questionamento de cunho crítico acerca do processo hegemônico para, desta

maneira, promover o fortalecimento dessa contra-hegemonia e torná-la capaz de atuar como agente de transformações sociais.

Dito de outra maneira, a luta contra a hegemonia é dotada de certo poder de desenvolvimento, principalmente quando é provocadora de indagações, de participação e de mobilizações sociais de fato. Vale também salientar que o termo “contra-hegemônico”<sup>51</sup> não foi criado por Gramsci, contudo, quando se trata de hegemonia, pode-se pensar no seu oposto, a contra-hegemonia.

A contra-hegemonia seria um comportamento crítico por parte dos movimentos sociais que vão em direções opostas às dos poderes dominantes, sendo esse comportamento inerente ao movimento abolicionista vegano. Em diversas ocasiões, esse comportamento pode ser designado como desobediência civil. Para Felipe (2014), essa conduta ocorre geralmente por meio de ações não truculentas. A autora define desobediência civil como:

[...] a recusa de cumprir uma lei para com isso chamar a atenção da sociedade para um fato ou uma prática institucional que fere os princípios éticos, políticos ou democráticos do país no qual a pessoa que “desobedece civilizada ou civilmente” reside [...]. (FELIPE, 2014, p. 110).

As imagens abaixo ilustram dois exemplos de atos de desobediência civil. O primeiro é em prol da defesa dos direitos dos animais e o segundo em prol da defesa dos direitos das mulheres. Vejamos:

---

<sup>51</sup> A expressão “contra-hegemonia” é tributária de Raymond Williams e, segundo Rozinaldo Antonio Miani, na Enciclopédia Intercom de Comunicação: “Considerando que o conceito de hegemonia, tal qual o pensador italiano Antonio Gramsci o formulou, implica na direção moral e intelectual de uma sociedade, exercida por um bloco histórico (conjunto das classes dominantes), por meio do poder de dominação praticado por meio da força e/ou da instauração de um consenso pelo consentimento, junto à sociedade, em relação às bases de uma ordem social, definida pelos interesses da classe dirigente e seus aliados, a contra-hegemonia se apresenta como uma contraposição ou uma resistência continuada à visão de mundo consolidada por uma determinada hegemonia. A aparente negatividade implicada no referido conceito deve ser recusada, pois como contestação e crítica ideológica e como combate cultural, no âmbito de uma disputa econômica e sociopolítica, a contra-hegemonia está relacionada à luta propositiva pela construção de uma “nova hegemonia”, a partir de outra direção cultural, que as classes subalternas pretendem e podem constituir, como alternativa, ao conjunto dessas classes e, por conseguinte, a toda a sociedade. Na perspectiva de construção de uma nova hegemonia que se insurge, no interior de uma determinada sociedade, como contra-hegemonia potencializando o que entendemos como o contexto de disputa pela hegemonia, na sociedade, a ação política dos setores organizados das classes subalternas objetiva a construção e socialização de uma práxis sociopolítica, no interior dos “aparelhos privados de hegemonia” presentes na sociedade civil, que seja marcada pelo compromisso de emancipação e transformação social e, neste contexto, a comunicação cumpre papel estratégico.

**Figura 24** - Protesto contra a modelo Gisele Bündchen e o uso de peles de animais



Fonte: <<http://www.bbc.com/portuguese>>. Jun. 2015.

No ano de 2002, ativistas da ONG Peta<sup>52</sup> invadiram um desfile de moda na cidade de Nova York para protestar contra o uso de peles de animais. O alvo era a modelo brasileira Gisele Bündchen que havia assinado um alto contrato com uma das maiores empresas exploradoras de peles de animais dos Estados Unidos, a Blackglama. O desfile não era de vestuário confeccionado com pele de animais, mas, sim, de uma grife de lingerie, no entanto, como o alvo era a modelo, os protestos aconteciam nos locais onde ela aparecia. Nos cartazes, havia uma frase que, com tradução livre, seria algo como “Gisele: escória de peles”.<sup>53</sup>

O grupo ucraniano Femen, que atua em prol do feminismo, também é conhecido por seus atos de desobediência civil. Um deles, no Brasil, terminou com duas ativistas detidas. Em setembro de 2012, as ativistas que estavam seminuas – e essa é a marca do grupo, usar a nudez para protestar – invadiram o desfile de 7 de setembro em Brasília e acabaram levadas à Delegacia de Repressão e Pequenas Infrações para prestar esclarecimentos.<sup>54</sup>

<sup>52</sup> Organização não governamental americana, sua sigla significa Pessoas pelo Tratamento Ético dos Animais.

<sup>53</sup> Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/cultura/021115\\_giselebecbc.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/cultura/021115_giselebecbc.shtml)>. Acesso em: 12 jun. 2015.

<sup>54</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/kmCCIs>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

**Figura 25** - Protesto do grupo Femen no ano de 2012 em Brasília



Fonte: <<http://oglobo.globo.com>>. Jun. 2015.

Em ambos os casos, as ativistas protestaram pacificamente, utilizando cartazes e também seu corpo como meio de comunicação, transgredindo determinadas regras e/ou leis. A punição que poderiam sofrer é a que foi aplicada no segundo exemplo, isto é, a prisão.

O objetivo nas duas situações era procurar conscientizar as pessoas sobre seus temas. De acordo com Felipe (2014):

[...] o sujeito ativo enfrenta as leis, recusando-se a respeitar uma delas, mesmo quando isso implica em risco ou dano para ele, como forma de chamar a atenção para a injustiça de alguma prática institucional que viole o direito de outros, quando há leis assegurando que esses outros têm tais direitos, mas ninguém as cumpre. (FELIPE, 2014, p. 110)

Segundo Felipe (2014, p. 113), para ter valia de fato, a desobediência civil deve conseguir dar visibilidade ao tema de seu protesto, estimulando debates com a participação efetiva da sociedade e “[...] deve vir acompanhada de outros atos de esclarecimento e educação, todos assegurados como direito pela Constituição [...]”.

Além da desobediência civil, outras formas de luta podem ser colocadas em prática, para que essa atuação contra-hegemônica dos movimentos abolicionistas veganos aconteça, uma delas é o boicote.<sup>55</sup> No entanto, Felipe (2014, p. 113-114) ressalta que o boicote “[...] pouco mexe com o sistema que institucionaliza tais

<sup>55</sup> Boicote ou boicotagem é o ato de recusar quaisquer relações com um indivíduo ou uma coletividade (grupo de pessoas, empresa, país etc.) como forma de protesto ou coerção a quem se pretenda punir ou constranger a algo, por razões econômicas, políticas, ideológicas, sociais etc. Aplica-se a relações entre países ou entre uma coletividade e uma organização. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Boicote>>. Acesso em: 9 set. 2014.

práticas, a menos que ele seja uma ação coletiva. Daí, sim, tem uma força descomunal [...]”.

Para demonstrar a observação da autora, citaremos o boicote coletivo realizado no ano de 1980 contra a extinta União Soviética. A ação de boicote coletivo ocorreu em razão da invasão soviética ao Afeganistão no ano de 1979. No ano de 1980, diversos países, incitados pelo então presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, se recusaram a participar das Olimpíadas de Moscou, causando um desfalque enorme no número de atletas que participariam de distintas modalidades. Apenas 80 países participaram com 5179 atletas, sendo esse o menor número de delegações desde o ano de 1956.<sup>56</sup>

A seguir, serão abordados alguns tipos de boicote presentes no movimento abolicionista vegano.

Boicote a produtos de origem animal: o comportamento esperado de um indivíduo vegano é boicotar qualquer produto que contenha carne e derivados de origem animal em sua composição. Essa atuação é factível em parte, dado que muitas empresas fabricantes de produtos que não contêm carne e derivados de animais, são grandes corporações, têm uma gama muito diversificada de produtos, abrangendo também aqueles que utilizam carne e derivados de origem animal em sua composição. O boicote, nesta situação, é parcial: boicota-se o produto, mas não se boicota a empresa, visto que nem todo produto tem um substituto vegano.

Nesse caso, uma alternativa é optar por comprar produtos de empresas que não utilizam carne e derivados animais ou que sejam 100% veganas, como a Surya Brasil<sup>57</sup> de cosméticos. Ainda são poucas essas empresas, no entanto, esse mercado vem crescendo no Brasil.<sup>58</sup>

Boicote a produtos testados em animais: veganos procuram ao máximo não utilizar produtos que foram testados em animais, sejam para higiene pessoal e oral, cosméticos, sejam de limpeza, alimentos e medicamentos. Uma parcela de veganos

---

<sup>56</sup> Disponível em: <<http://olimpiadas.uol.com.br/historia-das-olimpiadas/moscou-1980/>>.

<sup>57</sup> A Surya Brasil é uma empresa vegana, visto ter aderido a essa filosofia e dispor de vários selos que a certificam. Disponível em: <<http://www.suryabrasilproducts.com/certifications.html>>. Acesso em: 9 set. /2014.

<sup>58</sup> De acordo com matéria veiculada pela revista *Pequenas Empresas & Grandes Negócios*, ed. 255, abr. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/AxAFsg>>. Acesso em: 5 dez. 2013. Revista *Veja BH*, ed. jun. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/25Fddr>>. Acesso em: 5 set. 2014.

somente recorre a medicamentos em último caso e frequentemente utilizam a medicina natural e outras similares. Alguns deles se recusam, inclusive, a tomar vacinas que, além de testadas em animais, são produzidas com ovos de galinha inoculados. Neste movimento, chamado de antivacinação,<sup>59</sup> encontram-se não apenas os veganos,<sup>60</sup> mas, em parcela maior, pessoas motivadas pela religião e filosofias de vida pessoais.<sup>61</sup>

A maneira de vestir também constitui uma ação de boicote no movimento vegano. Além de não utilizar roupas e acessórios que tenham sido confeccionados com couro, camurça, seda, lã, peles, pelos, ossos, penas, plumas, marfim e pérolas, o vegano, muitas vezes, utiliza roupas com motivos que remetam diretamente à causa, cuja produção provém de pequenos empreendedores e/ou pequenas empresas, ação que pode configurar como uma forma de ativismo.

Outro ponto a ser observado é o entretenimento que utiliza animais. Qualquer que seja o tipo, dos mais violentos, caso das touradas e rinhas, aos que aparentam violência nula ou em menor grau, como animais em zoológicos e circos. Todos devem ser evitados e boicotados pelo movimento abolicionista vegano. Levai analisou o hábito de utilizar animais para entretenimento:

O costume de aprisionar e de exibir animais selvagens e exóticos, à guisa de troféus, também decorreu da política imperialista de expansão dos territórios, prática comum no século XVI. Nas ruas da Lisboa antiga, era frequente a Corte apresentar ao povo, em desfile aberto, homens africanos e animais selvagens subjugados. D. Manuel, tido como o Venturoso, durante seus habituais passeios do Paço da Ribeira até o Rossio, gostava de se fazer seguir por um inusitado cortejo zoológico, repleto de paquidermes acorrentados, felinos enjaulados, símios barulhentos e pássaros aprisionados, trazidos do além-mar. Muitos desses animais cativos, quando não negociados com colecionadores particulares, eram exibidos publicamente por grupos mambembes ou submetidos a dolorosos processos de adestramento. (LEVAI apud CHALFUN, 2011, p. 2)

Levai nos mostra que há muitos anos os animais são amplamente utilizados com a finalidade de “divertir” os homens. Atividades como aquários, zoológicos, rinhas, vaquejadas, cavalhadas, rodeios, farra do boi, turfe, touradas, caça e pesca

---

<sup>59</sup> Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/02/140220\\_vacinas\\_brasil\\_mdb.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/02/140220_vacinas_brasil_mdb.shtml)>. Acesso em: 5 set. 2014.

<sup>60</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/txtlHJ>>. Acesso em: 5 set. 2014.

<sup>61</sup> Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/02/140221\\_vacinas\\_doencas\\_dg.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/02/140221_vacinas_doencas_dg.shtml)>. Acesso em: 5 set. 2014.

esportivas, atrações turísticas em que haja o confinamento animal, espetáculos circenses, e tantos outros similares, constituem, além de exploração destes seres, ameaça de extinção a muitas espécies mantidas em cativeiros, retiradas de seu hábitat natural, provocando um desequilíbrio em seu ciclo vital de reprodução e continuação de suas linhagens.

Além desses boicotes, existem outros, havendo ainda atuações classificadas como ações diretas. A esse respeito, Felipe afirma que:

A *ação direta* é uma espécie de boicote ativo que visa a encerrar pontualmente uma prática, sem achar que ela será abolida universalmente, imediatamente, pois só é alvo de tais ações a prática verdadeiramente institucionalizada, quer dizer, a que tem raízes espalhadas por toda a cultura de consumo daquela sociedade. (FELIPE, 2014, p. 113)

Ações diretas, muitas delas, não violentas, são realizadas por veganos, individualmente e em grupos, o que os classifica como ativistas em prol dos direitos animais. A seguir, será destacado o exemplo da ALF,<sup>62</sup> Animal Liberation Front, ou Frente de Libertação Animal, espécie de organização que realiza ações diretas com o objetivo de salvar animais em situações pontuais. Eis algumas diretrizes da ALF:

- Infligir dano aos que lucram com a miséria e a exploração dos animais.
- Libertar animais de centros de abuso, como laboratórios, granjas, fábricas, fazendas de pele, etc., e colocá-los em bons lugares, onde possam viver naturalmente, livres de sofrimento.
- Revelar o horror e atrocidades cometidas contra animais atrás de portas fechadas (matadouros), realizando ações diretas não violentas e libertações.
- Tomar todas as preocupações necessárias para não causar danos a animais humanos e não humanos.
- Qualquer grupo de pessoas que sejam veganas e que realizem ações de acordo com as diretrizes da FLA tem o direito a nomear-se parte do FLA.<sup>63</sup>

Vale destacar que a ALF frequentemente é classificada por governos e indústrias de muitos países como uma organização terrorista, equiparando-a, inclusive, a algumas bastantes conhecidas, como a al-Qaeda.<sup>64</sup> Isso acontece porque

---

<sup>62</sup> A ALF surgiu há aproximadamente quarenta anos na Europa, e atua em prol da defesa dos direitos animais. Não há uma estrutura hierárquica, sua proposta é atuar por meio de células espalhadas ao redor do mundo, que ajam de forma clandestina e autônoma. Qualquer pessoa pode se tornar um ativista da ALF, desde que siga os preceitos propostos.

<sup>63</sup> Disponível em: <<http://avegetaria.blogspot.com.br/2012/12/animal-liberation-front-alf.html>>.

<sup>64</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/NqhdZL>>.

as investidas da ALF costumam causar enormes estragos financeiros aos locais de onde os animais são retirados.

Na ação direta, diferentemente da desobediência civil e do boicote, os manifestantes estão sujeitos a sofrer severas sanções legais. Muitos ativistas acabam encarcerados por longos anos. Por esse motivo, é necessário que os ativistas da ALF tomem uma série de cuidados antes de agir.<sup>65</sup>

**Figura 26** - Resgate de chinchilas de um criadouro em Itapeceira da Serra/SP, em 2014



Fonte: <<http://www.anda.jor.br>>. Maio 2015.

Também são consideradas ações em prol do ativismo vegano a divulgação da culinária por meio de cursos, palestras, compartilhamento de receitas nos grupos existentes nas mídias sociais digitais, workshops, degustações e veganiques<sup>66</sup>. A culinária tem apelo bastante forte quando se pensa em propagar a filosofia abolicionista vegana, visto que o carnismo é uma perspectiva cultural extremamente arraigada em uma sociedade e deixá-lo de lado tem suas implicações, como já visto anteriormente. Sabendo desse viés, o ativismo culinário vegano busca difundir receitas de pratos tradicionais, mas com ingredientes totalmente vegetais. A intenção dessa ação é mostrar que há maneiras de apreciar diversos pratos que já conhecemos – e outros novos – sem ingredientes de origem animal, tornando a adoção da filosofia de vida vegana perfeitamente viável sob o prisma gastronômico.

<sup>65</sup> Para saber mais sobre a atuação e propósito da ALF, consultar: <<http://goo.gl/O0srKK>> e <<http://goo.gl/gqmdkz>>.

<sup>66</sup> Refeições e lanches ao ar livre, geralmente em parques.

De maneira semelhante, constituem uma forma de ativismo as pesquisas científicas acadêmicas, a participação na mídia convencional, por meio de entrevistas, como programas de televisão, de rádio, colunas de jornal e congêneres, promoção de palestras, encontros, debates e rodas de conversa entre os ativistas. Com o intuito de difundir as formas mais apropriadas de abordagem do tema, relacionam-se ainda manifestações em frente a órgãos públicos, corporações e estabelecimentos comerciais, como laboratórios, lanchonetes, restaurantes e indústrias farmacêuticas, passeatas, resgate e libertação de animais, chegando até a ações mais contundentes, como as do Sea Shepherd,<sup>67</sup> incluindo a produção de vídeos, textos, imagens, filmes, banners e afins, utilizados nas mídias sociais, em escolas e universidades e nas ações de rua.

Um indivíduo abolicionista vegano que se manifeste sozinho talvez não consiga grandes transformações. Isso também se estende a um grupo que tenha até certa estrutura de organização e de articulação. Essa situação se ocorre em razão das lutas que devem ser travadas em diversas frentes de atuação. As ações diretas, a desobediência civil, o boicote e tantas outras formas de ativismo abolicionista vegano são eventos bastante pluralizados e dotados de um comportamento crítico, uma vez que buscam questionar paradigmas de uma sociedade, incitando-a a um debate acerca das questões que os move.

Essa conduta do movimento vegano o torna um movimento social contra-hegemônico dotado de demandas próprias e diversas, que, em alguns momentos, são dirigidas somente à sociedade, em outros, somente às empresas privadas ou ao poder público nas suas várias esferas de atuação. Por ser um movimento social bastante diversificado em suas reivindicações, o veganismo abolicionista conta com uma gama extensa de estratégias de comunicação no intuito de se fazer enxergar. Cada ativista, cada coletivo ou cada ONG desenvolve seus próprios enredos comunicacionais.

---

<sup>67</sup> Sea Shepherd é uma organização não governamental fundada por um dissidente de uma organização análoga, o Greenpeace. O Sea Shepherd, ou Guardiões do Mar, foi fundada em 1977 nos Estados Unidos com o objetivo de proteger a vida marinha, utilizando meios de ação mais agressivos, como ataque a navios e grandes barcos de caça, sabotando-os e afundando-os enquanto atracados em portos. Armas químicas não tóxicas, apenas com cheiro forte, são lançadas nas embarcações, para a apreensão de redes e outros materiais de pesca, entre outros utensílios. A preservação das pessoas é considerada pela organização, não havendo ataques que objetivam ferir ou causar danos à vida humana. Disponível em: <<http://seashepherd.org.br/>>; Acesso em: 9 set. 2014.

### 3.7 Comunicação nos movimentos abolicionistas veganos

A trajetória e as transformações históricas dos movimentos sociais e da comunicação que os permeia foram abordadas nos dois capítulos anteriores. Agora, veremos mais objetivamente como o veganismo abolicionista, enquanto movimento social contemporâneo e contra-hegemônico, utiliza alguns meios de comunicação para alcançar maior visibilidade.

Iniciaremos a análise retratando como algumas pessoas veganas e alguns coletivos abolicionistas veganos empregam a mídia primária para propagar suas ideias e atingir o público desejado.

Como já visto antes, mídia primária é aquela em que não existem aparatos que façam sua decodificação. É a mídia do corpo para outro corpo, é a mídia da linguagem corporal, por isso, é a mais complexa das três mídias classificadas por Pross (apud BAITELLO, 1999).

Recorreremos ao teatro como primeira forma de utilização da mídia primária na divulgação dos propósitos do veganismo. Todavia, vale destacar que o teatro:

[...] seria uma comunicação tanto da mídia primária (que trabalha com o corpo) como, normalmente, da mídia secundária. É um evento com o corpo presente tanto do emissor como do receptor, mas com uma apropriação de suportes, já que o emissor se utiliza do figurino e maquiagem. (KA, 2008, p. 31)

Abordaremos uma peça teatral enquanto mídia primária para ilustrar a comunicação no veganismo.

*Solua, o vampirinho vegano*<sup>68</sup> é o nome da peça teatral infantil que estreou em março de 2015 na capital paulistana, contando inicialmente com duas apresentações. A história narra a vida de um vampirinho pré-adolescente que não ingere sangue, tendo sua alimentação baseada totalmente no reino vegetal. O objetivo da peça era conscientizar crianças – e também adultos da plateia – sobre a importância de uma vida mais saudável por meio da alimentação vegana, considerando os direitos dos

---

<sup>68</sup> Todas as informações acerca da peça retratadas neste estudo, excetuando-se as imagens, foram retiradas do site <<http://www.soluavampirinhovegano.com.br/>>.

animais, que teria como uma das consequências uma vida melhor para todos os seres vivos.

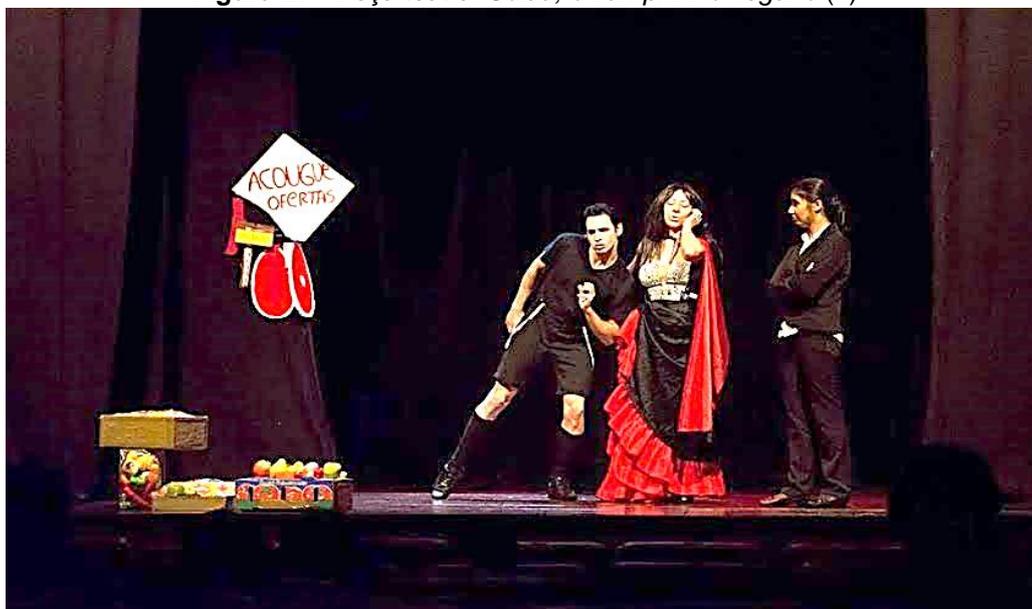
Segundo Ka (2008, p. 33), o “[...] teatro é arte com intenção de comunicação, contando com a linguagem poética que complexifica a realidade, pois conta com representações involuntárias e inconscientes [...]”.

Foi com a intenção de comunicar o veganismo, que a autora vivencia há vários anos, optando por uma abordagem poética que Ana Lourdes de Oliveira (ou, Lou de Olivier, seu pseudônimo) a idealizou. Além de abordar o tema veganismo no palco, a peça estende-o para a coxia, pois usa apenas apetrechos veganos para compor personagens, figurinos e tudo o mais que é utilizado para que o espetáculo aconteça. Lou sentiu necessidade de:

Trazer à luz alguém que pudesse ensinar de forma divertida e consciente uma mensagem que vai muito além do amor à natureza e aos animais, é o amor universal que inclui também amar o próprio corpo e preocupar-se com o que [se] ingere em termos de alimentação e usa em higiene e beleza.<sup>69</sup>

A seguir, algumas imagens da peça.

**Figura 27** - Peça teatral *Solua, o vampirinho vegano* (1)



Fonte: <[www.anda.jor.br](http://www.anda.jor.br)> Jun. 2015.

<sup>69</sup> Disponível em: <<http://www.soluavampirinhovegano.com.br/p/sobreapeca.html>>.

**Figura 28** - Peça teatral *Solua, o vampirinho vegano* (2)



Fonte: <[www.anda.jor.br](http://www.anda.jor.br)> Jun. 2015.

A origem do teatro remonta há muitos séculos e o posicionamento crítico acompanha diversas criações mundo afora. De acordo com Ka (2008, p. 35) “[...] dentro da tradição cultural ocidental do teatro, fala-se de seu início no século IV a.C. na Grécia com as tragédias e as sátiras [...]”. No Brasil, se falarmos de veganismo e teatro, veremos que pouco temos. Iniciativas como a de Lou de Olivier talvez se tornem cada vez mais frequentes nos dias atuais, propriamente, por ser o teatro uma arte que tem grande potencial comunicativo e desempenhar o papel provocador de questionar o público.

Ainda dentro da mídia primária, veremos o Geda – Grupo de Estudos de Direitos Animais – como exemplo. O Geda é uma organização abolicionista vegana que tem a educação como tema prioritário. A atuação do grupo se dá basicamente por meio de palestras e debates e o intuito é trazer questionamentos ao público (veganos ativistas, somente veganos ou pessoas não veganas), discutindo-os com fundamentação teórica dos direitos dos animais.

Para ilustrar suas práticas e correlacionarmos com a mídia primária, abordaremos dois encontros que fizeram parte de um ciclo de debates ocorrido de 2007 a 2009.

Em 2007, houve um debate na Livraria Cultura, contando com oito participantes. O tema abordado foi “Sobre o valor da vida senciente e autoconsciente”.

**Figura 29 - Debate na Livraria Cultura em São Paulo**



Fonte: <<http://pt.slideshare.net/mauriciokanno/histria-geda-rio>>. Jun. 2015.)

No ano de 2008, o encontro ocorreu no Centro Cultural São Paulo e reuniu treze participantes. A discussão, conduzida pelo historiador Bruno Muller, tinha a temática “Direitos Individuais”. Além desta discussão, Bruno também relatou sua experiência pessoal sobre a aceitação do público não vegano quando da apresentação da palestra “Veganismo e direitos animais: argumentos contra a exploração animal”.

**Figura 30 - Debate no Centro Cultural São Paulo**



Fonte: <<http://pt.slideshare.net/mauriciokanno/histria-geda-rio>>. Jun. 2015.)

Em ambos os casos, pode-se observar pelas imagens que não há utilização de nenhum aparato para ampliar a capacidade de alcance da fala do orador, e é propriamente por este fato que esse tipo de ativismo se encaixa no conceito de mídia primária. Somente foi utilizada a fala e, conseqüentemente, o corpo do palestrante, para estabelecer a comunicação necessária com os participantes. Todavia, vale dizer que isso só é possível quando o público é pequeno, pois, do contrário, seria preciso utilizar um aparato de comunicação – um microfone, por exemplo – para amplificar a capacidade de alcance da fala do palestrante, passando-se da mídia primária à mídia secundária.

Esse projeto desenvolvido pelo Geda ocorre fora do âmbito convencional das escolas, podendo, de acordo com Downing (2002), ser classificado como um tipo de mídia radical. Acerca disso, Teixeira (In: *Educação & direitos animais*) diz que:

A discussão sobre a ética no trato com os animais ou sobre os seus direitos no espaço escolar é algo que podemos considerar inexistente na grande maioria das escolas ou cursos superiores. Alguma coisa, sim, sobre “tratar bem os animais”, mas sempre numa referência restrita aos de estimação ou em extinção [...] (TEIXEIRA, 2014, p. 59)

Outro tipo de ativismo vegano que se enquadra na mídia primária pode ser observado na proposta de trabalho de alguns praticantes de fisiculturismo. Os Vegans Bodybuilding, como também são conhecidos os adeptos da prática, que podem ser profissionais ou não, dispõem de seu corpo como uma espécie de veículo comunicacional. Como bem diz Baitello (1999, p. 1), “Como primeira mídia do homem, é preciso ver o corpo também como texto capaz de comunicar”. O objetivo principal dessa comunicação é procurar desconstruir o discurso de que é necessário ingerir proteínas de origem animal para estruturar um corpo atlético e com definição muscular.

Um desses atletas, Paulo Victor Guimarães, ou, simplesmente Paru como é mais conhecido, vem ganhando destaque nas competições de fisiculturismo de que participam atletas veganos e não veganos.

Paru se apresentou nas edições de 2014, ano em que estreou, e de 2015, de um campeonato promovido pela Federação Baiana de Musculação e Fitness. O atleta foi o segundo colocado nas duas vezes em que competiu.

**Figura 31** - Paru nas edições de 2014 e 2015 do mesmo campeonato



Fonte: <<https://www.facebook.com/groups/musculacaovegana>>. Jun. 2015.

Pelas imagens, percebe-se que somente o corpo do atleta e seus gestos são utilizados para transmitir a mensagem ao público que se deseja alcançar. É importante destacar que não só os fisiculturistas, mas outros atletas de uma série de modalidades esportivas contribuem para difundir a filosofia de vida vegana por meio de seu corpo. Alguns exemplos: maratonistas, lutadores de artes marciais, triatletas, entre outros.

Todos esses esportistas inspiram, inclusive, a atuação de alguns educadores da rede formal de ensino. Conforme as palavras do professor de educação física Charles de Freitas Lima (In: *Educação & direitos animais*):

[...] Porém, focalizando a questão de combater uma forma de discriminação em particular – o desrespeito aos direitos animais gerado pelo especismo – e contextualizando-o nas aulas de Educação Física escolar, procuro combatê-lo educando os meus alunos com alguns vídeos do Instituto Nina Rosa e outros que estão disponíveis na internet, levantando algumas questões éticas para fomentar diálogos entre os estudantes, complementando com palestras sobre os esportistas veganos (diga-se com entusiasmo: desses esportistas, vários estão se destacando como campeões em diversas modalidades esportivas) [...] (LIMA, 2014, p. 100)

A aula do professor também pode ser classificada como um tipo de mídia primária, dado que se utiliza muito da voz e do movimento corporal para emitir o conteúdo que deseja passar aos alunos.

No entanto, sabemos que muitas vezes o professor precisa utilizar alguns mecanismos que visem ampliar seu poder comunicacional. Se isso ocorrer, estaremos tratando de mídia secundária.

Ocorre que o homem, em sua inquietude e criativa operosidade, procura aumentar sua capacidade comunicativa, criando aparatos que amplifiquem o raio de alcance de sua "mídia primária". Inventa a máscara, que lhe acentue não apenas traços faciais, mas também lhe amplifique a voz; as pinturas corporais, as roupas, os adereços e depois os aparatos prolongadores e/ou substitutos do próprio corpo inauguram um quadro de mediação mais complexo, o da "mídia secundária". Aí não podemos nos esquecer da escrita e todos os seus desenvolvimentos, carta, imprensa, livro, jornal; tampouco podem-se deixar de fora as técnicas de reprodução da imagem [...]. (BAITELLO, 1999, p. 3)

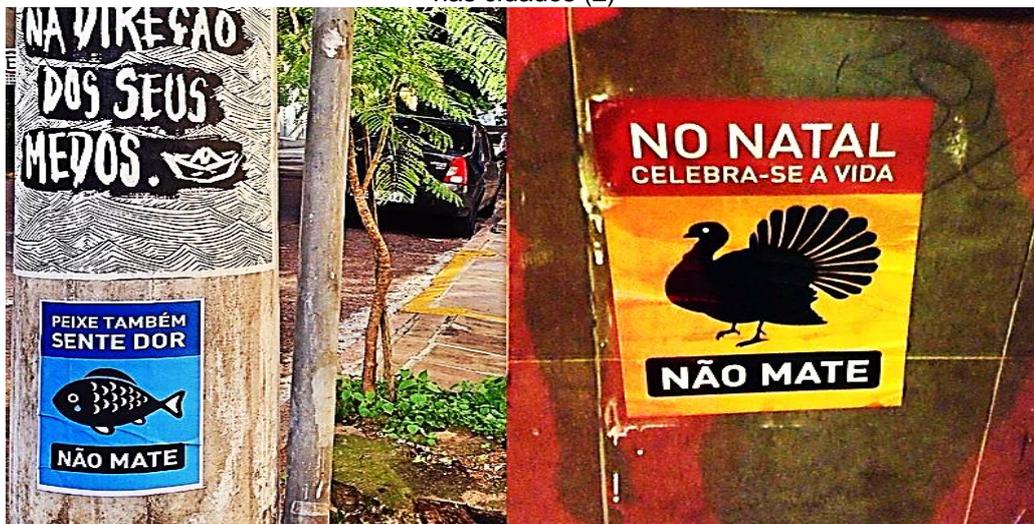
Exploraremos, inicialmente, as ações do Movimento Não Mate (<<http://www.naomate.org>>), um coletivo independente, colaborativo, sem fins lucrativos, que atua em diversas cidades do país e do exterior. O coletivo procura difundir a filosofia do veganismo por meio de grafites, adesivos, cartazes e estênceis previamente desenvolvidos, além de outras intervenções urbanas. A proposta do projeto é que cada ativista faça seu próprio meio de comunicação a partir dos modelos disponíveis no site. Para todas as modalidades utilizadas pelo Movimento Não Mate, há um vídeo ensinando como deve ser feito.

**Figura 32** – Diferentes cartazes impressos por pessoas distintas e espalhados por locais diferentes nas cidades (1)



Fonte: <<http://www.naomate.org>>. Jun. 2015.

**Figura 33** – Diferentes cartazes impressos por pessoas distintas e espalhados por locais diferentes nas cidades (2)



Fonte: <<http://www.naomate.org>>. Jun. 2015.

Os cartazes são impressos pelos ativistas e colados em diversos pontos das cidades. A mensagem contida em cada um deles pode variar de acordo com cada época do ano e com outro acontecimento importante que envolva a temática dos direitos dos animais, caso do cartaz que solicita ao prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad, a aprovação do projeto de lei que proíbe a produção e a comercialização de *foie gras*.

Outro método que os ativistas podem utilizar é o selo. Da mesma maneira, o selo fica disponível no site para ser baixado e impresso para, posteriormente, ser colado em diversos produtos de origem animal nos supermercados. Os dizeres do selo: “Produto rico em crueldade animal, tortura e assassinato. Vai comprar?”.

**Figura 34** - Selo pronto para ser colado nas embalagens de produtos de origem animal



Fonte: <<http://www.naomate.org>>. Jun. 2015.

Essas ações podem ser consideradas um tipo de desobediência civil, como já vimos acima, uma vez que quem as utiliza precisa entrar em um estabelecimento comercial e colar os selos nos produtos. Embora seja uma ação simples, requer certa agilidade e discrição por parte do ativista, para que não entre em confronto com os donos dos estabelecimentos e, quiçá, com autoridades policiais.

O Camaleão é um projeto semelhante ao Movimento Não Mate, atuando na propagação do veganismo. Também conta com uma gama de ações diversificadas que se encaixam nas três mídias. Vamos discorrer sobre uma delas dentro do conceito de mídia secundária, que ocorre especificamente no mês de dezembro, sempre próximo ao dia 10, Dia Internacional dos Direitos dos Animais e dos Direitos Humanos. Membros do grupo se vestem de preto e vão às ruas com partes de animais ou mesmo o animal inteiro já morto, todos são coletados em açougues e similares e não teriam mais nenhuma serventia ao estabelecimento, para emitir sua mensagem de protesto e, ao mesmo tempo, sensibilizar e conscientizar a sociedade. Essa manifestação conta também com cartazes informativos e com a divulgação da causa por outros membros do grupo, que ficam disponíveis para abordar e conversar com as pessoas que, de alguma maneira, se interessarem pelo assunto.

**Figura 35** - Manifestação do coletivo Camaleão relativa ao DIDA (1)



Fonte: <<http://camaleao.org>>. Jun. 2015.

**Figura 36** - Manifestação do coletivo Camaleão em referência ao DIDA (2)



Fonte: <<http://camaleao.org>>. Jun. 2015.

Essa ação é realizada em locais públicos e com grande circulação de pessoas, para ampliar a capacidade de transmissão da mensagem por meio da mídia secundária, na qual o aparato comunicacional, para atingir o público, não tem um alcance tão longo e abrangente. Essa capacidade ampliada de comunicação se dá muito mais por meio da mídia terciária, aquela em que o comunicador e o público utilizam recursos para decodificar a mensagem. Essa mídia consegue tal façanha, pois muitos dos recursos estão conectados em rede ou, ainda, são utilizados pela grande mídia. Conforme Baitello Jr.:

Já a "mídia terciária" requer não apenas um aparato para quem emite, mas também um aparato para quem recebe uma mensagem. Para que se possa alcançar alguém e enviar uma mensagem, é preciso que os dois lados possuam os respectivos aparelhos: telefone, rádio, fax, disco, vídeo, televisão, correio eletrônico são os exemplos evidentes. (BAITELLO Jr., 1999, p. 3-4)

Complementando os exemplos dados por Baitello (1999), temos a internet e suas diversas redes sociais e, bem como apontou Castells (2013), este é o aparato que mais rápido consegue disseminar a comunicação atualmente, atingindo públicos em diversas partes do mundo e promovendo grande interação entre eles. Isso ocorre uma vez que, hoje em dia, as pessoas estão cada vez mais conectadas em rede, fazendo uso de dispositivos portáteis que potencializam a capacidade comunicacional de maneira jamais vista.

Na concepção de mídia terciária, abordaremos primeiramente o YouTube. Como já tratamos antes, essa é uma ferramenta amplamente utilizada por diversos

ativistas e tem o intuito de tornar mais dinâmico o diálogo com o público. Trataremos do trabalho desempenhado pelo ativista e blogueiro Robson Fernando de Souza, criador do Canal Veganagente no YouTube. Além deste, é também de sua autoria, o blog <consciencia.blog.br> e <veganagente.consciencia.blog.br>.

No YouTube, Robson produz uma série de vídeos com duas características fundamentais: levar conscientização sobre o veganismo abolicionista e, principalmente, responder a vlogueiros que defendem o consumo de carne, são especistas, entre outros com temáticas parecidas. No canal, ocorre a interação com o público vegano e não vegano e há espaço para comentários, permitindo réplicas e tréplicas. Assim, é um espaço que possibilita debates entre o emissor da mensagem e o público que a recebe. Naturalmente, isso ocorre, pois ambas as partes estão conectadas à internet e possuem o aparato codificador e decodificador necessários.

Em outros meios de comunicação e que a participação do público é muito mais passiva do que ativa, caso da TV e do rádio, as iniciativas para a realização de ativismo vegano são bastante raras e, quando acontecem, são demasiado tímidas. Isso acontece, pois esses veículos de comunicação estão sob o comando dos grandes conglomerados detentores do poder hegemônico, conforme analisa Velho em relação ao rádio:

Pergunte às igrejas e aos políticos o que significa o poder do rádio e eles vão explicar por que são detentores de 80% das emissoras do País. Essa alquimia de emoções que se dá na radiodifusão sonora, pode ser vista como a arma dos doutrinadores eletrônicos que têm o dom da palavra ideológica [...]. (VELHO, 2007, p. 203)

No Brasil, temos poucas rádios que abordam conteúdos relacionados aos direitos dos animais e ao aparente vegetarianismo, no entanto, nenhuma dedicada inteiramente ao veganismo abolicionista. Estas rádios não estão na AM ou FM e, sim, no âmbito do ciberespaço, onde sua transmissão se dá via *streaming* e, obviamente, dependente de conexão à web. Fora do país, mais especificamente nos EUA, existe uma experiência parecida, mas que está além do *streaming* de internet. Trata-se da Go Vegan Radio, que tem sua transmissão na forma tradicional das ondas de rádio. O ativista Bob Linden lidera a rádio há mais de 13 anos no espaço tradicional e a trouxe para o espaço virtual há cerca de 2 anos. Todo o conteúdo da rádio é voltado ao ativismo abolicionista vegano, contando com entrevistas e abordando assuntos como a culinária, meio ambiente, saúde, justiça social e outros pertinentes à temática do veganismo.

**Figura 37** - Símbolo da Go Vegan Rádio



Fonte: <<http://www.culturaveg.com.br>>. Jun. 2015.

**Figura 38** - Bob Linden apresentador da Go Vegan Rádio



Fonte: <<http://www.culturaveg.com.br>>. Jun. 2015.

No ciberespaço, existem, inclusive, as petições on-line, abaixo-assinado virtual, utilizadas por ativistas de variados temas, cujo objetivo é conseguir o maior número de assinaturas possível para, posteriormente, pressionar as instâncias que poderiam dar uma solução à denúncia ou problema apresentados. Embora não tenha sido iniciada por um movimento vegano, a petição on-line teve como questão central a observação dos direitos animais.

No mês de fevereiro de 2012, iniciou-se a petição on-line “Pena máxima para Dalva Lina da Silva, mulher que matou mais de 30 animais domésticos na Vila Mariana em São Paulo”. Dalva, supostamente protetora de cães e gatos abandonados, foi acusada de assassinar cruelmente, com injeções letais no coração, os animais que

eram deixados sob seus cuidados com a promessa de serem encaminhados para adoção. Alguns protetores, desconfiando do que acontecia com os inúmeros animais que eram deixados com ela nos quase dez anos de atuação da “protetora”, contrataram um detetive particular para investigar e, desta maneira, descobriram o que de fato ocorria e chamaram a polícia. O detetive, inclusive, relatou que durante os vinte dias em que permaneceu à espreita, quase 300 animais entraram na residência, mas nenhum saiu. Os protetores estimaram que, durante quase uma década, Dalva tenha assassinado aproximadamente 30 mil animais. Essa situação deu origem à petição on-line, para pressionar a Polícia Civil, o Ministério Público e o Governo do Estado de São Paulo a aceitar a denúncia oferecida, fazendo com que a legislação dos direitos dos animais fosse cumprida. Mais de três anos se passaram e o resultado saiu no dia 18 de junho 2015: Dalva foi condenada a mais de 12 anos de prisão. Posteriormente, a prisão foi revogada, pois a juíza considerou que a ré era primária, tinha emprego e residência fixa. Para a polícia, o crime cometido tinha “menor potencial ofensivo”.

Obviamente, não foram somente as mais de 16 mil assinaturas do abaixo-assinado virtual que levaram a esse desfecho, visto que esse tipo de manifestação por parte dos cidadãos não tem força de lei ou algo semelhante. No entanto, não se pode ignorar o poder de pressão moral que essas petições têm perante as grandes corporações e as esferas de poder público. De acordo com matéria veiculada no site BBC Brasil no ano de 2013:

[...] A iniciativa, que substitui as assinaturas físicas por cliques, vem ganhando espaço no Brasil, impulsionada, entre outros fatores, pelo avanço na quantidade de pessoas com acesso à rede, que já são mais de 100 milhões no país. Os números comprovam a força do fenômeno como instrumento de pressão. Duas das principais plataformas de petições on-line do mundo, a Avaaz e a Change, já possuem versões em português e juntas contabilizam mais de 4,5 milhões de usuários no país.<sup>70</sup>

Pedro Abramovay, diretor da plataforma Avaaz, comenta que conquistas como a “[...] aprovação da lei Ficha Limpa no Congresso Nacional, com 2 milhões de

---

<sup>70</sup> “Brasil vive boom de petições virtuais”. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130509\\_brasil\\_peticoes\\_online\\_lgb](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130509_brasil_peticoes_online_lgb)>. Acesso em: 2 jul. 2015.

assinaturas, físicas e virtuais, não só revelam uma mudança nos mecanismos tradicionais de mobilização social, como também fortalecem a democracia”.<sup>71</sup>

Saindo do contexto dos abaixo-assinados virtuais, passaremos, a partir deste momento e, como última amostra, a abordar a mídia social Facebook como mídia terciária. O Facebook foi criado há pouco mais de dez anos e, segundo pesquisas, é a mídia social digital mais acessada no Brasil e no restante do mundo, contando atualmente com aproximadamente 1,4 bilhão de usuários. Dessa forma, podemos pensar que, possivelmente, esse é o maior campo de atuação do ciberativismo abolicionista vegano, dado que podemos nos deparar com uma série de ações ativistas em linhas bastante distintas.

Castells (2013, p. 7) escreveu sobre os indivíduos que se unem e utilizam o espaço virtual para a promoção de movimentos sociais e suas causas “[...] começou nas redes sociais da internet, já que estas são espaços de autonomia, muito além do controle de governo e empresas – que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder [...]”. Neste sentido, os ativistas veganos se valem de tal espaço virtual para constituir redes de comunicação que atendam a seus interesses e os ajude a promovê-los.

Grande parcela do ciberativismo realizado no Facebook acontece por intermédio de grupos, similares a um corpo social só, que, situados no espaço virtual, compartilham amplamente informações, documentos, imagens e vídeos, não privilegiando uma direção única da comunicação. Neste espaço virtual, a comunicação acontece de maneira descentralizada, permitindo o envolvimento de todos os atores que se propõem a participar de tais grupos. Cria-se, portanto, um hábito de participação horizontalizada e de responsabilidade de todos.

Para iniciar a apreciação, abordaremos o grupo “VEGetariANISMO: Debates Acadêmicos”, criado em 8 de março de 2014 pela professora doutora Isabelita Maria Crosariol. A professora Isabelita, que, atualmente, lidera um grupo de pesquisa denominado “Educação, cultura e sociedade”, adota em uma das suas linhas de pesquisa a “Crítica antiespecista e abolição animal”. Ela criou o grupo com o objetivo

---

<sup>71</sup> In: “Brasil vive boom de petições virtuais”.

de formar um corpo social acadêmico virtual para promover discussões e disseminar pesquisas dentro da tônica do veganismo e direitos dos animais.

Os estudos acadêmicos acerca do “veganismo” são um tanto escassos. Tal fato pode ser verificado quando um pesquisador pretende desenvolver um projeto na área e, ao buscar material, encontra, na maioria das vezes, apenas temas correlatos. Isso pode se dar por inúmeros fatores. Um deles talvez seja por certa resistência ao assunto existente no terreno acadêmico, outro, naturalmente, por ser um tema ainda recente.

Diante desse cenário, e usufruindo da capacidade que as redes sociais têm de aproximar as pessoas, o grupo foi formado e hoje conta com mais de 600 membros entre professores de diversas áreas da educação, alunos, pesquisadores, mestres e doutores, e também pelo público, em geral, que tem interesse no assunto. Estes participam livremente com opiniões, dúvidas, sugerem leituras de artigos e livros, divulgam e organizam eventos e palestras, bem como disponibilizam seus próprios estudos para que sejam difundidos entre os membros e contribuam para enriquecer a pesquisa na área.

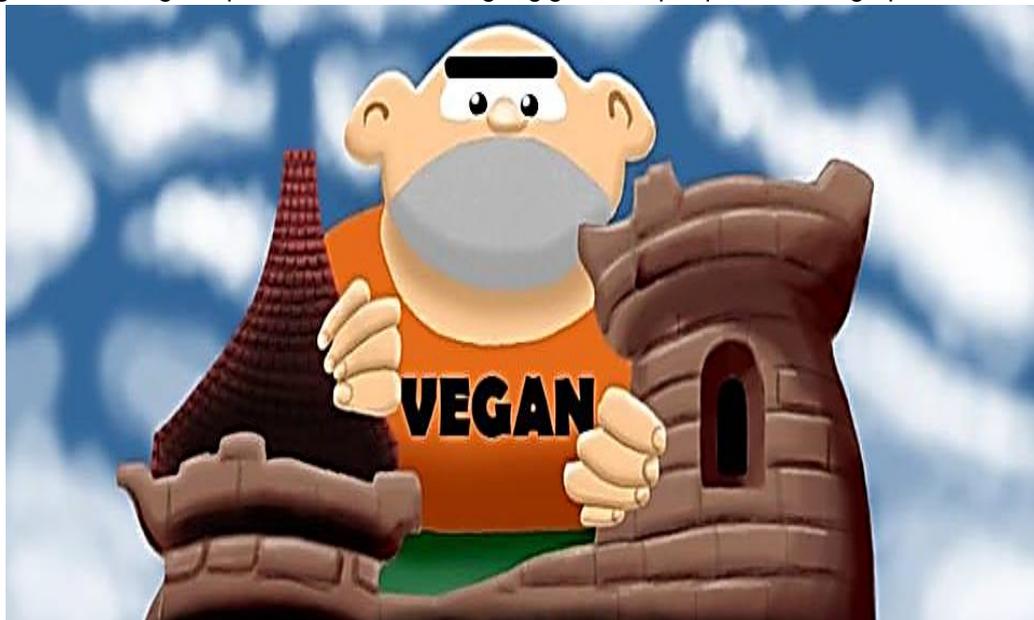
Além da vertente acadêmica do ciberativismo vegano, existe a vertente culinária. Mundo afora, inúmeras são as páginas de comunidades e os grupos no Facebook que visam divulgar o veganismo. O “Ogros Veganos” é um dos grupos que intencionam difundir a filosofia de vida vegana por meio da alimentação, visto que esse é um dos apelos mais imperativos, quando se pretende considerar a troca de uma alimentação de base carnista para uma alimentação de base totalmente vegetal.

De acordo com o que vimos anteriormente, o carnismo é um sistema de crenças extremamente entranhado na sociedade. Uns, quando consideram a questão não pelo viés alimentar, mas, sim, pelo ético, conseguem abolir abruptamente esse sistema alimentar, sem pensar no seu paladar e nos hábitos, aos quais estavam acostumados; já para outros, que não conseguem enxergar num primeiro momento o prisma ético animal, abandoná-lo de uma hora para outra, é uma façanha que pode parecer demasiado complexa e utópica. Joy (2014) pontua que a trajetória de uma possível mudança, saindo do sistema carnista e indo no sentido do veganismo, não precisa ser solitária:

E você não precisa trabalhar sozinho para a mudança. Milhões de pessoas pelo mundo afora estão trabalhando ativamente para abolir o carnismo e nunca foi tão fácil juntar-se a elas. Se não existe em sua região um grupo vegetariano ou uma organização de proteção aos animais, você pode se conectar a uma através da internet [...]. (JOY, 2014, p. 142)

Certamente, é nesta direção que o ciberativismo do grupo Ogros Veganos trabalha. O propósito é desmitificar a ideia de que, ao adotar o veganismo, a pessoa passará a se alimentar somente de folhas. Ao contrário, o grupo procura demonstrar que pessoas veganas podem, se assim quiserem, comer muito, ou seja, “ogramente”, com variedade, sabor e prazer, tendo uma alimentação que não seja exatamente saudável ou, como muitos dizem, “natureba”.

**Figura 39** - Imagem que faz alusão a um ogro gigante, capa que ilustra o grupo no Facebook



Fonte: <<https://www.facebook.com/groups/ogrosveganos>>. Jun. 2015.

O grupo que existiu na extinta mídia social Orkut, com o nome de Ogros Vegetarianos, não era totalmente isento de alimentação derivada de origem animal, mas foi recriado em 2014. Paulo Victor, um dos cinco moderadores do grupo no Facebook, sentiu necessidade de desenvolver um ativismo vegano culinário em moldes parecidos com aqueles do extinto Orkut, mas que tivesse um apelo visual de impacto e, deste modo, no dia 22 de maio de 2014 surgia o Ogros Veganos. Hoje, o grupo conta com mais de 32 mil membros, entre pessoas que já são veganas e outras que pretendem ser ou são simpatizantes.

Algumas regras básicas do grupo devem ser seguidas para não se perder de vista o foco principal que é o apelo visual. Uma delas é que as postagens dos

membros devem sempre vir com fotos dos pratos. Diferentemente de sites de culinária e receitas convencionais, sejam veganos ou não, no Ogros, não há obrigatoriedade de postar receitas. Isso somente é feito se o membro que postou o prato quiser, embora a maioria o faça. A troca de receitas, experiências novas, dicas, segredos e truques é constante. A finalidade, com essas ações, é popularizar a alimentação vegana.

Observa-se, deste modo, que também existe a participação ampla de todos os membros, promovendo a comunicação horizontalizada, que é uma marca do ativismo virtual. A moderação somente intervém quando as regras são infringidas. Abaixo, dois mosaicos de fotos retiradas das postagens do grupo. O primeiro, somente com receitas salgadas e, o segundo, com receitas doces.

**Figura 40** - Colagem com fotos de diversos pratos salgados postadas por membros do grupo



Fonte: <<https://www.facebook.com/groups/ogrosveganos>>. Jun. 2015.

**Figura 41** - Colagem com fotos de diversos pratos doces postadas por membros do grupo



Fonte: <<https://www.facebook.com/groups/ogrosveganos>>. Jun. 2015.

Observa-se, por essa amostra de fotos, que não existe no grupo o apelo à comida saudável, baseada em vegetais, como muitos acreditam ser a alimentação de base totalmente vegetal.

Poderíamos continuar destacando aqui uma série de outros grupos de ativismo vegano dentro do Facebook, contudo, para encerrarmos a análise no universo da mídia terciária, exploraremos o grupo Voluntariado FALA – Frente de Ações pela Libertação Animal – que conta com aproximadamente 1.050 membros e existe há quase três anos. A FALA tem quatro frentes de atuação prioritárias: a intervenção educativa, o debate filosófico, o desenvolvimento legal e a ação direta. Veremos aqui o desenvolvimento legal, para demonstrar a atuação da FALA. Neste ponto, a atuação se dá em parceria com a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos Animais, no Congresso Nacional. Essa parceria é feita por meio de assessoramento e fiscalização, tendo o intuito de contribuir com o desenvolvimento de uma legislação que proporcione a abolição da escravidão institucionalizada dos outros animais.<sup>72</sup>

Vale dizer, ainda, que o grupo não exerce suas atividades somente no ciberespaço, visto realizar uma série de intervenções nas ruas e em outros locais privados e públicos, todavia, a articulação para a maior parte das ações e mobilização dos membros do grupo acontecem via ciberespaço.

Uma dessas mobilizações, que teve impacto positivo, aconteceu no início do ano de 2014 quando o governo do Distrito Federal anunciou a construção de um aquário gigante no zoológico para acomodar cerca de 160 espécies de peixes e alguns mamíferos marinhos, que seriam capturados para viverem no aquário.

A liderança da FALA iniciou a articulação para mobilizar os ativistas via Facebook, a fim de protestarem, e criou também uma petição on-line, a qual contou com aproximadamente 7.100 assinaturas. Um dos líderes da FALA, Bruno Pinheiro, solicitou reuniões presenciais, entre outras atitudes nos bastidores da política do Distrito Federal, com os políticos competentes no assunto, para expor a situação da causa animal, entregou o documento contendo as assinaturas da petição on-line e reforçou a mobilização do grupo, caso o projeto fosse levado adiante. O caso foi levado ao presidente do zoológico, que se comprometeu com os ativistas a não dar mais andamento ao processo licitatório, que já estava em curso, sem antes se reunir

---

<sup>72</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/fala/info>>. Acesso em: 2 jul. 2015.

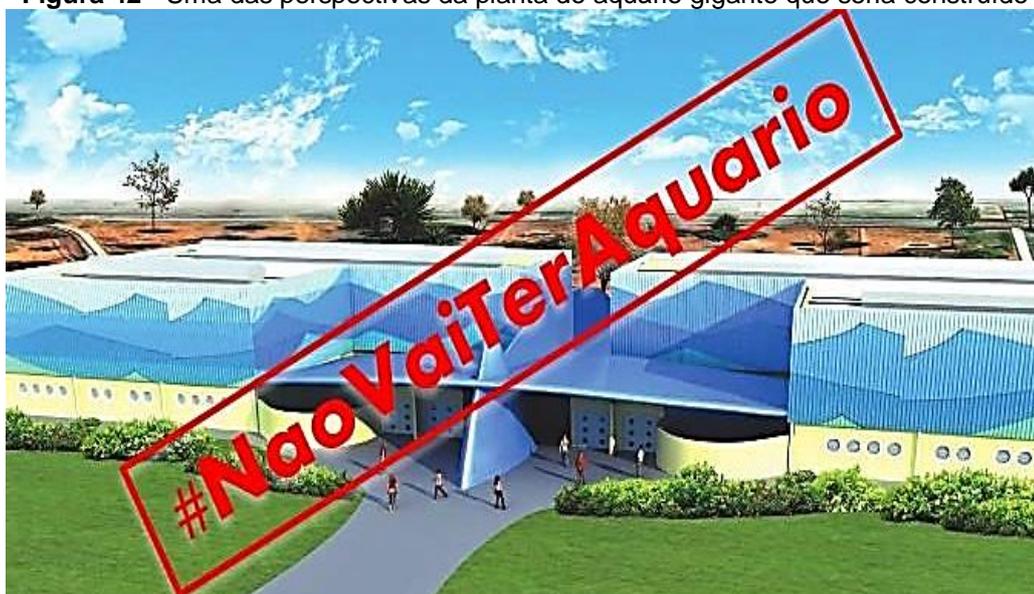
com a liderança do grupo para ouvir suas reivindicações. No entanto, de maneira arbitrária, o presidente do zoológico resolveu não mais receber os ativistas como havia prometido e deu prosseguimento ao processo de licitação. Diante de tal atitude da autoridade do zoológico, o grupo decidiu que o protesto teria de ser redirecionado. E isso foi feito. O grupo fez essa manobra de troca de alvo dos protestos, pois percebeu que o então presidente do zoológico nada teria a perder, dado que ele não era candidato a cargo político algum e sua posição como presidente da instituição também não exerce influência política.

O protesto então se voltou contra o governador, em meados do ano de 2014, justamente no período das eleições. O governador era candidato à reeleição e a forte campanha contrária feita pela FALA afetou o político, que acabou não reeleito.

Passadas as eleições, Bruno, representando a FALA, participou da equipe de transição do governo e efetivamente conseguiu mostrar ao novo governador a repercussão de todas as ações promovidas pela FALA até o momento. Isso fez com o que o político desistisse da ideia de criação do aquário vinda de seu antecessor. O novo governador fora alertado que, caso o projeto fosse levado adiante, toda a campanha virtual feita contra o antigo governador se voltaria contra ele e, igualmente, seria difícil uma reeleição futura.

A FALA obteve êxito e, encerrado o período de transição do governo em janeiro de 2015, foi concluído um relatório no qual solicitava ao governador o cancelamento definitivo do projeto de construção do aquário.

**Figura 42** - Uma das perspectivas da planta do aquário gigante que seria construído



Fonte: <<https://www.facebook.com/groups/voluntariadoFALA>>. Jun. 2015.

Com todos esses exemplos de ativismo vegano presente nas três mídias, podemos supor que as estratégias comunicacionais utilizadas, tanto no espaço tradicional das ruas, como no ciberespaço, projetam maior visibilidade à causa dos direitos animais.

Como observou Felipe (2014), ainda não há no Brasil um censo sobre a população vegana, todavia, pode-se notar que, nos últimos anos, talvez uns dez, cinco anos, a temática venha se popularizando. Um fato que pode reforçar essa probabilidade é a abordagem do veganismo – ainda que de forma não muito adequada – por grandes veículos de comunicação de massa.

Em abril de 2014, um grupo de veganos com cinco integrantes foi convidado a participar de um programa da TV aberta. O programa em questão faz parte da grade da maior emissora de TV brasileira, a rede Globo.

O apresentador Serginho Groisman recebeu em seu programa *Altas Horas*, no quadro “Qual é”, um grupo que era composto por três ativistas, entre eles, uma médica nutróloga e um *chef* de cozinha, para conversarem informalmente a respeito do assunto. O bate-papo durou cerca de seis minutos e as perguntas eram basicamente sobre o que era a filosofia do veganismo, o comportamento dos veganos e seus hábitos de consumo. No final da entrevista, já no estúdio com a plateia, o apresentador encerrou o quadro, que havia sido gravado em outro dia, dizendo “Muito bem, é isso aí, aprendendo mais”, dando a entender que ele próprio não sabia muito do tema.<sup>73</sup>

A conversa com Serginho Groisman fluiu num clima amistoso, o que não se pôde observar em outra entrevista realizada pelo apresentador Jô Soares. Em junho de 2013, Jô Soares recebeu, no *Programa do Jô*, o professor de literatura e vegano Roberto Juliano na ocasião do lançamento de seu livro *O dilema do vegano*. A entrevista, que durou aproximadamente 17 minutos, contou não só com a sabatina de Jô Soares, mas também do repórter Marcos Losekann, que falava de outro país. Ambos fizeram perguntas em tom de sarcasmo em muitos momentos da entrevista,

---

<sup>73</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/J5tH05>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

demonstrando não ser exatamente objetivo da entrevista levar conhecimento ao público acerca do tema do livro do convidado.

Outro caso semelhante é o do Portal R7 de notícias e entretenimento que faz parte do grupo Rede Record de Televisão. Fábio Chaves, que é ativista e criador do maior portal vegano do Brasil, o Vista-se, tornou-se colunista do Portal R7 desde abril de 2014, alguns meses após ser anunciado que o portal teria uma coluna inteiramente dedicada aos direitos dos animais. Fábio escreve sobre assuntos diversos no contexto do veganismo e direitos dos animais. Nas palavras dele:

O espaço é o primeiro dedicado ao veganismo em um grande veículo de mídia brasileiro. A coluna será atualizada frequentemente com textos e matérias inéditas e exclusivas, servindo como uma ponte entre o Vista-se e o público do portal da Record. Com o cuidado de conversar com um público novo e possivelmente não habituado aos termos e definições do veganismo, os textos da coluna serão simples e diretos, visando sempre a educação sobre os Direitos Animais. O R7 está entre os cinco portais de notícias mais acessados do país, com mais de 46 milhões de acessos únicos por mês<sup>74</sup>.

Se buscarmos, há dez ou cinco anos, nos grandes veículos de comunicação de massa, exemplos do assunto como estes citados acima, provavelmente pouco ou nada encontraríamos. Portanto, podemos pensar que, de fato, atualmente, o tema é muito mais frequente que há cerca de cinco, dez anos. Isso pode se dever pela rapidez com que a comunicação se dissemina nos dias de hoje e, mais, pode ser reflexo do ativismo abolicionista vegano, principalmente quando realizado nas redes sociais existentes nas mídias sociais digitais, visto que a instantaneidade comunicacional se dá basicamente pela internet no contexto da mídia terciária.

---

<sup>74</sup> Disponível em: <<http://goo.gl/ZbWGbv>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar a conduta do movimento abolicionista vegano enquanto um movimento social contemporâneo e, principalmente, contra-hegemônico. O veganismo pode ser considerado um movimento social de resistência, uma vez que procura atuar contra a hegemonia não apenas dos governantes, mas também das grandes corporações em diversos segmentos, caso da indústria da pecuária de gado de corte e de leite, da indústria de aves, de suínos e afins, e outras tantas indústrias que exploram direta ou indiretamente a vida dos animais não humanos. Para tanto, verificamos de que se ocupa exatamente a filosofia do veganismo, bem como suas estratégias de luta e de articulação comunicacional.

Conseguimos notar que o movimento abolicionista vegano tem uma série de características comuns aos demais movimentos sociais da atualidade, dentre as quais, podemos citar a temática diversificada dentro do próprio tema maior, que é luta pelos direitos dos animais, a descentralização e horizontalidade da sua comunicação, que consegue promover a participação democrática dos ativistas, tornando a comunicação um ponto crucial.

Existem diversas modalidades de ativismo tanto no âmbito tradicional das ruas, como no âmbito do ciberespaço. Para conhecê-las, utilizamos os estudos da teoria das mídias, enquadrando-as em mídia primária, secundária e terciária. Nesta última, é justamente onde a comunicação em rede existente no ciberespaço ganha destaque e assume papel de fundamental importância para os movimentos sociais.

Como nos diz Castells (In: *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*, 2012, p. 255), a “internet é o tecido de nossas vidas neste momento. Não é futuro. É presente. Internet é um meio para tudo, que interage com o conjunto da sociedade [...]”. Diante deste argumento, podemos dizer que o ativismo virtual, ou seja, o ciberativismo é um dos grandes responsáveis por projetar visibilidade, e, conseqüentemente, imprimir força, aos movimentos sociais da atualidade e, entre eles, está o movimento abolicionista vegano.

Diversos movimentos sociais analisados neste trabalho demonstraram o poder da comunicação por meio das redes sociais existentes nas mídias sociais da internet,

em especial, o Facebook. Com base nessa evidência, a proposta foi a de apurar se, de fato, isso mesmo ocorre em relação ao movimento abolicionista vegano.

Alguns fatores revelaram que, hipoteticamente, as redes sociais virtuais utilizadas pelo movimento abolicionista vegano lhes confere certa projeção e visibilidade. Para ilustrar, podemos citar o crescente interesse das empresas em oferecer produtos ao público vegano.<sup>75</sup>

E, ainda, outro exemplo recente, é a assinatura do Projeto de Lei 537/13, que, entre outros itens, proíbe a produção e comercialização de *foie gras* na cidade de São Paulo. O prefeito Fernando Haddad tinha até 25 de junho de 2015 para vetar ou aprovar o projeto de lei, que, ao que tudo indicava, seria vetado até por ser o prefeito um conhecido apreciador da iguaria francesa. Contudo, um dia antes do prazo expirar, um grupo de manifestantes defensores dos direitos dos animais compareceu ao gabinete e entregou pessoalmente ao prefeito as quase cem mil assinaturas colhidas por meio de uma petição on-line. O grupo exerceu pressão e mostrou ao prefeito a grande repercussão do caso na internet. Diante deste cenário, houve recuo e Haddad acabou aprovando o projeto de lei. Inclusive, em uma entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, o prefeito declarou: “*Houve uma mobilização muito grande. Não é de hoje que a população se interessa pelo tema de sofrimento animal, então estamos levando muito a sério esse debate*”.

Portanto, confirmar o pressuposto de que as estratégias comunicacionais utilizadas pelos diversos ativistas, principalmente no ciberespaço com suas redes sociais, confere visibilidade ao movimento abolicionista vegano e, desta maneira, conscientizar mais pessoas, para torná-las aliadas à causa dos direitos dos animais, é uma proposta de continuação futura para este estudo.

---

<sup>75</sup> Muitas pessoas conseguem se desligar dos produtos de origem animal quando encontram substitutos para eles. Sabendo deste cenário, diversas empresas trabalham para oferecer uma gama cada vez mais diversificada de produtos totalmente vegetais, que possam substituir os produtos de origem animal, por exemplo, os recém-lançados – junho/2015 – queijos fatiáveis da empresa Superbom. Há ainda os requeijões da empresa Life Company, que já são vendidos em grandes redes de hipermercados, como o Carrefour. Três dos quatro sabores oferecidos não eram totalmente vegetais, mas, depois de receber inúmeros pedidos por meio de uma mídia social digital, a empresa resolveu transformar toda a linha em produtos livres de qualquer ingrediente de origem animal. Link para uma matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* que relata o crescimento nesse ramo de atividade: <<http://goo.gl/r0JmQE>>.

## REFERÊNCIAS

BAITELLO Junior, Norval. **A mídia antes da máquina**.1999. JB on-line, Disponível em: <<http://www.cisc.org.br/portal>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

BARBROOK, Richard. **Futuros imaginários**: das máquinas pensantes à aldeia global. São Paulo: Peirópolis, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHALFUN, Mary. **Animais, manifestações culturais e entretenimento, lazer ou sofrimento?** 2011. Disponível em: <<http://www.abolicionismoanimal.org.br/artigos/animaismanifestaesculturaiseententimentolazerousufrimento.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

COUTINHO, Eduardo Granja (Org.). **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

DENIS, Leon (Org.). **Educação & direitos animais**. São Paulo: LibraTrês, 2014.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002.

FELIPE, Sônia T. **Acertos abolicionistas, a vez dos animais**: crítica à moralidade especista. São José: Ecoânima, 2014.

FERRIGNO, Mayra Vergotti. **Veganismo e libertação animal: um estudo etnográfico**. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FRANCIONE, Gary L. **Introdução aos direitos animais**: seu filho ou o cachorro? Campinas: Unicamp, 2013.

GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JOY, Melanie. **Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas**, uma introdução ao carnismo: o sistema de crenças que nos faz comer alguns animais e outros não. São Paulo: Cultrix, 2014.

KA, Tamara. **Memórias do efêmero**: o DVD, registro de teatro. São Paulo: Annablume, 2008.

LEVAL, Laerte Fernando. **Direito dos animais**: o direito deles e o nosso direito sobre eles. Campos do Jordão: Mantiqueira, 1998.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MACHADO, Jorge Alberto S. "O ciberespaço como arquitetura da liberdade: tentativas de territorialização e controle da rede". In: ALVES, Giovanni; MARTINEZ, Vinício (Org.). **Dialética do ciberespaço**: trabalho, tecnologia e política no capitalismo global. Bauru: Práxis, 2002.

MARICATO, Ermínia et al. (Comp.). **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2012.

NACONECY, Carlos Michelin. **Ética & animais**: um guia de argumentação filosófica. Porto Alegre: PUC-RS, 2006.

PAIERO, Denise Cristine. **O protesto como mídia, na mídia e para a mídia**: a visibilidade da reivindicação. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PROSS, Harry. **A sociedade do protesto**. São Paulo: Annablume, e1997. v. I.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a democracia**. Lisboa: Gradiva, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SINGER, Peter. **Animal liberation**. Nova York: HarperCollins, 1975.

SOUZA, Maria Antônia de. **Movimentos sociais e sociedade civil**. Curitiba: Iesde, 2008.

VELHO, Ana Paula Machado. "A voz como vínculo na comunicação radiofônica". **Ghrebh: Revista de Comunicação, Cultura e Teoria da Mídia**, São Paulo, v. 9, n. 1, p.196-204, 31 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.cisc.org.br>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

## ANEXOS

## Anexo A

(JOY, Melanie. *Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas: uma introdução ao carnismo, o sistema de crenças que nos faz comer alguns animais e outros não*. São Paulo: Cultrix, 2014. p. 40-41.)

A grande maioria dos animais que comemos não são, como os que estão na indústria agropecuária gostariam que acreditássemos, "vacas satisfeitas" e "galinhas felizes" passeando em meio a campos cheios de relva e em terreiros abertos. Não estão dormindo em baias espaçosas com forragem fresca. Desde o momento em que nascem, esses animais são mantidos em confinamento estrito, onde podem ser vítimas de enfermidades, da exposição a temperaturas extremas, da severa superlotação, do manejo violento e até mesmo de psicose. A despeito do que sugere o imaginário predominante sobre os animais de criação, propriedades pequenas, dirigidas por famílias, são basicamente coisa do passado; hoje os animais estão em gigantescas "confined animal feeding operations" [centrais de alimentação de animais em confinamento] ou CAFOs (às vezes chamadas de "fazendas-fábricas"), onde residem até serem despachados para o abatedouro.

Como qualquer instalação de produção importante, as CAFOs (e os abatedouros que elas abastecem) são projetadas com uma intenção determinada: manufaturar seu produto ao custo mais baixo e com o maior lucro possível. De maneira bem simples: quanto mais animais mortos por minuto, mais dinheiro a ser ganho. Para atingir esse objetivo, as CAFOs podem alojar literalmente centenas de milhares de animais simultaneamente, animais que são encarados e tratados como unidades de produção e cujo bem-estar é necessariamente secundário para o lucro que seus corpos trarão. De

um ponto de vista comercial, o bem-estar animal é uma barreira ao lucro, pois custa menos produzir animais em massa e descartar os que morrem prematuramente do que cuidar deles da maneira adequada. Na realidade, estima-se que mais de 500 milhões de animais destinados a se tornar comida morrem antes de chegar ao abatedouro, um fator que é embutido no custo de produção. São essas medidas redutoras de custos que tornam a moderna produção de carne uma das práticas mais cruéis da história humana.

*Factory farms* no original. Esse termo, nos Estados Unidos, se refere muito especificamente às instalações onde é feita a engorda em confinamento (independentemente do tamanho da propriedade na qual se encontram as instalações). No Brasil, as *factory farms*, principalmente no caso do gado bovino, são em geral chamadas simplesmente de "confinamentos". (N. do T.)

## Anexo B

(JOY, Melanie. *Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas: uma introdução ao carnismo, o sistema de crenças que nos faz comer alguns animais e outros não*. São Paulo: Cultrix, 2014. p. 85-86.)

### OS CUSTOS AMBIENTAIS DA CARNE<sup>71</sup>

- As Nações Unidas apontaram o setor dos frigoríficos como "um dos dois ou três principais responsáveis pelos mais sérios problemas ambientais, em todos os níveis, da escala local à global. O impacto é tão significativo", eles advertem, "que precisa ser enfrentado com urgência".
- A pecuária é provavelmente a maior fonte de poluição de água do mundo. As principais fontes da poluição vêm dos antibióticos e hormônios, das substâncias químicas dos curtumes, dos resíduos animais, dos sedimentos dos pastos erodidos, dos fertilizantes e pesticidas usados na produção de alimentos.
- Setenta por cento das terras anteriormente cobertas de florestas na Amazônia são agora pastagens para alimentação do gado.
- O agronegócio causa 55% da erosão e dos sedimentos produzidos nos Estados Unidos. Além disso, 37% de todos os pesticidas e 50% de todos os antibióticos utilizados nesse país são usados pela indústria pecuarista.
- Trinta por cento da superfície terrestre do planeta que é agora usada para pastagens era antigamente *habitat* para a vida selvagem.
- Sessenta a setenta por cento da captura de peixes do mundo é feita para alimentar o gado.
- Estima-se que o uso de antibióticos nos confinamentos adicione 1,5 bilhão por ano aos custos da saúde pública.
- São necessários 900 quilos de grãos para produzir carne e outros produtos de origem animal em quantidade suficiente para alimentar uma pessoa durante um ano. Contudo, se essa pessoa consumisse o grão diretamente, não através de produtos de origem animal, seriam necessários apenas 180 quilos desse alimento.
- O metano produzido pelo gado e seu esterco tem um efeito sobre o aquecimento global equivalente ao de 33 milhões de automóveis.
- Gases de efeito estufa produzidos pelo gado constituem 37% de todo o metano, 65% do óxido nitroso e 64% da amônia na atmosfera.